



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico Administrativa – CEP: 70.150-908
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449

Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

AUTONOMIA E IGUALDADE PARA AS MULHERES

Brasília - DF

12 a 15 de dezembro de 2011



Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

© 2013. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes

Zona Cívico-Administrativa

70150-908 – Brasília-DF

Fone: (61) 3411-4246

Fax: (61) 3327-7464

spmulheres@spmulheres.gov.br

www.spmulheres.gov.br

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C748a

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3. : 2011 : Brasília-DF).

Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres / organização Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013. 130 p.

Conferência realizada de 12 a 15 de dezembro de 2011.

1. Políticas Públicas - Mulheres. 2. Programas de Governo - Mulheres. 3. Conferência de Mulheres. I. Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. II. Título.

CDU

396

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Eleonora Menicucci

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Lourdes Bandeira

Secretária Executiva

Aparecida Gonçalves

Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Tatau Godinho

Secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres

Vera Lúcia Lemos Soares

Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Linda Goulart

Chefe de Gabinete

Sônia Malheiros Miguel

Assessora Especial

Raimunda Celestina de Mascena

Assessora Especial

Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos

Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Organizadoras da 3ª CNPM: Secretaria Executiva da 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres: Rosana Ramos (Secretária Executiva) e Sônia Malheiros Miguel (Secretária Adjunta).

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Iriny Lopes – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da PR

Rosana Ramos – Secretária Executiva

Ana Maria Magalhães – Chefe de Gabinete

Aparecida Gonçalves – Subsecretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Lucia Camini – Subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Tatau Godinho – Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna

Sônia Malheiros Miguel – Assessora da Ministra

Equipe técnica: Ana Maria Gomes Mesquita, Carolina Pereira Tokarski, Cristina Monteiro de Queiroz, Gabriela Parente Prado Bastos, Filipe Hagen Evangelista da Silva, Lilian Lopes Sallum Al Osta, Mariana Mazzini Marcondes, Masra de Abreu de Andrade. **Colaboração:** Alexandre Branco Pereira, Cintia Liara Engel, Lisandra Arantes, Mariana Cintra Rabelo, Mirella Trevisan Martins, Nayara Teixeira Guimarães, Samantha Ro'otsitsina de C. Juruna. **Agradecimentos:** Nina Madsen.

Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres:

Cristina Buarque (Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco) e Rosali Scalabrin (Coordenadora Municipal de Políticas para as Mulheres de Rio Branco/AC). Suplentes: Márcia Santana (Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul) e Gláucia Helena de Souza (Coordenadora de Políticas para as Mulheres de Contagem/MG).

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM:

Cláudia Prates (Marcha Mundial de Mulheres - MMM); Rosane Silva (Central Única dos Trabalhadores - CUT); Graça Costa (Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA); Nelita Frank (Articulação

de Mulheres Brasileiras - AMB); Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS); Gláucia Morelli (Confederação de Mulheres do Brasil - CMB). Suplentes: Maria das Dores Almeida (Articulação de Ong's de Mulheres Negras - AMNB) e Silvana Veríssimo (Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN).

Sumário

Apresentação	6
Programação	7
Cerimônia de Abertura	9
Discurso da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff.....	9
Conferência de Michelle Bachelet - Síntese do Discurso Oficial	14
Painel 1. As mulheres no momento atual do desenvolvimento econômico e social: desafios de um projeto de país com igualdade entre mulheres e homens e sustentável.....	18
Painel 2. Enfrentamento do racismo e da lesbofobia - articulação necessária para o enfrentamento do sexismo	39
Painel 3. Enfrentamento das Desigualdades e a Autonomia das Mulheres.....	51
Painel 4. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: perspectivas e prioridades	68
Rodas de Conversas.....	83
Roda de conversa 1: “Como pensar políticas que dêem conta da pluralidade”	83
Roda de conversa 2: “História das Desigualdades entre Mulheres e Homens”	83
Roda de conversa 3: “Orçamento para Políticas para as Mulheres”	83
Roda de conversa 4: “Em busca de uma comunicação e mídia não discriminatórias”	85
Roda de conversa 5: “Um Olhar Internacional”	85
Roda de conversa 6: “Mulheres jovens e idosas - as políticas e as diferenças de geração”	85
Roda de conversa 7:.....	86
Roda de conversa 8: “Relatos de Experiências de Gestão Pública”	86
Metodologia de Discussão e Sistematização das Deliberações.....	87
Temas e Grupos de Trabalho.....	87
Resoluções	90
Anexos	105
Anexo I – Relatório de Moções	106
Anexo II – Decreto de 15 de março de 2011	127
Anexo III – Portaria de 19 de outubro de 2011	128
Anexo IV – Glossário de Siglas	130

Apresentação

Com a publicação dos Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) deseja prestar uma breve homenagem às 2.125 (duas mil, cento e vinte cinco) delegadas que participaram intensamente do processo de elaboração e definição das resoluções aprovadas na Conferência, e que, para isso, trilharam um longo e rico caminho de discussões e eleições nos municípios e estados, representando e defendendo propostas, indignações e reflexões políticas de mulheres e movimentos sociais de todo o país.

Apesar de ter assumido a direção da SPM/PR após a realização da 3ª Conferência Nacional, é com imensa satisfação que apresento este documento, que contém os principais registros da Conferência, com a transcrição dos principais discursos e painéis e a síntese de suas atividades. Dessa forma, pretendemos garantir um documento de referência para a consulta e pesquisa para as delegadas e participantes, todos os movimentos feministas e de mulheres, representantes de governo de todos os níveis federativos e para o público em geral.

Convocada pela Presidenta Dilma Rousseff, por meio da SPM/PR e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), a 3ª CNPM reafirmou o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da *“autonomia e igualdade das mulheres”*.

Um dos maiores êxitos da 3ª CNPM foi sua própria trajetória de construção, com a participação de mais de 200 mil mulheres nas etapas municipais, estaduais e nacional. Além do comprometimento da equipe organizadora, composta por integrantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres. O compromisso do poder público e suas esferas, aliado ao engajamento dos movimentos feministas e de mulheres, vem sendo condição necessária para que se tornem realidade os avanços na elaboração, implementação e avaliação de ações e políticas de promoção da igualdade de gênero.

Durante a Conferência, foram aprovadas 91 resoluções a partir das propostas advindas dos grupos de trabalho e votadas em plenária, como orientação para a Política Nacional para as Mulheres. A viabilização dos compromissos articulados na 3ª CNPM requer tanto o reconhecimento permanente por parte do governo de que as desigualdades entre mulheres e homens estruturam as relações políticas e sociais, quanto o envolvimento cotidiano de cada cidadã e cidadão brasileiro com a concretização da eliminação de todas as formas de opressão e discriminação contra as mulheres.

Neste sentido, tenho a satisfação em apresentar os Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, acreditando ser este um momento importante para a consolidação e continuidade das lutas das mulheres por um Brasil onde as desigualdades sejam superadas, e as diversidades, respeitadas e valorizadas.

Eleonora Menicucci de Oliveira
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
Presidência da República

Programação

Dia 12/12/2011 – Segunda-feira

18h: Solenidade de Abertura

Dia 13/12/2011 – Terça-feira

09 às 10h30: Plenária de Abertura

11h às 13h: Painel 1 – As mulheres no momento atual do desenvolvimento econômico e social: desafios de um projeto de país com igualdade entre mulheres e homens e sustentável

14h30: Rodas de Conversa

Roda de Conversa 2: História das desigualdades entre homens e mulheres

Roda de Conversa 3: Orçamento para políticas para as mulheres

Roda de Conversa 4: Em busca de uma comunicação e mídia não discriminatórias

Roda de Conversa 5: Um olhar internacional

15h às 18h: 24 grupos de trabalho discutem:

Tema 1: Autonomia Econômica e Social: igualdade no mundo do trabalho e desafios do desenvolvimento sustentável (Eixo 1 do II PNPM: *Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social*; Eixo 6 do II PNPM: *Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar* e Eixo 7 do II PNPM: *Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais*).

Todos os grupos de trabalho incorporam na sua discussão as dimensões de raça e etnia, orientação sexual e geracional (Eixo 9 do II PNPM: *Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia* e Eixo 10 do II PNPM: *Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas*).

18h às 20h: Painel 2 – Enfrentamento do racismo e da lesbofobia: articulação necessária para o enfrentamento do sexismo

22h: Show com Zélia Duncan

Dia 14/12/2011 – Quarta-feira

09h às 11h: Painel 3 – Enfrentamento das desigualdades e autonomia das mulheres

11h30 às 13h: **Painel 4 – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: perspectivas e prioridades**

13h: **Rodas de Conversa**

Roda de Conversa 1: Como pensar políticas que deem conta da pluralidade

Roda de Conversa 6: Mulheres jovens e idosas – as políticas e as diferenças de geração

Roda de Conversa 7: Relatos de experiências de gestão pública

Roda de Conversa 8: Relatos de experiências de gestão pública

14h30 às 17h30: **23 grupos de trabalho discutem:**

Tema 2: Autonomia Cultural (Eixo 2 do II PNPM: *Educação inclusiva, não-sexista, não-racista e não-homofóbica* e Eixo 8 do II PNM: *Cultura, comunicação e mídia, igualitárias, democráticas e não discriminatórias*)

Tema 3: Autonomia Pessoal (Eixos 3 do II PNPM: *Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos* e Eixo 4 do II PNM: *Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres*)

Tema 4: Autonomia Política, institucionalização e financiamento de políticas públicas para as mulheres (Eixo 5 do II PNPM: *Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão* e Eixo 11 do II PNM: *Gestão e monitoramento do Plano*)

Todos os grupos de trabalho incorporam na sua discussão as dimensões de raça e etnia, orientação sexual e geracional (Eixo 9 do II PNPM: *Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia* e Eixo 10 do II PNPM: *Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas*).

19h: **Conferência de Michelle Bachelet** (Secretária Geral Adjunta da ONU e Diretora Executiva da ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres)

21h às 23h: **Show com SaiaBamba**

15/12/2011 – Quinta-feira

9h às 13h: **Plenária Final**

Discussão e deliberação sobre propostas e recomendações dos grupos de trabalho.

14h30 às 17h: **Plenária Final** (continuação)

Discussão e deliberação sobre as propostas e recomendações dos grupos de trabalho.

Apresentação de Moções.

17h às 18h: **Solenidade de Encerramento**

Cerimônia de Abertura

Dia 12/12/2011

Mesa de abertura:

Presidenta Dilma Rousseff, Presidenta da República
Gleisi Hoffmann, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Iriy Lopes, então Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/CNDM; então Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM/PR
Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS
Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG
Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Seppir/PR
José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça/MJ
Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde/MS
Afonso Florence, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário/MDA
Gilberto Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República/SG/PR
Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União/AGU
Nilcéa Freire, Ex-Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM/PR
Emília Fernandes, Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul/CODESUL; Ex-Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM/PR
Janete Pietá, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara Federal; Deputada Federal PT-SP
Rose de Freitas, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Deputada Federal PMDB-ES
Rosana Ramos, então Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM/PR

Mestre de Cerimônia: Dira Paes

Hino Nacional interpretado por Ellen Oléria acompanhada do grupo Batalá

Discurso da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff¹

Eu queria iniciar cumprimentando cada uma das companheiras mulheres aqui presentes, que vieram de lugares distantes do país, e queria dizer que, em nome do meu

¹ Disponível na íntegra no seguinte endereço eletrônico:

<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-brasilia-df>.

governo, eu quero também pedir desculpas para as companheiras que estão nas condições que elas estão denunciando. Eu lamento imensamente, queridas companheiras, que isso tenha acontecido, e o governo vai assumir todas as medidas necessárias para dar alimentação a vocês. Vou pedir, encarecidamente, ao companheiro Gilberto Carvalho que, junto com a ministra Iriny, assuma essa questão.

Mas eu queria aqui falar para vocês. Primeiro, cumprimentar aqui os ministros presentes e, sobretudo, as ministras: a ministra Gleisi Hoffmann, a ministra Tereza Campello, a ministra Miriam Belchior, a ministra Luiza Bairros. Queria dizer para vocês que, para mim, é muito importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na direção principal do governo.

Queria cumprimentar também os companheiros ministros José Eduardo Cardozo, Alexandre Padilha, Afonso Florence, Gilberto Carvalho e Luís Inácio Adams.

Cumprimentar as ex-ministras-chefes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Nilcéa Freire e a Emília Fernandes.

Cumprimentar também as senhoras e os senhores senadores: a Ana Rita; o companheiro Wellington, representante do Piauí; a Vanessa Grazziotin, representante do Amazonas; e a senadora Ivonete Dantas.

Queria cumprimentar as deputadas Janete Pietá e Rose de Freitas e, por meio delas, eu cumprimento todos os deputados e as deputadas aqui presentes.

Queria cumprimentar também a Rosana Ramos, Secretária Executiva da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores representantes de governos e entidades estrangeiras.

Queria também cumprimentar as nossas gestoras municipais e estaduais, representantes da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presentes neste palco.

As senhoras representantes de entidades e movimentos de defesa dos direitos da mulher. As senhoras secretárias municipais e estaduais dos governos, dos entes da Federação que lutam, em cada um dos seus estados, pelo direito das mulheres.

Queria também cumprimentar as jornalistas e os jornalistas aqui presentes, os profissionais de imprensa.

Por fim, eu queria dirigir um cumprimento especial à cantora Ellen Oléria, que executou o Hino Nacional, e ao grupo Batalá, de mulheres do Distrito Federal; e queria agradecer, a cada uma das delegações, as cestas com os presentes que vieram de cada um dos estados aqui representados. Muito obrigada, de coração.

Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque essa conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma representação das mulheres deste nosso país, que estão aí lutando não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher. Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

No meu discurso de posse, eu disse que pretendia - e pretendo - honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha experiência de vida e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura, mulheres que dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas famílias a criar seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. Enfim, as mulheres que vivem e sobrevivem em condições muitas vezes difíceis. E eu queria dizer para vocês que esta Conferência representa mais um passo na nossa luta.

Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.

Eu tenho o compromisso inabalável - e reafirmo aqui - de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. Essa, vocês sabem, é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios, mas nós estamos avançando, e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas. E aí, eu quero dizer a vocês que, muitas vezes, vocês vêem nos jornais ser anunciado que o Ministério - que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres - vai, simplesmente, ser fechado ou unido a outro. Não há a menor veracidade. Não há a menor verdade nessas notícias, e não há a menor verdade porque, como eu disse, nós vamos continuar avançando e não vamos avançar sozinhas. Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como instrumento do governo, do meu governo - primeira Presidenta deste país -, como é fundamental o movimento que cada uma de vocês fazem no estado de vocês, no município e na cidade de vocês.

Nós, só juntas, conseguiremos avançar e superar os obstáculos. As 2.781 delegadas presentes nesta Conferência chegam aqui com força acumulada porque foram 200 mil vozes femininas que foram se mobilizando nas conferências municipais e estaduais, e ampliando a participação em todo o país. E aqui vocês encontram, sim, o meu governo sentado ali - uma representação expressiva do meu governo -, que se encontra com vocês para dizer: "Sim, nós vamos continuar nesta trajetória de luta a favor da igualdade de gênero".

Eu queria aproveitar e saudar uma mulher que lutou com todas as suas forças contra a violência, e que representa de forma simbólica, apesar de uma certa tristeza que nós temos pelo que aconteceu a ela. Ela é uma lutadora e é o nome da lei que criminaliza a

violência contra a mulher. Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila de cadeiras na sua cadeira de rodas. Companheira, o meu abraço.

Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculos por obstáculos. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulheres como um deles. Essa criação da ONU Mulheres é muito importante, e na ONU Mulheres, a nossa companheira, ex-Presidente Michelle Bachelet, está fazendo um trabalho de afirmação e acredito que ela estará aqui com vocês nos próximos dias. E a ONU Mulheres, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo.

Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por isso, porque eu me elegi Presidenta deste país e abri a Assembléia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente. A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo, ao assistirem aquele momento, passam a ter certeza de que nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo.

Eu acredito que realizar esta 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres – e por isso eu estou aqui, nesse momento – permitirá que nós encerremos este ano com mais uma grande conquista. Os debates aqui realizados, as visões aqui externadas serão os mais importantes subsídios para o aprimoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As formulações em torno do tema da autonomia das mulheres, do seu direito ao trabalho, à vida digna, a uma renda compatível com a sua profissão é algo que só engrandece o Estado democrático brasileiro. Nós temos consciência de que, desde o governo do nosso Presidente Lula, o Brasil vem fazendo um grande esforço para ampliar a autonomia das mulheres; o Brasil e, em especial, as mulheres brasileiras.

Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a mulher ocupa na sociedade e, por isso, o “Bolsa Família”, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, é recebido pelas mulheres. É o reconhecimento do governo de que mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade. Nós sabemos que 93% das famílias beneficiárias do Programa são, basicamente, recebidas por mulheres, no que se refere a essa transferência. A mesma coisa no “Minha Casa, Minha Vida”: antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do “Minha Casa, Minha Vida”, a mulher assina sozinha, se comprar. Assinamos contratos do PRONAF Mulher. Milhares de mulheres na zona rural receberam seus documentos.

Lançamos o “Rede Cegonha” com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas mulheres gestantes, das mulheres na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto. Lançamos também um programa que eu acredito ser muito importante: um

programa de atenção ao câncer de colo de mama e do colo de útero. Tudo isso na certeza de que a questão da saúde da mulher é uma questão essencial.

Mas eu quero dizer para vocês que um dos meus maiores orgulhos é ter conseguido iniciar, já, a contratação de 1,5 mil creches neste ano, para que nós possamos, em 2014, termos contratado 6 mil creches. Já começamos a selecionar as 1,5 mil do ano que vem. Cada uma de nós, que teve de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.

Nós não descuidamos um só momento do enfrentamento firme à violência contra as mulheres. Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Acredito que, neste país, é fundamental que nós mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher, a violência de próximos afetivamente da mulher sobre ela. Sabemos que o exercício da violência privada é um momento dramático porque mostra para crianças algo que as crianças deviam evitar também, que é o contato com uma forma de violência covarde, é o contato com uma forma de violência que não tem justificativa e, por isso, tem de ser criminalizada, sim. Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI - que eu tenho certeza: será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres -, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história.

Por isso, é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o papel central que ocupam na sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui, contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras, são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo.

Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm em sua Presidenta uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe.

Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender: a construção de uma sociedade de iguais. Uma sociedade de mulheres que podem sonhar e realizar qualquer sonho, inclusive aquele que eu, quando criança, nunca tive porque nunca me parecia, nem passava, eu acho, pela cabeça de ninguém: o sonho de ser Presidenta da República. Bom trabalho a todas. Muito obrigada.

Conferência de Michelle Bachelet - Síntese do Discurso Oficial²

Secretária Geral Adjunta da ONU e Diretora Executiva da ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

No discurso de Michele Bachelet destacam-se a importância da democracia para implantação de políticas públicas para as mulheres, a parceria histórica do Brasil com a ONU –MULHERES e a sua atuação brasileira no cenário internacional.

NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM A MULHER

Afirmando que “não há democracia sem a mulher”, ressaltou ser um privilégio “ver tantas mulheres, de todas as idades, provenientes de tantos lugares em representação de milhões de cidadãos, de todo esse enorme país, como resultado de um processo democrático, amplo e livre, que é uma lição para todos nós”.

Assinalou que no caminho que vem sendo percorrido “muitas mulheres latinoamericanas e seus movimentos organizados contribuíram, nas últimas décadas, substancialmente, nos processos de combate às ditaduras e das conquistas democráticas”, nos quais ela e a Presidenta Dilma também estiveram engajadas, chegando aos eventos de 2011, especialmente o Prêmio Nobel da Paz, entregue a três mulheres que muito têm contribuído nos processos de negociação de paz nos seus países - da Libéria, a sua Presidenta, Ellen J. Sirleaf, e Leymah Gbowee, lutadora de base social, e do Iêmen, Tawakul Karman, uma jornalista e organizadora na luta pelos direitos humanos - e a primavera árabe, na qual vemos “que as mulheres estão ativamente envolvidas na nova onda de demandas por liberdade política e dignidade”, movimento esse que vem sendo denominado a “quarta onda da democracia”.

MULHERES E ESPAÇOS DE PODER

Embora reconhecendo que o movimento de mulheres no mundo é muito poderoso, ressaltou que as conquistas das mulheres ainda “não se traduzem na presença de um número significativo de mulheres no espaço de poder e na atividade política. Apenas “20 mulheres são Chefes de Estado ou Chefes de Governo entre 194 países pertencentes às Nações Unidas. Somente 19% de parlamentares são mulheres, no mundo.”

Entre os motivos desse descompasso existem os sistemas políticos, que “podem ser mais favorecedores ou menos favorecedores para que as mulheres cheguem a ascender a cargo de representação”, sendo importante a reforma política com a participação das

² Disponível na íntegra no seguinte endereço eletrônico:
<http://www.unwomen.org/2011/12/discurso-de-la-directora-ejecutiva-de-onu-mujeres-en-la-3a-conferencia-nacional-de-politicas-para-las-mujeres/>

bancadas de senadoras e deputadas, para alcançar sistemas que permitam às mulheres ter real acesso aos cargos.

Neste sentido, Bachelet afirma que “A eleição da Presidenta Dilma, assim como a crescente presença de mulheres em postos de decisão, aqui no Brasil, deve servir como inspiração para muitas mulheres, oferecendo uma oportunidade singular para repensar o sistema político e eleitoral e ajustá-los a essa nova realidade.”

Um outro aspecto favorecedor ao acesso e exercício do poder pelas mulheres, é poder contar com espaços adequados para o desenvolvimento de políticas transversais. Assim, afirma acreditar que “o Ministério da Mulher é fundamental, mas o Ministério da Mulher tem que ter uma força catalizadora para que, ao longo de todas as instâncias do Governo, os temas da mulher sejam uma prioridade. Todos os Ministérios deveriam ter ligação com assuntos das mulheres, não somente o Ministério da Mulher. Necessitamos de instituições sólidas, instaladas no centro do poder, que promovam o empoderamento das mulheres, que tenham recursos técnicos, humanos, financeiros suficientes para poder garantir avanços e impedir retrocessos.”

PARCERIAS PARA AS MULHERES BRASILEIRAS

Referindo-se à colaboração de vinte anos entre a ONU MULHERES (anteriormente chamada de UNIFEM) e diversas instâncias do Governo Federal brasileiro, organizações e redes de mulheres, centros de investigações e empresas públicas e privadas, destacou “o trabalho intenso de sensibilização para a não discriminação contra as mulheres e as afrodescendentes.”

Referiu-se ainda ao informe “Progresso das Mulheres no Brasil”, publicado em 2006, em colaboração com a Fundação Ford e a organização não governamental CEPIA. Tendo sido primeiro panorama político amplo sobre as mulheres brasileiras, com dados e análises atualizados sobre a situação e sobre os avanços e retrocessos nas diversas áreas, tornou-se uma referência no movimento de mulheres e apontou ainda que sua segunda edição será lançada nos próximos dias.

COMUNIDADE INTERNACIONAL E INCLUSÃO DAS MULHERES

Este é o momento em que finalmente se observa um consenso na comunidade internacional acerca da importância da inclusão das mulheres. E, nesse contexto, a ONU Mulheres “chega com toda energia e coragem, a dizer ao mundo que não haverá desenvolvimento, não haverá sustentabilidade, não haverá paz e não haverá futuro possível sem que as mulheres sejam definitivamente consideradas e incluídas em todos os processos, em todas as áreas e em todos os níveis”.

Dentre as tarefas da ONU Mulheres, foram definidas cinco áreas prioritárias de trabalho para os próximos anos: “O enfrentamento da violência contra a mulher; o aumento da autonomia econômica feminina; a promoção de lideranças de mulheres em todas as áreas; o aumento da participação de mulheres em processos de paz em países em conflito ou períodos de transição; a colaboração com os governos em programas com perspectiva de

gênero, através do fortalecimento de grupos de mulheres que lutam todos os dias por igualdade de direito e de oportunidades.”

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

O enfrentamento à violência contra as mulheres é um tema estratégico da ONU MULHERES, tanto na vida cotidiana e nos tempos de paz quanto nas situações de guerra, conflitos e pós-conflitos.

Por isso, além de “chamar a atenção dos líderes mundiais para que mobilizem vontade política e investimento para garantir uma vida sem violência para as mulheres” está propondo dezesseis medidas de ação. Neste processo destacou duas medidas brasileiras como referências importantes: a Lei Maria da Penha, “talvez a melhor legislação do mundo”, e o “Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”, ao referir-se à necessidade de reforçar a aplicação da legislação anti-violência, maior e melhor acesso das mulheres e crianças à Justiça, ao desenvolvimento de planos de ações de mobilização nacionais e locais. Outra frente importante é buscar o comprometimento dos meios de comunicação, que possuem um papel essencial, na “promoção da mudança cultural tão necessária quando falamos de violência, entre outras”.

A campanha mundial “Una-se pelo fim da violência contra as mulheres e crianças”, recebe desde 2008 um apoio importantíssimo do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Senhor Ban Ki-moon. Essa campanha tem também “a participação de muitos homens entre eles o ex-presidente Lula, atletas, jogadores de futebol, líderes políticos, artistas e figuras públicas em várias partes do mundo. Esta não é uma causa somente das mulheres, mas também dos homens.”

Ao falar sobre a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que permite envolver as mulheres nos processos de negociação e manutenção da paz, Bachelet citou a colaboração da ONU MULHERES com o Brasil no “fortalecimento da capacitação das forças de paz e no enfoque de gênero na proteção específica das mulheres e das meninas em situações de conflito e pós-conflito” e que “autoridades brasileiras têm mostrado uma grande sensibilidade e abertura a esse trabalho.”

MULHERES E SUSTENTABILIDADE

Desde que há vinte anos, a “Agenda 21 defendeu a proteção do meio ambiente como fundamental para a sobrevivência da humanidade”, esta discussão foi evoluindo para a inclusão das mulheres. “[...] recentemente, em 2009, apareceu o tema da participação equitativa das mulheres para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e, no ano seguinte, alguns governos falaram da dimensão de gênero e o acordo reconheceu a igualdade entre os sexos”, e “hoje em dia não há dúvida alguma da centralidade dos temas ambientais e do papel crucial que as mulheres têm sobre eles”.

Em junho de 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio +20, uma das iniciativas da ONU MULHERES será o Fórum de Mulheres Líderes sobre Justiça Social, Igualdade de Gênero e Governança para a

Sustentabilidade Ambiental, com o fim de acordar uma proposta de agenda para a inclusão das mulheres nas decisões que ali serão tomadas e que afetarão a vida de toda a humanidade.

MENSAGEM FINAL

“Amigas e amigos, os temas que afetam as mulheres são tantos e os desafios que temos adiante são de enorme magnitude. Mas estamos confiantes nos milhões de homens e mulheres do mundo que trabalham todos os dias para ter sociedades mais igualitárias, onde os direitos para os homens e mulheres sejam os mesmos”.

“Ao apresentar suas propostas e votá-las, não tenham medo de se atreverem, não duvidem, pensem em sua responsabilidade, nas mulheres que estão representando e nas enormes desigualdades que ainda precisam ser superadas, no privilégio de dar uma contribuição real ao avanço para todas as mulheres”.

“Principalmente, considerem tudo o que já foi conquistado e se inspirem para o futuro, pois, tomando emprestadas as palavras da Presidenta Dilma, “tenho certeza, senhoras e senhores, que este será o século das mulheres”.”

“Muchas gracias e muito obrigada!”

A ONU Mulheres fez um estudo de 545 acordos de paz e, nesses acordos, pós-Guerra Fria, somente em 16% existem a palavra “mulher”; somente 6% mencionam a palavra “violência de gênero”; e em todos os conflitos a que se referiam houve violência de gênero, violação e todo tipo de dano às mulheres.

Painel 1. As mulheres no momento atual do desenvolvimento econômico e social: desafios de um projeto de país com igualdade entre mulheres e homens e sustentável

Dia: 13/12/2011

Horário: 11:00 às 13:00

Painelistas:

Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Tânia Bacelar, Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Vera Soares, Coordenadora-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI.

Coordenação: Rosana Ramos, Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR.

Relatoria: Léa Marques, Assessora da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Tânia Bacelar

Bom dia! Tenho muito prazer em estar com vocês aqui na 3ª Conferência. Em minha intervenção, vou tentar juntar nossa luta por um Brasil melhor e a nossa luta das mulheres por igualdade de oportunidades.

Apresentarei o contexto mundial e, depois, me volto para o Brasil da seguinte maneira: quais são as mudanças principais que estão acontecendo no Brasil, quais são alguns desafios que temos para o futuro e quais os desafios especiais para as mulheres. Esse o meu roteiro.

No contexto mundial, a evidência é que vivemos uma crise muito forte do capitalismo, que desta vez se caracterizou pelo seu aspecto financeiro. A economia mundial opera em duas esferas: uma é a esfera da produção e a outra é a esfera das finanças, do mundo financeiro.

O que aconteceu no mundo dos anos 1970 em diante, no século 20? A esfera financeira cresceu muito: os chamados ativos financeiros, estavam na ordem de 860 trilhões antes do

estouro da bolha imobiliária americana e o PIB mundial, ou seja, toda a produção, que todos os países do mundo são capazes de fazer, era de 60 trilhões apenas.³

Esse é o mundo em que vivemos. É o mundo da forte hegemonia da esfera financeira. E foi nesta esfera que a crise estourou, exatamente no coração dela, que é “Wall Street”, e depois se propagou para a Europa.

Para salvar os aplicadores, os estados nacionais começam a salvar os bancos e a crise se voltou para dentro dos estados nacionais. O grau de endividamento de vários países do mundo, principalmente os países da Europa, mostra que, hoje, ela tem seus países devendo mais do que a sociedade de cada país produz. A Grécia, por exemplo, o Estado Grego deve 166% do PIB, o Estado Italiano deve 121%, a Irlanda 109%, Portugal 106%, os Estados Unidos que têm o maior PIB do mundo, 100%.

Nos países ditos em desenvolvimento, o Brasil é que tem a maior dívida. Na dívida bruta, temos 65% do PIB. E os menos endividados são a China e a Rússia.

Para concluir esse cenário mundial, eu diria que a realidade é essa: uma crise sistêmica do capitalismo que dessa vez bate mais forte nas principais economias do mundo – Estados Unidos, a Europa e o Japão. E faz com que os países como o Brasil possam se reposicionar no contexto mundial, tanto que Brasil, Índia, Rússia e China somadas, hoje, já têm uma produção semelhante à dos Estados Unidos e semelhante à da União Européia. Então, para pensar o Brasil do futuro, é importante situarmos essa condição que temos hoje de um novo reposicionamento no cenário mundial.

E como é que essa crise encontra o Brasil? Ela encontra o país bastante bem, pois se estivesse acontecendo nos anos 1990 do século 20 nós estaríamos muito mal! Mas na década de 1990, conseguimos domar a inflação e, na década inicial do século 21, o Brasil fez mudanças muito importantes e estabiliza, por exemplo, seu quadro macroeconômico.

Os indicadores mostram que a realidade brasileira melhorou significativamente na primeira década do século 21 e melhoram, também, as variáveis socioeconômicas. Não foi apenas a macroeconômica que melhorou; melhorou a realidade socioeconômica do Brasil. Qualquer indicador que se analise, mostra que nessa primeira década do século 21, o Brasil melhorou seus indicadores. Por exemplo, o salário mínimo teve um crescimento significativo e essa é uma velha luta dos trabalhadores brasileiros.

O país quebra, deste ponto de vista, um tabu. Porque o movimento sindical, até a década de 1990, defendia um salário mínimo de U\$ 100 (cem dólares). E toda vez que levantavam esta bandeira, no dia seguinte, a grande mídia fazia o maior estardalhaço, parecia que a previdência iria quebrar imediatamente, e os pequenos e médios municípios iriam desaparecer. Passamos dos 100 (cem) dólares, nada disso aconteceu e o Brasil melhorou. Essa é uma mudança significativa.

³ Os dados citados foram referenciados em gráficos e tabelas apresentados ao auditório.

A criação de empregos formais no Brasil também foi uma grande mudança. Quem se lembra do debate dos anos 1990? Era dito que não era mais possível criar empregos formais. Se criássemos postos de trabalho, seríamos todos/as autônomos. Isso foi negado, pela forma com que vencemos na primeira década desse século, criando 15 milhões de empregos em poucos anos e formalizando empregos. Hoje, o Brasil tem mais gente no setor formal do que no setor informal da vida econômica.

Outra mudança importante foi a redução da pobreza extrema - reduzida a metade - e o começo da redução da desigualdade de renda. Eu digo, começo, porque o desafio, daqui pra frente, é muito grande. O Brasil chegou a ser, no século 20, a oitava economia do mundo, mas quando se tratava de concentração de renda, só perdia para dois pequenos países: Honduras e Serra Leoa. O terceiro país em termos de concentração de renda era o Brasil.

O relevante desta década inicial é que deixamos de aumentar a concentração da renda. Começamos a viver uma experiência nova de que é possível fazer o crescimento da economia sem acionar a máquina de concentração de renda. Ao contrário invertimos a curva e começamos a reduzir a concentração de renda.

Eu atribuo isso às políticas sociais, principalmente. Uma das principais determinantes foi a capacidade da sociedade de aprender a fazer boas políticas sociais. E a redemocratização ajudou muito nisso.

Chegamos à pós-redemocratização com algumas experiências de políticas aplicadas na esfera municipal e na esfera estadual e, quando chegamos à esfera federal, isso foi potencializado e trouxe resultados muito interessantes na vida social brasileira.

O mais interessante foi a forma da economia brasileira crescer, nessa década inicial do século 21. Foi muito interessante começar a recuperar o dinamismo da economia brasileira pelas políticas sociais, diferentemente do que normalmente recomendam os economistas: comecem pela produção, comecem pelo investimento. Começamos pelas políticas sociais, aumentando a renda das famílias – com aumento do salário mínimo, aumento das políticas de transferência da renda. E associamos esse aumento de renda com uma política econômica, que é a política de crédito. E a política de crédito teve um papel fundamental.

Os economistas de outros países não entendem isso, e dizem: como crédito, se vocês têm a taxa de juro mais alta do mundo? A gente ampliou o crédito e usou o crédito “do jeito que brasileiro gosta”. Brasileiro, infelizmente, não faz a conta de taxa de juros, mas sim do tamanho da prestação. Ampliamos o crédito e diluímos no tempo, para o tamanho da prestação caber na renda. E acionamos o consumo.

Dessa vez, é o acionamento do consumo. Isso foi muito interessante, porque o Brasil do século 20 também crescia sendo puxado pelo mercado interno. Só que era um mercado interno das classes de renda média e alta e, dessa vez, crescemos sendo puxados pelo consumo interno popular, das classes C, D e E. Essa foi a mudança significativa.

Quando esse consumo insatisfeito dos brasileiros foi acionado, as pessoas foram consumir os bens modernos que tínhamos aprendido a produzir no século 20. As pessoas foram

consumir DVD, máquina de lavar, TV de plasma, tudo financiado, cabendo na prestação do mês. Acionamos o pedaço moderno da economia brasileira que tinha sido montado no século 20. E quando o consumo se dinamizou, o investimento foi atrás, pois os empresários viram que estava dando certo e começaram a apostar no futuro. O investimento começou a crescer tanto que, no meio da crise e, ainda agora, essa variável do investimento é que está puxando o crescimento da economia brasileira. Isso significa que continuamos tendo uma leitura positiva do futuro, mesmo no meio da internacional pesada que está aí.

Esse modelo teve um impacto social importante, porque o crescimento da renda da classe C, foi fantástico. Ela representa, hoje, metade das famílias brasileiras. Regionalmente também, foi muito interessante.

Foram as regiões onde mais cresceu o consumo, Norte e Nordeste. A liderança do crescimento não ficou, como no século 20, com o Sul e o Sudeste. No Brasil, precisamos aproximar Norte e o Nordeste do Sul e do Sudeste. Houve uma leitura social, mas houve uma leitura regional também importante.

Para este modelo, foram muito importantes as políticas nacionais. Não dá para explicar o que aconteceu no Brasil olhando somente o setor privado. Na verdade, foi um conjunto de políticas públicas que foram sendo implementadas que comandou essa mudança.

Quero destacar também outras mudanças. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - mostram que Brasil é um país que foi ocupado, principalmente, no seu litoral e foi no litoral que se concentrou o essencial da sua base econômica, da sua infraestrutura econômica, das suas universidades.⁴

Mas o Brasil está mudando, está sendo crescentemente ocupado em seu interior. Cada vez mais, temos que olhar para o Centro Oeste e para o Norte do Brasil. Porque o Centro Oeste e o Norte têm um peso cada vez mais importante na vida econômica, social, política do país. Já passou o tempo do Brasil pendurado no litoral; os dados mostram que estamos caminhando para essa porção mais interior do Brasil.

Mas, existem algumas coisas no Brasil que não mudam. E eu quero destacar por que não muda. Nós, mulheres, temos que ter clareza de onde é que continua havendo desafios para irmos atrás dessas mudanças.

O que não muda no Brasil? Não muda a educação, infelizmente eu tenho que dizer isso. Melhoramos os indicadores educacionais, mas o esforço que o Brasil precisa fazer é muito maior do que tem feito. Eu sonho com um Brasil onde todas as crianças e os jovens até 18 anos estejam na escola de manhã e à tarde. Esse é um Brasil possível! A Coréia do Sul fez isso em pouco tempo, e tem hoje 100% de suas crianças e de seus jovens na escola pela manhã e à tarde, uma educação integral. Um país como o Brasil pode fazer isso. Não é falta de meios financeiros, é falta de prioridade da sociedade. No dia em que a gente resolver

⁴ Referenciado em gráfico na tela.

fazer, vocês vão ver que a gente consegue. Essa é uma agenda importante para a luta das mulheres e eu vou voltar a isso.

O sistema tributário do Brasil é uma “maquininha” de gerar desigualdade social. O debate que a elite brasileira conduz é um debate equivocado, eles batem na carga tributária. O nosso problema não é o tamanho da carga tributária, é como se compõe a carga tributária. Porque o sistema que está vigorando cobra mais imposto de quem ganha menos e cobra menos de quem ganha mais. Ele cobra mais de quem produz e cobra menos de quem especula. É uma máquina de gerar desigualdade social. Temos que colocar isso na nossa agenda e vejam que é muito difícil de mudar. O ex-Presidente Lula encaminhou duas propostas de reforma tributária no seu governo e as duas morreram no Congresso. Isso mostra a sociedade tem que ter muito mais poder de decisão para empurrar essa mudança do que a energia que já gastamos até agora.

A estrutura fundiária é outro elemento importante, outra “maquininha” de gerar desigualdades sociais no campo do Brasil. Avançamos pouco. É preciso avançar muito mais, porque ela reproduz a concentração, geradora de miséria.

O serviço da dívida pública é outra variável difícil de mexer. Quando o Governo Dilma começou a abaixar as taxas de juros, parecia que o Brasil ia desabar. Porque tem muita gente que ganha com essa taxa de juros muito alta.

O sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação também é difícil, pois temos um sistema muito recente.

Finalmente, o nosso comércio externo, que está meio complicado, é outra agenda importante. Cada vez mais, exportamos *commodities* e importamos produtos de maior valor agregado, e isso não é bom para o futuro do Brasil. Assim, temos aqui uma agenda de mudanças, e temos que olhar para ela.

Quero falar ainda de algumas mudanças que estão ocorrendo no mundo e que nos ajudam a olhar o que temos como desafio para o futuro. Comecei falando em crise financeira, mas a situação não é uma crise financeira, o mundo está passando por mudanças estruturais muito profundas.

Por um lado, há uma mudança no conceito de desenvolvimento, que está mudando para melhor. De um conceito que só priorizava a dimensão econômica, estamos indo para um conceito que valoriza a dimensão social e a dimensão ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito em construção e que interessa ao Brasil, porque temos uma grande dívida social e um enorme patrimônio ambiental.

Ao Brasil interessa que a sociedade brasileira tenha, como conceito de desenvolvimento, a busca de um desenvolvimento que equilibre economia, investimentos sociais e respeito ao meio ambiente. É uma discussão que parece abstrata, mas que é muito importante para o futuro do Brasil.

Outra mudança importante é a dos paradigmas técnicos. Estamos vivendo em um mundo em que as tecnologias estão mudando muito, em geral só enfatizamos as tecnologias de comunicação, mas, há outras muito importantes. Por exemplo: na indústria, tudo que era eletromecânico está virando eletrônico. Aqui, eu estou cercada de eletrônicos por todos os lados.

A agricultura do século 20 era a agricultura da química e a agricultura do século 21 é de duas outras matrizes técnicas: ou ela é a agricultura dos transgênicos, que é filha da genética, ou ela é a agricultura biológica, que é filha da biologia. Nós temos tudo para ser uma grande potência agrícola mundial, então temos que dialogar com essa mudança técnica que aí está.

Outra mudança é do padrão de consumo. O aquecimento global está sinalizando que precisamos mudar o padrão de consumo. Não podemos copiar o padrão americano, porque ele é inviável para os Estados Unidos. Imagine, então, para a China, Índia, Brasil e por aí fora.

O outro padrão que está mudando é o energético. O Brasil vai ser bom na era do petróleo. E o Brasil tem tudo para ser bom na nova era da energia renovável. Essa é a mudança, sair da era do petróleo para outra era, da energia renovável.

A mudança na geopolítica. O século 20 foi hegemônico pelos Estados Unidos nas últimas décadas, porque o segundo e terceiro países mais importantes do mundo eram perdedores da Segunda Guerra. Por isso, podiam ser potências econômicas, mas não podiam ser potências militares. Com a crise, o cenário mundial mudou – vejam que nunca mais ouvimos falar do G7, só ouvimos falar do G20. O G7 teve que se abrir para poder incluir países como o Brasil na mesa de discussão mundial.

E, para nós, brasileiros, foi muito importante a quebra da onda liberal. Porque o liberalismo pode ser bom em sociedades muito homogêneas, mas em sociedades profundamente desiguais, como é o Brasil, o liberalismo é uma tragédia, porque ele só aprofunda as desigualdades que já existem. Não vamos nos iludir que a onda neoliberal morreu. Mas ela levou um baque importante, e o Brasil se aproveitou do arrefecimento dessa onda para avançar em direções muito importantes.

Se eu tivesse que sintetizar uma mudança, eu diria que estamos indo para a sociedade do conhecimento, por isso é muito importante a agenda da educação no Brasil. A sociedade do século 21 é a sociedade do conhecimento.

Quero destacar aqui uma janela de oportunidades que tem a ver com o Brasil do século 21. A discussão da energia e da produção de alimentos. Todas duas remetem ao Brasil rural. O Brasil do século 20 quis ser um país urbano e industrial. Mas, há uma agenda nova se colocando, que é a possibilidade sermos muito importantes na produção de energia e sermos muito importante na produção de alimentos. Isso nos remete a discutir o mundo rural.

O Brasil, hoje, está diante de uma discussão muito interessante: como se organiza o mundo rural brasileiro. Temos duas visões: a visão do agronegócio, que sonha com um Brasil do agronegócio. O Brasil do agronegócio é muito bem estruturado, muito competitivo, exporta, mas não emprega, desemprega. E tem outro sonho, que é o do Brasil rural articulado com a toda a população. Esse é o sonho dos movimentos sociais e esse é um sonho possível. E o Brasil precisa fazer essa discussão pois, até o começo do século 21, o outro sonho predominava. Eu sou de uma geração de agronomistas que, quando íamos discutir agricultura familiar, diziam “esquece, isso é coisa de pobre, isso é coisa inviável”.

Os movimentos sociais brasileiros colocaram isso na agenda no final do Governo Fernando Henrique, que desmontando uma tradição do Estado Brasileiro, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Quem criou o MDA não foi o Governo Fernando Henrique, foram os movimentos sociais brasileiros. Criaram o Programa Nacional de Agricultura Familiar. Mas enquanto Fernando Henrique colocou dois bilhões no PRONAF, quando o Lula ganhou, passou de dois para 16 (bilhões). E mudou a estrutura da agricultura familiar brasileira, e a disputa ficou mais interessante. Essa é uma agenda que continua, porque o Brasil tem tudo para ser uma grande potencia agroindustrial.

Mas, não basta olhar para a economia. Temos que olhar como se organiza a produção agroindustrial. E o Brasil é o país que tem potencial para ter uma boa agricultura patronal, mas, também, uma excelente agricultura familiar. Esse é o modelo que temos que perseguir e não deixar que a hegemonia que está no Congresso prevaleça. Pois a hegemonia que está no Congresso é da bancada ruralista, esta hegemonia tem que ser quebrada e depende de nós. Esse é um debate muito importante para o futuro do Brasil e para o futuro das mulheres do meio rural. Porque as mulheres do meio rural tiveram um avanço enorme, mas elas estão muito mais presentes na agricultura familiar do que na agricultura patronal. Para as mulheres é muito importante a agenda da agricultura familiar e do peso dela no mundo rural brasileiro.

Concluindo:

As mulheres avançaram muito no século 21. O Brasil mudou para melhor e avançamos muito. Avançamos pela educação. Se olharmos o perfil educacional das mulheres, no começo do século 20 vemos uma mudança muito importante. A taxa de analfabetismo feminina era o dobro da taxa de analfabetismo masculina. Hoje, temos mais analfabetos homens do que mulheres. Hoje, nas universidades brasileiras, são 500 mil meninas a mais do que meninos. Isso é uma revolução feita em poucas décadas, porque foi isso que a gente decidiu: que ia adentrar a vida pública do Brasil pela qualificação. E assumimos papel de destaque na vida econômica do país.

Mas, quando olhamos o nosso padrão da inserção, ainda deixa muito a desejar: ainda ganhamos menos, a taxa de ocupação é muito mais baixa do que a dos homens, a carga de trabalho da terceira jornada é duas vezes e meia em relação à dos homens. São mudanças importantes, tem uma agenda a continuar pelo lado das mulheres.

Existem desafios que são gerais, na agenda brasileira, e desafios que são das mulheres, como o exemplo, o que mencionei, da agricultura familiar. Assim como a discussão do futuro deste Brasil menos desigual e socialmente mais justo.

Mas há elementos que não são da vida econômica e socioeconômica. A minha fala aqui como economista e socióloga puxou para este lado. Mas, há um lado da discussão das mulheres que tem a ver com a nossa sociedade patriarcal, que tem a ver com valores da sociedade, não tem a ver com ganhar dinheiro e se educar, tem a ver com valores. Não é à toa que a violência doméstica contra as mulheres ainda é um absurdo numa sociedade dita moderna como a brasileira. Temos que ter uma outra agenda, que não passa pela discussão socioeconômica, e as mulheres precisam estar de olho nela.

Finalizando eu diria que faz todo sentido este tipo Conferência, faz todo sentido lutarmos por políticas praticadas para as mulheres nas duas dimensões: no que nos interessa enquanto pessoas e como cidadãs de um país que tem tudo para ser muito melhor do que a gente é, e do que são nossos problemas específicos.

Assim, temos que ter duas agendas: é necessário ter políticas específicas, mas é preciso a presença das mulheres em todas as políticas públicas. É o que chamamos de “corte transversal das políticas públicas”. Vejam que não é fácil o nosso desafio. Temos que cuidar do que é específico da nossa agenda, e temos que participar de todas as outras políticas com a dimensão de gênero. Muito obrigada!

Vera Soares

Bom dia! Quero inicialmente agradecer, em nome da Rosana, à Comissão Organizadora por estar participando deste evento que eu considero histórico. Acho que todas as Conferências de políticas para as mulheres são um momento histórico, mas essa é a primeira Conferência do governo de uma mulher corajosa, lutadora, com uma visão do Brasil e do mundo, que espelha a sua trajetória pessoal e política.

Quero cumprimentar a todas as companheiras dos movimentos sociais e faço isso em nome da nossa mestra Tânia Bacelar. Cumprimento todas as companheiras de governo dos vários níveis em nome de Luiza Bairros, que tem sido minha mestra também nesses anos.

O desafio que nos foi proposto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o de avaliar nossa realidade, avaliar nossa situação nesse país, que a Tânia nos espelhou tão bem - escolher e estabelecer prioridades na construção das políticas para as mulheres, partindo de todo o acúmulo que nós temos. Isso mostra uma maturidade, mas, por outro lado, um desafio.

E acrescentamos a isso um tema que nos une no conjunto da nossa Conferência que é o tema da autonomia. Quando falamos de autonomia, falamos em múltiplas dimensões. Falamos da dimensão econômica que nos remete aos mundos do trabalho, na nossa

condição e na nossa capacidade de gerar recursos econômicos. Falamos da dimensão cultural, da educação, da cultura, da comunicação.

Estamos falando de uma educação, portanto, plural e não sexista, que queremos ver refletida, na mídia, nos programas de televisão, como nós somos na realidade e não aquilo que querem que sejamos. Estamos falando da dimensão pessoal, não individual. Estamos falando da saúde, da nossa autonomia sobre o corpo, da possibilidade de tomarmos decisões em relação à nossa vontade de ter filhos ou não, estamos falando do desejo e direito de viver uma vida sem violência. Estamos falando da dimensão política o que significa falar da nossa condição de participar da tomada de decisões, da condição de exercer nosso direito de participar de todas as instâncias, e estamos falando do direito e de querer ser, também, presidente da república.

Entendemos, portanto, a autonomia das mulheres como a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre a nossa própria vida de forma individual e coletiva, de poder fazer, a partir de nossas próprias aspirações e desejos um determinado contexto histórico.

O avanço da autonomia das mulheres está relacionado ao avanço da nossa vida pública e privada como garantia do nosso pleno exercício de direitos. A falta de autonomia é resultado da má distribuição do poder, da má distribuição de recursos, do uso que fomos obrigadas a fazer do nosso tempo, da falta de reconhecimento dos nossos direitos.

Não podemos separar uma dimensão da outra. Vamos fazer nesta Conferência, e com o conjunto de nossos trabalhos para chegar até aqui, nós vamos fazer essa diferença de modo a poder estabelecer as nossas prioridades em cada uma dessas dimensões.

E nós precisamos, o tempo todo, falar da divisão do mundo privado e do mundo público. Essa separação das dimensões da vida, que nos afeta, serve para justificar a divisão sexual do trabalho. Esse é um conceito que nós vamos nos referenciar muito neste painel e, acredito, em toda Conferência. É o conceito da divisão do trabalho que nos permite analisar, com mais clareza, papéis sociais nitidamente diferentes de homens e mulheres. E nos ajudam a entender os lugares que as mulheres ocupam nos mundos do trabalho e na vida pública.

Embora seja uma construção cultural e que, portanto, deve ser modificada, ela determina os papéis que as mulheres devem desempenhar na sociedade. As mulheres estariam encarregadas da reprodução social, e os homens, das tarefas produtivas. Essa divisão também estabelece uma relação hierárquica de poder e relega a nós, que somos maioria, o desempenho de tarefas sem visibilidade e sem reconhecimento social.

Essa matriz cultural é transferida também para o mundo público no qual, nós mulheres, ocupamos sempre empregos mais precários e de pior remuneração. O ciclo vicioso da desigualdade, gerada pela obrigatoriedade do trabalho doméstico, especialmente no trabalho de cuidados levado a cabo por nós, explica em grande medida a nossa ausência na política e nos espaços de tomada de decisão em geral.

A divisão do trabalho é uma construção social que pode ser alterada, como nós sabemos. Entretanto, o que tem acontecido é que há um simples deslocamento: ela se desloca e se recria. Nós conhecemos, por exemplo, o que foi a transformação que nossas sociedades passaram, quase uma revolução silenciosa. Só não foi mais silenciosa porque os movimentos de mulheres, os movimentos feministas estavam aí com suas vozes públicas.

Quando se deslocou de uma sociedade de um provedor para uma sociedade de múltiplos provedores, em particular das mulheres, nós maciçamente entramos e começamos a exercer mais atividades remuneradas. Essa divisão naturaliza nossos papéis e faz com que esta divisão nos pareça, assim como o sol que nasce todos os dias, igual e natural.

Assim, neste painel, vamos tratar desta dimensão econômica da autonomia. E por isso temos um enorme desafio nesta Conferência, porque falar da dimensão econômica significa falar dos mundos do trabalho: do trabalho rural, do trabalho urbano. Das condições que nós temos para o trabalho urbano, do trabalho assalariado, do trabalho autogestionário – que são as mulheres que escolhem se organizar de uma maneira de autogestão para o trabalho. Estamos falando do trabalho doméstico remunerado, dos trabalhos de cuidado, da necessidade da infra-estrutura e de equipamentos sociais. Estamos falando da necessidade do direito à terra e das dimensões de sustentabilidade do desenvolvimento com justiça ambiental, soberania e segurança alimentar, moradia digna e infra-estrutura como creches, restaurantes e lavanderias. Obviamente, para falar desse conjunto de temas neste painel vamos fazer determinadas escolhas.

Devemos também trazer como referência que nós não podemos ignorar as diferenças entre nós mulheres: que somos brancas, negras, indígenas. Que tanto o racismo como o sexismo estruturam as nossas vidas, nas condições que temos para exercer nossa cidadania. Que temos que tratar das mulheres quilombolas, ribeirinhas, das mulheres que têm sua própria opção sexual, das mulheres lésbicas, das mulheres que têm deficiência, das mulheres idosas. Aqui vou falar das mulheres, mas sempre que puder, fazer esta separação.

Antes de apontarmos alguns elementos relativos à autonomia econômica, quero retomar o que a nossa mestra Tânia nos trouxe em relação ao papel central do Estado.

Em primeiro lugar, reconhecer que este Estado não é neutro em relação às desigualdades, em particular, das mulheres. E tivemos ontem a boa notícia: de que a Secretaria de Política para as Mulheres continua! É disto também que se trata quando nós exigimos políticas públicas. É disto que se trata quando nós queremos que a Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR continuem, porque nós queremos que o Estado deixe de ser um Estado que se diz impune em relação às desigualdades.

A igualdade vai se constituindo no imbricamento das dimensões da autonomia, portanto, é necessário também um Estado laico que respeite a diversidade de credo, que não paute as suas ações por nenhum deles, mas respeita a todos. E um Estado que tem o seu papel central ainda em discussão. Acredito e concordo muito com que a Tânia nos disse: que estamos saindo de um período de hegemonia de um pensamento e de uma ação do Estado

neoliberal, de um Estado em que o mercado, as relações com o capital eram soberanas e se dizia que era no mercado que se resolviam as relações de desigualdade.

Quantas de nós já ouvimos que “sobre o mercado, a sociedade vai resolver”. E onde ouvíamos a sociedade, a referência era o mercado. Ouvíamos, inicialmente, que não cabia à sociedade resolver determinadas questões, interferir nas relações pessoais, como na violência que sofrem as mulheres, isso ficava por conta da família. Ouvíamos que muitas das nossas desigualdades no mercado de trabalho não seriam tratadas no Estado, isso se resolveria na sociedade. Que nossa desigualdade política não se resolveria por meio de medidas e ações públicas, mas ela seria bem tratada na sociedade, entendida pela determinação das relações de capitais.

A crise financeira, que se iniciou em 2008, enfraqueceu esse pensamento que disputa hegemonia e nós podemos, agora, criar disputar uma outra hegemonia, de um Estado que deve ser central no desenvolvimento, que deve atuar na construção e, portanto, na desconstrução do que são os estruturantes das desigualdades, como as dimensões de classe, de gênero e de raça. Um Estado que, ao mesmo tempo, tem que criar as condições para que todas as pessoas possam exercer a sua cidadania, possam conquistar o que julgam sua felicidade e a sua construção coletiva de vida. Um desenvolvimento que seja sustentado, ou seja, que deixe um legado real para o futuro, não lixo, poluição e destruição da natureza.

Creio que ainda temos que discutir muito, em nosso país, esse Estado que está em construção e disputa. Porque nossas construções históricas não foram para construir a igualdade e desconstruir os elementos centrais das desigualdades. Não foi um Estado organizado historicamente para realizar a distribuição da riqueza e de poder.

Para conquistarmos, este novo conceito - acredito também que já andamos muito, e ouvimos o que a Tânia nos trouxe – eu acredito em uma concepção de um Estado que, ainda no seu conceito, está em transição. Ele aponta para suas inúmeras iniciativas para diminuição das desigualdades e podemos citar inúmeros exemplos. Mas, ao mesmo tempo, fortalece muitos mecanismos que reforçam essas desigualdades. Rompemos com a idéia de que não dava para crescer e diminuir as desigualdades, mas crescemos e as desigualdades diminuíram.

Temos certeza que para construir um Estado é preciso muito diálogo, e as nossas Conferências têm um papel central, porque trazem as experiências das mulheres. A construção de nossas demandas contribui muito para a construção de um Estado que possa, dessa maneira, promover o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social, um desenvolvimento sustentável e, temos sempre que acrescentar, um desenvolvimento com igualdade humana que garanta as liberdades, que amplie as capacidades, as oportunidades sociais e o acesso aos direitos fundamentais. Ao longo dessa exposição vamos retomar essas idéias.

Os indicadores mostram, e as observações do nosso cotidiano evidenciam, uma situação de desigualdade entre homens e mulheres. Já a idéia de um Estado que tem a obrigação de eliminar essa desigualdade ainda não é tão consensual.

A maior dificuldade ainda está no entendimento que, mesmo na ausência de políticas públicas, de políticas explícitas, o Estado sempre influi nas formas que se desenvolvem nas relações entre homens e mulheres, ou seja, das relações de gênero, das relações de classe e das relações de raça.

Maiores são as dificuldades, ainda, na compreensão do papel do Estado nos mundos do trabalho, no sentido de uma construção de relações mais iguais. Ele pode exercer essa responsabilidade de forma consciente e explícita, na elaboração de políticas de igualdade, para contrastar, portanto, os efeitos negativos das forças sociais, culturais e do mercado.

É preciso romper, ainda, com um persistente desencontro entre as políticas públicas e as necessidades das mulheres.

Indo mais diretamente ao tema que nos foi proposto, da dimensão econômica da autonomia, os mundos do trabalho é um dos campos da vida social de maior importância para a construção da autonomia de homens e mulheres. Traz reconhecimento social, elevação da auto-estima, construção de redes de convivência, acesso a bens de consumo, contribui na constituição da identidade social e coletiva, sejamos nós mulheres brancas, negras, quilombolas, indígenas.

O acesso e inserção desiguais nestes mercados de trabalho ou nas outras formas de produção, por parte de alguns grupos populacionais, que somos nós mulheres com as nossas diversidades, refletem as desigualdades em outros campos, na família, e que ao mesmo tempo, as alimentam.

Assim, a mulher que não obtém um posto ou uma função em que ela faça a sua auto-sustentação nos mundos do trabalho, dificilmente conseguirá romper com as desigualdades existentes no âmbito doméstico. Além disso, essas mesmas desigualdades se reproduzem na medida da inserção ou na inserção precária de nós mulheres nesses diversos mundos do trabalho.

É na ruptura desse ciclo vicioso que pode ser encontrada uma das chaves para a produção da autonomia e empoderamento das mulheres, e de maior equidade nesses mundos do trabalho.

Nós mulheres sempre trabalhamos para o sustento nosso e para o sustento dos outros. Não somente quando as estatísticas trazem a nossa inclusão massiva no mercado de trabalho. Pois todas as tarefas realizadas por nós mulheres no âmbito do doméstico ou no âmbito privado, as quais correspondem uma enorme magnitude de trabalho que cria efetivamente riqueza, sustenta e reproduz a vida na sociedade, e são, em geral, invisíveis e, portanto, não consideradas em especial na economia.

É preciso dissociar a idéia de que trabalho é emprego. Trabalho não é emprego! Trabalho como atividade humana compreende as atividades remuneradas exercidas no contexto do mercado, assim como as atividades não-remuneradas que exercemos fora dele. Podemos chamar a soma destas atividades de “carga global do trabalho” ou, como algumas outras preferem, chamar de “jornada do trabalho”.

O que permite afirmar que o bem-estar das sociedades, o crescimento das economias, deve-se ao trabalho que é realizado por homens e mulheres, quer remunerado ou não-remunerado.

Os seguintes vetores devem ser compreendidos no conceito de trabalho: o da subsistência, o doméstico, o informal, o coletivo, o voluntário, além, obviamente, do emprego formal. Assim, podemos ver com mais precisão as assimetrias nas distribuições das cargas existentes nas famílias, e de modo especial, a sobrecarga do trabalho das mulheres considerada, então, como essa dupla jornada.

Além disso, esses vetores nos permitem ver os vínculos entre diferentes setores que compõem o trabalho total, o trabalho global. É fato de que a divisão sexual do trabalho nas famílias tem o seu correlato, a sua correspondência, na segmentação de gênero nos mundos do trabalho. Isso se torna patente quando a gente analisa o trabalho doméstico remunerado no contexto do mercado, junto com o trabalho não-remunerado e verificamos, então, a conjunção deste conjunto de trabalhos.

Para a construção da igualdade no mercado de trabalho e para o exercício da autonomia das mulheres se faz necessária uma ação, portanto, determinada do Estado, criando ações que interfiram diretamente nas relações de trabalho, com políticas ativas de emprego e renda, proteção do mercado de trabalho formal, proteção do mercado de trabalho coletivo - essa é uma discussão que está sendo posta inicialmente agora pela economia solidária, pelo trabalho familiar.

Além disso, é preciso implementar políticas sociais que façam suporte a essa construção da igualdade das mulheres. As políticas sociais que pretendem criar condições de igualdade e autonomia devem incluir medidas destinadas a assegurar que trabalhadores e trabalhadoras tenham facilidades iguais ou equivalentes para a formação, para o treinamento, para o acesso e para ocuparem determinadas ocupações, para desenvolver suas habilidades.

Ao mesmo, são necessários serviços sociais que contribuam para que homens e mulheres possam igualmente articular a vida profissional e privada: como creche, escolas em tempo integral, lavanderias, restaurantes e outras facilidades que tendem a ajudar na reprodução cotidiana.

É necessário que as mulheres detenham também a posse da terra e que detenham as condições de comercialização dos seus produtos. Para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e para criação de condições de igualdade no mundo do trabalho, é necessário pensar numa nova equação entre Estado, mercado e família.

As mulheres têm demonstrado a necessidade de construir uma nova ordem de gênero, sem preconceitos de raça e etnia, baseada na equidade como parte substantiva de uma construção social mais plural e democrática, uma nova ordem que não se sustente na subordinação e dependência das mulheres, mas na igualdade e autonomia. Portanto, relações sociais mais justas, democráticas e plurais.

Por isso, temos que manter essa discussão sobre o desenvolvimento, sobre o papel do Estado. E este é o momento central da política de igualdade das mulheres, esse é o nosso momento da Conferência.

Nós concordamos com a CEPAL (Conferência Econômica para a América Latina e o Caribe), quando afirmou que as mulheres da América Latina e do Caribe são protagonistas de uma das maiores mudanças culturais da história. A igualdade avançou, mas ainda a passos lentos, não obstante, as drásticas e provavelmente irreversíveis mudanças que foram produzidas na família, no mundo do trabalho e na vida política.

A evidência da discriminação no trabalho, seja qual for este mundo do trabalho, é tão ampla que se reconhece que a renda feminina do trabalho é um dos fenômenos mais significativos na sociedade e na família do ponto de vista das transformações na economia.

O acesso das mulheres aos mundos do trabalho é, portanto, condicionado ao que algumas economistas feministas chamam do “imposto reprodutivo”, que deriva do trabalho não-remunerado que as mulheres realizam em suas casas, no produto de um pacto que não está escrito, no qual o homem é consagrado como provedor econômico e universal e as mulheres como cuidadoras.

E a tal divisão sexual do trabalho, a construção social que inviabiliza o trabalho das mulheres, que nos perpetua no nosso papel de reprodução da vida, nos trabalhos realizados no nosso cotidiano e no nosso confinamento ao mundo privado, está na base da consolidação desses papéis diferenciados nas sociedades capitalistas e patriarcais.

Essa é uma lógica que confina as mulheres ao mundo doméstico e nos considera em nossa intimidade de mães, fora de casa como demandantes de ações comunitárias, algumas vezes como beneficiárias da política, mas raramente como sujeitos e protagonistas de processos políticos.

Concordo muito com Tânia Bacelar quando ela diz que houve mudanças substantivas em nossa sociedade. Tenho a impressão de que o Censo de 2010, que foi publicado muito recentemente, descortina em números essas mudanças. Somos um país onde as mulheres têm em média menos filhos, tínhamos quase 2,4 filhos em 2000. Hoje, a fecundidade das mulheres, o número de filhos abaixou para 1,8. Somos mães um pouco mais tarde, onde os casamentos formais cederam espaço às uniões consensuais, onde mais crianças e adolescentes estão na escola, e mais pessoas estão trabalhando, inclusive com carteira assinada, e onde os domicílios têm progressivamente adquirido bens duráveis, e em particular computadores.

O Censo de 2010⁵, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE detectou, também, uma outra composição de cor e raça na nossa sociedade, que são declaradas ao Censo. De aproximadamente 190 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões

⁵ Os dados do Censo citados aqui foram também referenciados em gráficos, apresentados em tela para o auditório.

se classificaram como brancos, 15 milhões como negros; 82 milhões, como pardos 2 milhões como amarelos e menos de 1 milhão, como indígenas. Registrou-se, portanto, uma redução da proporção dos brancos e um aumento, o crescimento, dos pardos e pretos. Isto significa, pela primeira vez, que um Censo demográfico registrou em nosso país que a população branca é inferior em números.

Essa é uma questão que, certamente, é reflexo de uma dimensão importante na qual há uma incidência dos movimentos sociais, em particular dos movimentos negros, que foi o esforço no sentido de “declare a sua cor”. É o que vemos refletido, nesses dados, que mostram o que muitas de nós já sabíamos.

O Censo de 2010 detectou, ainda, que embora muitos indicadores tenham melhorado em dez anos, as maiores desigualdades permanecem e são grandes entre as áreas urbanas e rurais.

O rendimento médio dos brancos, homens e mulheres, era de R\$ 1.538,00. Dos amarelos, um pouco mais alto, R\$ 1.574,00, mas eles são menos que 1%. Esses valores são aproximadamente o dobro do valor do rendimento relativo aos grupos de pretos, que era de R\$ 840,00 e dos pardos, que é quase do mesmo valor. O rendimento médio mensal das pessoas com mais de dez anos ficou em torno de R\$ 1.200,00. Na área rural, entretanto, o rendimento para esse grupo é menos da metade do valor do apresentado no meio urbano. O rendimento das mulheres ficou em torno de R\$ 980,00 alcançando cerca de 71% do valor dos homens, entretanto este valor varia muito entre as regiões e esse valor varia muito em função da cor da pele de homens e mulheres.

A ocupação aumentou, é certo. Mais mulheres e mais homens estão no mercado de trabalho. Mas aumentou a população ocupada, de homens e mulheres constituída por trabalhadores por conta própria, nesse período. E as mulheres estão, ainda, inseridas na sua condição do trabalho precário.

Quero chamar a atenção de um fenômeno que passa a acontecer e que aparece no Censo: o aumento do número de pessoas, de um contingente de pessoas, que estão ocupadas e que trabalham em casa. Hoje, em torno de 23% da população trabalha no próprio no domicílio. E o percentual maior foi na região Norte. Essa é uma demanda, que nós, mulheres, temos que olhar com cuidado. Porque significa que a separação que a havia entre o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e o trabalho doméstico não-remunerado tem uma imbricação e, agora, parece que tem conseqüências maiores.

Os dados do Censo nos mostram como é lento, persistente e difícil de romper, com uma dimensão relevante no mercado de trabalho que são as diferenças salariais entre homens e mulheres. Certamente esse é um dado que muitas vezes sintetiza – e aqui estão todos os tipos de trabalhos – o grau de desigualdade da nossa inserção nos diversos mundos do trabalho.

Mas ao falar dessa carga global de trabalho, deve-se incluir os diversos trabalhos, o conjunto das nossas atividades, e mostrar o quanto somos demandas no nosso dia. As mulheres de 39 a 50 anos têm uma jornada de trabalho que se aproxima de 65 horas de

trabalho semanais, não considerando, aquilo de levar crianças, mais velhos aos hospitais, aos serviços públicos. Isso demonstra o que ela faz no trabalho doméstico. Para os homens de 30 a 50 anos, o conjunto da sua jornada está em torno de 52 horas por semana.

Isso espelha o que sentimos no cotidiano, de que o tempo passa tão rápido, e que nunca temos tempo para nada. E não pensamos que esse tempo é regulado, esse uso que nós fazemos do tempo é regulado socialmente, que depende das políticas públicas, depende da forma de inserção do Estado, como ele nos enxerga, nas inúmeras tarefas que nós temos que fazer.

Para finalizar, quero dizer que nosso desejo, nessa Conferência, é sermos vistas como mulheres reais, mulheres do Século 21 no Brasil. Nós participamos mais da vida pública e social, reivindicamos nossos direitos, assumimos posições de luta contra o preconceito e a dependência, trabalhamos fora, exigimos melhores salários, nos afirmamos como chefes de família.

Um lugar central onde houve uma mudança importante nesta última década foi no seio da família. Hoje, em torno de 30% das famílias têm a mulher como a pessoa de referência, ou seja, aquela que é identificada como mulher chefe de família. Esses são acontecimentos que marcam a nossa história recente. Está fundado numa imagem de mulher, ainda, esposa-mãe, sem algum direito de participação, de uma mulher de sexo-frágil, que não somos, e que justifica, ainda, atitudes violentas e machistas. Mas, há ambigüidades nesta noção de sujeito, pois ainda não se dá a devida importância à nossa autonomia econômica.

Contar com rendimentos próprios é indispensável e indica nosso nível de autonomia. As desigualdades geram falta de autonomia das mulheres. A redistribuição dessa carga de trabalho global ainda é um horizonte que esperamos que não seja longínquo. É pela construção desta mulher, neste século, neste país e pela construção destas políticas que nós estamos aqui nesta Conferência. Obrigada!

Luiza Bairros

Muito bom dia a todas! Eu quero, na verdade, começar fazendo um registro, porque eu acho que ontem nós não tivemos tempo para festejar suficientemente a declaração da Presidenta Dilma Rousseff, dispersando todos os rumores, especulações e boatos sobre uma possível extinção ou fusão da SPM com outro Ministério. Acho que isso tem que ser extremamente festejado por todas nós e tem que ser comemorado como o primeiro grande resultado político do processo da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Esse foi o tema que atravessou todas as Conferências estaduais, municipais e regionais e isso indica muito bem, a dimensão, a força política que esse processo de construção da Conferência Nacional tem. E a capacidade, quando nós nos fechamos em torno de uma posição, nos unirmos em termos de uma necessidade nossa de participação política, como isso produz resultados efetivos.

É, portanto, sob a égide dessa boa notícia, sob a égide dessa vitória que nós devemos conduzir todo o restante desta 3ª Conferência, acreditando na nossa capacidade de produzir os resultados políticos que nós queremos para o nosso processo de empoderamento na sociedade brasileira.

Uma salva de palmas para todas que participaram desse processo, à Ministra Iriny e sua equipe, que se mantiveram firmes, navegando nesse mar revolto da boataria e foram capazes de nos trazer até aqui nesse momento.

Quero também fazer um registro, cumprimentando a todas as representantes da sociedade civil nessa Conferência. Cumprimentá-las a todas através das companheiras indígenas que se encontram aqui nessa Conferência e que têm, desde a primeira Conferência até agora, reforçado sempre e cada vez mais a sua participação, a sua presença nesse debate sobre as mulheres no Brasil.

Parabéns a todas nós por essa capacidade também, de ao longo da nossa trajetória, incorporarmos as mulheres no plural que nós falávamos tanto na teoria e que a gente está conseguindo, na prática do movimento social, trazer todas essas representações para um debate tão importante como esse.

Um terceiro registro, na verdade, é uma saudação que quero fazer a todas as representantes, delegadas governamentais, que se encontram nesta Conferência e que têm também um papel muito importante na condução desses processos do ponto de vista do Estado brasileiro.

E quero pedir licença a todas as representantes governamentais para fazer essa saudação em nome da Embaixadora Maria Nazareth Farani que se encontra aqui entre nós⁶. A Embaixadora Maria Nazareth dirige a Delegação Brasileira em Genebra e desenvolve um trabalho fantástico de apoio, no plano internacional, a todas essas questões ligadas à promoção da igualdade racial e da igualdade de gênero. O trabalho do Itamaraty é um trabalho que fica meio escondido debaixo de todas as coisas que nós fazemos aqui no Brasil, e a delegação em Genebra, sob a liderança da Embaixadora, teve um papel fundamental nas vitórias que nós obtivemos na Conferência Internacional da OIT que aprovou Convenção do trabalho doméstico agora em junho.

Dizendo isso, quero voltar aqui, então, aos temas específicos que a mesa trata, agradecendo as exposições da nossa professora Tânia Bacelar e de Vera Soares. Porque os comentários que eu trouxe não estão baseados em dados empíricos, mas eles se aproveitam muito bem daquilo que foi apresentado aqui anteriormente.

E, um pouco animada, digamos assim, por essa notícia de que a gente como Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM permanece. Eu acho que é bom que a nós, depois de oito anos de existência, não só da SPM como da própria Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, comecemos a levantar questões voltadas aos desafios que se

⁶ A palestrante solicita à Embaixadora que se levante para que as participantes possam identificá-la.

colocam para novas etapas que temos efetivamente que abrir do ponto de vista das políticas públicas de igualdade racial ou das políticas para as mulheres.

Quer dizer, são oito anos, no mínimo, de institucionalização dessas políticas públicas e temos avanços para serem registrados. Ontem, aquilo que seriam os avanços mais específicos voltados para as mulheres foram apresentados no vídeo que abriu a Conferência; existe ali uma forte presença de conquistas que fizemos do ponto de vista dos nossos direitos. Mas ainda se constata, de uma maneira geral, uma percepção baixa de quais seriam os efeitos concretos que estas conquistas têm gerado nas nossas vidas.

E muitos dos questionamentos que são feitos, e que as exposições anteriores apresentaram muito bem, considero que são dimensões das desigualdades de gênero que nós não conseguimos ainda superar. Como eu tenho dito com relação à questão racial, também aqui se torna verdadeiro, nossa possibilidade de ação efetiva contra o sexismo ainda é muito baixa.

Nós temos operado dentro desses órgãos que dirigimos com uma possibilidade, a meu ver, ainda limitada de trabalhar contra aquilo que é central na produção da nossa subalternidade social. Existe quase uma etiqueta colocada para nós: “é possível você trabalhar pela igualdade racial, mas não fala de racismo”; “é possível você promover políticas para as mulheres, mas não pode falar do enfrentamento ao sexismo e tudo que ele significa na produção da nossa condição”.

Por isso, me parece que sempre, quando colocamos a discussão nesse patamar, de uma discussão da relação das mulheres ou da igualdade das mulheres como uma questão do desenvolvimento, sempre temos que nos perguntar – como a professora Tânia Bacelar apresentou aqui – sobre que concepções de desenvolvimento, estamos efetivamente falando e qual é a perspectiva das mulheres dentro dessas concepções de desenvolvimento.

E para que nossas perspectivas pudessem estar presentes lá, seria preciso que nós, como mulheres e que pensamos a partir destes pontos de vista, estivéssemos também presentes, e em grandes números, nesses espaços onde essas políticas são pensadas. Daí, conseguiríamos, talvez, fazer algumas perguntas que todo formulador de políticas públicas teria que se fazer, se tivesse a igualdade como o seu objetivo central: deveria se perguntar como a política que está sendo adotada impacta negativa ou positivamente na produção de desigualdade, seja ela desigualdade de gênero, seja ela a desigualdade racial.

E é em função disso que considero, a exemplo do que temos pensado na questão racial, que se pense mesmo, nessa etapa nova da nossa atuação no Estado, na questão do sexismo institucional. Insistir um pouco mais nesse conceito. Até que ponto as instituições, seja por ignorância, por falta de atenção, por preconceito mesmo, trabalham sem levar em conta o significado da sua atuação sobre a vida das mulheres.

Para isso, me parece que teremos que cada vez mais trabalhar – e a Secretaria de Políticas para as Mulheres- SPM já trabalha de algum modo nisso – em todos os órgãos de políticas para as mulheres, independente da esfera de governo, devemos atentar cada vez mais para essas dimensões de manifestação de sexismo no interior das instituições. Até porque, nesse

caminho, da identificação do sexismo, eu acredito que, a depender do tipo de perspectiva que adotemos, vamos também, paralelamente, concomitantemente, tornar mais evidentes as manifestações do racismo no modo como as nossas instituições operam.

É preciso que avaliemos e criemos determinados espaços de interlocução dentro dos governos, no sentido de pensar como os estudos das desigualdades de gênero podem passar a informar a formulação das políticas públicas. Porque continuamos, ainda, elaborando políticas públicas fora dos espaços específicos, em cima de informações gerais sobre a população brasileira, como se nossa inserção na sociedade não fosse, em algum sentido, definida ou estruturada, como foi dito aqui antes, por nossa condição de sexo, idade, orientação sexual, pela região que moramos, pelo grupo étnico a que pertencemos.

É importante, nesse processo de avaliação do sexismo, nós pensarmos nas instituições como elas são formadas. Temos hoje, funcionando no Governo o Programa Pró Equidade de Gênero e Raça, que se dirige às empresas, privadas e públicas, e que chama essas empresas para avaliarem, do ponto de vista da composição dos seus quadros, da presença nos diferentes estratos salariais, de homens e de mulheres.

Mas precisamos também criar um efeito demonstração, fazendo isso para dentro da própria estrutura do Estado. Acho que isso, inclusive, vai nos revelar dimensões de nossa presença, ou dimensões da nossa ausência, exatamente naqueles lugares que importam para a definição, ou para a tomada de decisão que implica na vida de todos os brasileiros e de todas as mulheres de uma maneira geral.

O terceiro aspecto desta questão do sexismo, que acho importante aprofundar, é como avaliarmos efetivamente o impacto das políticas públicas sobre as mulheres. Em muitos sentidos, isso tem sido realizado por algumas organizações do movimento social, a exemplo do trabalho que o CFEMEA desenvolve, e tem sido desenvolvido ao longo dos anos. E ao fazer isso, recuperarmos para nossos Ministérios uma dimensão importante inserida na sua criação que é esta dimensão do monitoramento e avaliação de políticas públicas, que pode efetivamente nos levar a um processo de diálogo porque formula as políticas chamadas gerais, universais. E, principalmente, para quem toma as decisões, que são decisões macroeconômicas, de como nós podemos caminhar nessa direção que foi apontada pela fala de Tânia Bacelar.

Não há dúvida alguma, e o Censo de 2010 nos mostrou isso, e por isso temos repetido insistentemente na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que com todos os avanços, no sentido da diminuição das desigualdades sociais no Brasil, resta um núcleo duro das nossas desigualdades que é a desigualdade racial e que isso se torna ainda mais evidente quando associada à análise a relacionada às desigualdades de gênero.

Nesse sentido, da questão das políticas públicas, eu gostaria de salientar questões que temos que buscar responder nessa fase, se nós quisermos também incidir, de forma mais efetiva sobre a questão do desenvolvimento de uma maneira geral.

Costumo avaliar que, com o desenvolvimento da política de enfrentamento à violência, nós conseguimos, no Brasil, atuar em uma dimensão que é de extrema importância ser

questionada – embora isso não seja feito diretamente na nossa atuação cotidiana – mas que serve para questionar uma dimensão extremamente importante do poder masculino em nossa sociedade. Com todas as dificuldades, inclusive, que enfrentamos na implementação dessas políticas, acho que há uma percepção, muitas vezes quase intuitiva, de que esta questão da violência sobre a mulher toca fundamentalmente no poder masculino e, no limite, o poder do homem sobre os nossos corpos.

Mas para além dessa dimensão que a questão da violência e das políticas públicas sobre violência nos dá, não encontramos esse questionamento mais efetivo da questão do poder masculino em outras políticas, mas elas existem.

Ontem foi falado sobre os efeitos do Pronaf Mulher, do “Minha Casa Minha Vida”, o “Bolsa Família”. E sabemos que são efeitos importantes sobre a vida das mulheres, pois esses programas conseguiram dar para as mulheres uma autonomia relativa na vida social.

Mas também são programas pensados, e como a maioria deles, o Rede Cegonha e outros, naquela dimensão da mulher como mãe ou na dimensão da mulher como chefe de família. Como conseguimos, do ponto de vista da política pública, preservar essa dimensão da mulher-mãe, da mulher-chefe de família – que é extremamente importante para o conjunto da sociedade –, mas agregamos a isso aquilo que foi inclusive destacado na fala da Presidenta, a política pública que se remeta à mulher que faz política, à mulher militante, à mulher profissional?

Achei extremamente importante a presença desse texto na fala da Presidenta porque isso nos desafia efetivamente a buscar pensar essa questão das políticas para as mulheres, aprofundar essas dimensões, considerando a mulher para além dos papéis tradicionais ou dos papéis que são esperados dela no interior da sociedade.

O que é importante pensarmos, conforme já foi dito aqui, é que, sem dúvida alguma, ao longo dos últimos anos, temos tido avanços que são importantes. Tão importantes que foram capazes, inclusive, de impactar sobre a vida das mulheres negras.

Existe uma dimensão que temos que recuperar para esse debate, em termos desses ganhos mais recentes que foram demonstrados na apresentação inicial, de como no Brasil alteram-se as condições de renda pela via de uma política de valorização do salário mínimo. Como se contribui para alterar os padrões de consumo somando a essa política uma política de crédito que nos permita consumir determinados bens; como, através do social, dinamiza o setor produtivo e, portanto, se criam novas oportunidades de trabalho das quais as mulheres souberam se beneficiar.

O que tem sido dito insistentemente por todos os estudiosos e observadores daquilo que se convencionou chamar de nova classe média, é que essa nova classe média brasileira tivesse que ter uma cara, os analistas dizem: “essa cara seria de uma mulher jovem negra descolada”. É como os analistas definem e caracterizam.

O que acontece com isso? Acho que precisamos, valorizar essa dimensão que é mostrada, o que foram esses avanços mais recentes na sociedade brasileira e de como os setores mais

discriminados da sociedade, no caso dos negros, puderam se beneficiar disso sem que a desigualdade racial, e no caso das mulheres negras, sem que a desigualdade racial alimentada pela de gênero, se transformasse significativamente ao longo desse período.

Assim, acho que temos, como gestoras de políticas para as mulheres e de políticas de igualdade racial, como militantes das questões de enfrentamento ao racismo e ao sexismo na sociedade, um desafio muito grande colocado por estas transformações recentes na sociedade brasileira.

E digo que o desafio é nosso porque ainda não conseguimos dar resposta a todas essas questões. Porque sempre é mais difícil, digamos assim, respondermos a uma realidade que se transforma em função ou como resultado da sua própria atuação sobre ela. Quer dizer, estamos todas muito implicadas nessas transformações que aconteceram, somos objeto e sujeitos dessa transformação. Isso é extremamente importante, mas isso também cria para nós uma tarefa, que é uma tarefa acima do que já caminhamos até agora, que é exatamente no sentido de responder, do ponto de vista do que nos aponta o desenvolvimento econômico e social do Brasil, em que direção deverá também apontar isso que eu chamo de uma segunda geração de políticas sociais que nós temos que ajudar a criar e a implementar no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Era isso que eu teria para trazer como contribuição a esse debate. Muito obrigada pela atenção.

Painel 2. Enfrentamento do racismo e da lesbofobia - articulação necessária para o enfrentamento do sexismo

Dia : 13/12/2011

Hora: 18:00 às 20:00

Painelistas

Maria de Lourdes Rodrigues, socióloga da Liga Brasileira de Lésbicas (substituindo Marinalva Santana).

Elisa Urbano Ramos, Coordenadora Executiva e Pedagógica das escolas indígenas Pankararu.

Jurema Werneck, Coordenadora da ONG Criola e da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras.

Coordenação: Elza Maria Campos, Conselho Nacional de Direito da Mulher – CNDM e União Brasileira de Mulheres – UBM.

Relatora: Maria Lúcia da Silveira, Socióloga da Prefeitura Municipal de São Paulo, Professora da Faculdade Paulista de Serviço Social.

Maria de Lourdes Rodrigues:

Boa noite a todas. Quero inicialmente justificar a ausência da companheira Marinalva Santana, uma grande companheira, guerreira, lutadora, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da População Lésbica Gay Bissexual, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), que infelizmente teve um problema e não pôde estar aqui. Fui indicada para contribuir com essa mesa sobre o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia. A companheira Marinalva, junto com as companheiras Verônica Lourenço e Maria Gorete Gomes, esteve na construção do eixo de enfrentamento à lesbofobia no Grupo de Trabalho que foi criado após a segunda Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, na produção de estratégias constituintes do eixo 9 (nove) do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Antes de começar, quero fazer um cumprimento especial a todas as lésbicas e mulheres bissexuais aqui presentes, que conseguiram chegar aqui na etapa nacional. Mas quero cumprimentar também todas aquelas lésbicas e bissexuais que participaram das etapas estaduais e municipais da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Quero afirmar que essa luta é de todas nós desde essas etapas, até chegar à Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e agradecer essa oportunidade que, para mim, é uma oportunidade muito singular – e que é estar aqui nessa mesa com companheiras como a Lucinha, de São Paulo, a Elza, do Paraná, a companheira Elisa e, em especial, com a companheira, amiga e parceira da longa jornada da Décima Quarta Conferência Nacional

de Saúde, Jurema Werneck – e, assim, peço que todas as orixás, as deusas, as bruxas nos iluminem nesse início de noite.

Quero, inicialmente, falar sobre como se chega, nessa 3ª Conferência, em um painel sobre enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia. Não é uma coisa que ganhamos, é uma coisa conquistada com muita luta, garra e participação para apontar a questão do racismo, do sexismo e da lesbofobia como fatores estruturantes das desigualdades sociais, além daquela já reconhecida que é a questão de classe. Essa é uma discussão que começou há muito tempo. Passamos por muitas dificuldades, muitos desafios ao longo das décadas mais recentes porque essa luta, essa história, é antiga, desde muito tempo. Mas quero resgatar, em nossa história mais recente, as organizações de mulheres na década de 1970, com o Ano Internacional da Mulher, com a organização de congressos, com a luta feminista, em que as mulheres bissexuais e lésbicas estiveram juntas, parceiras. Mas também com tensionamentos, dificuldades, durante o processo de construção desse feminismo que tantas conquistas tem trazido para a população feminina brasileira, e que, ao longo da sua história, tem aberto caminhos, por um lado, para a questão da diversidade sexual, para a questão da violência, mas que também tem trazido tensionamentos, dificuldades para incorporar essa dimensão da orientação sexual no campo da luta feminista – e são essas feministas que a gente pode chamar de grandes parceiras dessa história.

A luta e a organização de lésbicas e bissexuais teve uma ampliação e um fortalecimento significativo durante as décadas de 1980 e 1990. Neste último período, tivemos um evento marcante, para a nossa organização, o primeiro seminário nacional de lésbicas, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1996.

A partir daí construímos o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e, desde então, sempre em 29 de agosto comemoramos, saímos às ruas, fazemos atividades diversas para garantir a visibilidade de lésbicas pelo país afora. No novo milênio, nos anos 2000, tivemos uma ampliação muito significativa tanto do número de organizações de lésbicas, quanto da qualidade dessa organização, por meio de seminários nacionais de lésbicas. Estamos no sétimo Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais. Tivemos uma participação ativa nas principais conferências nacionais de políticas públicas, quero destacar aqui a nossa participação na Primeira Conferência Nacional de Política para as Mulheres em 2004, quando, por meio de nossa organização e incidência, conseguimos dar voz às nossas bandeiras, fazer presentes nossas reivindicações e dar visibilidade à presença lésbica. Foi a partir daí que conquistamos um assento, pela primeira vez, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o que aconteceu em 2006, e temos essa vaga garantida até os dias de hoje.

Foi também nesse bojo de organização e ampliação da nossa luta que conseguimos ampliar a representação LGBT em outros conselhos, como o Conselho Nacional de Saúde. Em 2007 estivemos, pela primeira vez, na eleição dos usuários do Conselho Nacional de Saúde, com incorporação de um assento para o movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, cuja titularidade hoje é da pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). E nós temos uma primeira e segunda suplência representadas pela LGBT e LBL. Estou destacando essas conquistas porque nossa luta é árdua, há grandes desafios, mas é preciso que também valorizemos as nossas conquistas.

Em 2007, na segunda Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tivemos uma participação e visibilidade maior do que em 2004. Recebemos cumprimentos da própria ministra – na época, ministra Nilcéia Freire – pela participação e organização das lésbicas e bissexuais na 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. E, em função dessa organização e visibilidade das lésbicas na 2ª Conferência, conquistamos, em uma atuação articulada e estratégica, em parceria com as mulheres negras, com o Movimento Nacional de Mulheres Negras, a inclusão do eixo 9 (nove) de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Então, na 1ª Conferência marcamos presença, na segunda, conseguimos a inclusão de um eixo que, para nós, foi fundamental e estratégico no segundo Plano Nacional de Política para as Mulheres. O que nós conquistamos na discussão do II Plano Nacional de Política para as Mulheres foi a inclusão do debate sobre o que chamamos de lesbofobia no seguimento LGBT, de homofobia e transfobia, que é a aversão, o desrespeito, a estigmatização, a hostilidade, a violação de direitos, as violências contra a população LGBT e, no caso do eixo 9 (nove), contra as mulheres lésbicas e bissexuais.

Para nós, essa 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres não só tem que reafirmar esse eixo, como ampliar as estratégias para o enfrentamento à lesbofobia. Nós tivemos, na 2ª Conferência, em 2007, além do eixo 9 (nove), uma conquista importante na luta pelo direito à comunicação: a inclusão do eixo 8 (oito), que se refere à cultura, comunicação e mídias igualitárias, democráticas e não discriminatórias; e do eixo 10 (dez), fruto da participação e organização das mulheres jovens e idosas, que é o enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres – com atenção especial às jovens e idosas.

Portanto, sobre o eixo 9 (nove), para nós, que chegamos nessa Conferência com uma sinalização de não inclusão nos grupos de trabalho dessa discussão, gostaríamos de trazer aqui um posicionamento do conjunto de mulheres lésbicas e acreditamos que das mulheres negras também presentes nessa Conferência, de que o eixo 9 (nove) – que é o combate a qualquer forma de discriminação baseada em estereótipos étnicos, raciais, sexuais, por orientação sexual e identidade de gênero – deve ser afirmado em um Plano atualizado de políticas para as mulheres. E alguns dos desafios que a gente traz aqui devem fazer parte dos encaminhamentos dessa Conferência como: investir em pesquisas que tragam os dados sobre a violência contra as lésbicas e bissexuais, violência que, em nossa avaliação, teve um aumento significativo – em especial, em função do fundamentalismo religioso, da violação da laicidade do nosso Estado, da violação do direito à liberdade da gente ser como a gente é. O que queremos é um direito, já garantido na Constituição Federal de 1988, de não ser discriminada, de não sofrer nenhum tipo de violência em função de nenhum tipo de preconceito, seja por sexo, raça, por orientação sexual implicitamente, por geração, por deficiência, qualquer tipo de discriminação. O que queremos é que essa Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirme a necessidade de investir em processos de formação e capacitação de gestores e profissionais do serviço público, para que atendam a todas as mulheres de forma digna, respeitosa e sem discriminação.

Na área da saúde, queremos que as mulheres lésbicas e bissexuais possam ser atendidas sem ter que esconder que não são heterossexuais, sem ter que esconder que não têm

relações sexuais com homens; a gente quer ser atendida com dignidade, com respeito, e considerando a nós mesmas como parte do Sistema Único de Saúde, assim como todas as outras pessoas, heterossexuais ou não. Que não tenhamos que passar pelo constrangimento das perguntas: Como é que você evita a gravidez? Quando é que foi a sua última relação sexual? E quando dissermos que a última relação sexual foi com uma mulher, e passamos a ser tratadas de forma diferente, que os profissionais de saúde vejam isso como uma forma de violência, e não do tratamento digno que o SUS requer. Então, nossos desafios, aqui, são apontar para a necessidade do investimento em capacitação, em formação, em pesquisa, em estratégias de enfrentamento a essas discriminações e a essa violência que, em especial, nós mulheres lésbicas e bissexuais enfrentamos todos os dias.

As eleições de 2010 fizeram com que o governo recuasse no enfrentamento a essas violências. Temos notícias do aumento do assassinato de meninas, de mulheres, pelo fato de serem lésbicas. Todo mundo deve ter acompanhado o caso da adolescente de Mato Grosso, que teve sua vida cortada. Em ato planejado pelo pai que designou dois dos seus filhos menores para matar a adolescente que era a namorada da sua filha. Isso destruiu não só a vida da menina companheira, como destruiu a vida dos dois adolescentes, da família de um e de outro. Essa situação de mortes e de lesbofobia aumentou significativamente com o recuo que esse governo teve em relação ao fundamentalismo religioso, ao fato de o governo ter se dobrado à igreja, aos pastores, aos evangélicos que, de forma hipócrita, defendem uma vida sem liberdade. Então, queremos a chamar a atenção aqui para a necessidade desse governo rever essa posição de recuo e enfrentar essas questões: chegar para a sociedade com a posição de apoio para todas as diversidades sexuais. Que se possa fazer uma campanha na mídia, de valorização e respeito ao conjunto das orientações sexuais, seja de homem e mulher, seja de mulher com mulher, seja de homem com homem, seja de quem for com quem for. O amor é um direito, o amor tem que ser reconhecido enquanto uma coisa que faz bem a saúde.

Eu vou finalizar com três frasezinhas: de um negro, uma poeta e uma mulher, também poeta. A primeira, diz “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou, ainda, por sua religião. Para odiar, é preciso aprender, e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”, é do companheiro Nelson Mandela. Uma outra frase, de uma escritora de que nós gostamos muito e que diz que “liberdade é pouco, o que eu desejo ainda não tem nome”, de Clarice Lispector. E uma referência às nossas ancestrais, às nossas musas inspiradoras: “alguém, um dia, lembrará de nós no futuro” - quem escreveu isso foi Safo de Lesbos, que viveu 640 anos antes de Cristo, e daí que surgiram as palavras “safadas, sapata, safadinha, lésbica”. E uma homenagem a essas que nos antecederam, a todas as mulheres que chegaram antes de nós, que caminharam juntas e que continuarão na construção desse novo mundo sem machismo, racismo, sexismo e lesbofobia e sem qualquer tipo de violência e opressão contra as mulheres. Somos muito gratas a todas essas mulheres. Obrigada.

Elisa Urbano Ramos:

Boa noite. Saudações indígenas às minhas parentes indígenas que aqui estão, saudações indígenas a todas as mulheres, a todas as companheiras que aqui estão, e aos homens

também. Eu sou uma mulher indígena, sou da etnia Pankararu, da terra indígena Entre Serra Pankararu de Pernambuco.

Nós, que fazemos parte do movimento indígena, não podemos começar a falar dos nossos direitos sem fazer menção à Constituição de 1988, que tem um capítulo chamado “Dos Índios”. É uma grande conquista, pois guerreiras indígenas estavam lá, lutando, em Brasília, para que esse capítulo fosse incluído no texto da Constituição Federal. A partir desse momento, nós já começamos a citar as nossas guerreiras como grandes lideranças, grandes mulheres, que são grandes exemplos para todas nós nesse país. Ao referir-me ao artigo 231, em toda minha fala, farei menção à Organização de Mulheres Indígenas.

O artigo 231, da Constituição de 1988, diz que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Fazer respeitar todos os seus bens para nós é uma das partes mais importantes, porque o direito é um bem, a organização indígena é um bem, o direito que as mulheres indígenas têm de se organizar dentro de um movimento indígena e suas bases é um bem, e cabe à União fazer respeitar esses bens. E esse artigo 231 nos leva para muitos caminhos dos direitos indígenas, muitas vertentes, muitas discussões, muitas lutas e conquistas também.

Vou fazer um breve histórico do que são as organizações indígenas de mulheres nesse país, tentar falar algo que seja mais ou menos comum, em um país que tem mais de 220 (duzentos e vinte) povos indígenas. É uma diversidade enorme. Infelizmente, parte do Brasil ainda desconhece a realidade e a presença indígena em nosso país. E, embora tenhamos sido, nós, seus primeiros habitantes, ainda somos vistos, em pleno ano de 2011, como fadados ao desaparecimento. Mas as populações indígenas ainda estão aqui, e as mulheres indígenas estão presentes nessa Conferência.

As lideranças indígenas, em sua maioria, são homens. No entanto as poucas mulheres que tem são guerreiras, são fortes, são mulheres. Existe, em especial lá no Nordeste, uma expressão machista que os homens dizem: “eu sou homem”. Pois bem, nossas mulheres indígenas, elas são mulheres. As mulheres indígenas não tinham – e em alguns povos ainda não têm até hoje – espaço próprio para o debate. Quando eu digo espaço próprio, isso vai desde o espaço para conversar até uma sede de uma associação, uma sala, um salão. No entanto, as mulheres participavam das assembleias nos povos. Elas estavam ouvindo, mesmo que estivessem cozinhando, mesmo que estivessem na cozinha, mesmo que estivessem varrendo, limpando, elas estavam ouvindo, participando do debate quando chegavam em suas casas com seus familiares, seus esposos. Mas em alguns movimentos, em certos estados, como por exemplo, o movimento de educação, não em todo o Brasil, mas na maioria dos estados, é composto majoritariamente por professoras.

O movimento de saúde e a luta dos povos indígenas desse país é uma luta árdua. Há um embate político na luta pela educação escolar de qualidade, uma saúde digna para as populações indígenas. Existe uma dinâmica de luta dessas profissionais, de embate político, e isso passou a assustar seus companheiros, seus esposos, seus pais. De modo que foi necessário que essas mulheres passassem a discutir essas problemáticas, desde a de serem

impedidas de participar do movimento, até a curiosidade a respeito do que estariam fazendo essas mulheres viajando por aí. Foi necessário que as mulheres passassem a discutir essas problemáticas. Então, essas reuniões passaram a contar com a presença de homens. As Assembléias das Mulheres Indígenas não são fechadas apenas às mulheres. Há aí uma questão que mostra que, embora as mulheres indígenas venham se afirmando nos espaços públicos como mães, profissionais, avós, lideranças, ainda sofrem o preconceito de seus maridos. Mas o preconceito maior é sofrido na sociedade – aquele preconceito que não é declarado. Muitas de nossas lideranças mulheres são perseguidas, inclusive judicialmente – esses são os preconceitos subjetivos de que ninguém fala. E identifica-se aí a ausência do apoio dos homens. Quando digo “dos homens”, não estou falando apenas dos esposos, estou falando também dos homens que estão à frente do governo, à frente das instituições, seja das organizações governamentais ou não.

Geralmente, fazemos referência à violência contra as mulheres como se as mulheres sofressem violência só em casa, como se a violência fosse só apanhar. Mas a violência está estampada subjetivamente, às escondidas, e está em todos os lugares por onde nós passamos. Essa é uma reivindicação enquanto políticas públicas, pois nossas mulheres querem participar, ter seus espaços públicos, formar associações, cooperativas, participar dos espaços públicos dentro e fora da aldeia, assim como estamos participando dessa Conferência, embora alguns estados nesse país tenham ignorado a presença indígena. Foi necessário que nossas mulheres viessem como convidadas e não como delegadas. Isso faz parte da história das conferências também.

O que é a luta indígena nesse país? Por que os povos indígenas lutam de Norte a Sul nesse país? E as mulheres estão lá. Primeiro, pela terra. Porque a terra é mãe, a terra não é objeto de especulação, não é objeto de riqueza, a terra para nós é mãe, para garantir o sustento do corpo e o sustento espiritual também. E a luta pela terra é a luta pelo processo também de regularização dessa terra, processo de identificação, demarcação, homologação, mas também a sustentabilidade física, do trabalho, para tirar o sustento para que a gente sobreviva. Mas a terra não é só para sustentar o corpo. É para manter nossa espiritualidade, e, por isso, o respeito e a preservação do meio ambiente e dos espaços sagrados. Existe uma história lá dos nossos parentes Xucuru Cariri de Alagoas, que ganharam a terra. Aliás, ganharam não, porque não ganharam de presente, eles retomaram com a luta, não foi Papai Noel quem trouxe. Mas as pessoas diziam: “olha que índios vagabundos, preguiçosos. Ganharam a terra e a terra está lá do mesmo jeito, nunca plantaram nada”. É porque a terra também é espaço sagrado, ela não foi feita para ser explorada. Se a terra, é mãe ela não foi feita para ser explorada, ela é apenas para criar seus filhos e filhas.

Nos povos em que as mulheres estão preocupadas com a educação dos seus filhos – primeiro com a educação indígena, aquela educação e aprendizagens, saberes, que são passados pelos nossos idosos e idosas – aquelas que são mães, professoras, lideranças, a preocupação é com a educação no sentido de preservar os costumes tradicionais, de manter outros espaços de educação que não é apenas a escola. Mas também com uma política escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngüe, e cabe à União também garantir esse bem de que fala a Constituição. São questões que as mulheres indígenas estão conversando nas suas organizações e movimentos sociais: a saúde, a valorização da

medicina tradicional, a condição de vida do bem viver. Mas também sobre as políticas públicas, porque nossas mulheres são discriminadas nos hospitais.

A boa política de saúde só existe nos papéis e nos documentos. Nossas mulheres são discriminadas nos Municípios e nos Estados. São dados que os documentos não colocam. Quem sofre, quem conhece, quem sabe somos nós, que vivemos essa pluralidade. Há a questão da violência: a violência física, moral e psicológica – nós não vivemos num paraíso. Somos grupos humanos. Criou-se um estereótipo acerca dos povos indígenas, como se fôssemos extra-terrestres. Mas nós somos grupos humanos, e grupos humanos se desentendem, se entendem, há violência. Não somos “mauzinhos” nem “bonzinhos”, nem “anjinhos” e nem “demônios”, somos grupos humanos. A Lei Maria da Penha precisa conhecer e lidar com essa pluralidade, para romper com a cultura da impunidade. Mas é preciso também estar de olho em outros tipos de violência: do preconceito, da discriminação que passamos.

Há uma questão grave sobre a qual eu não poderia passar por aqui, nessa Conferência, sem ao menos fazer uma moção, sem ao menos fazer uma referência: contra a criminalização das lideranças indígenas, em especial femininas, nesse país. Existe a veiculação na mídia dessa discriminação. Vou citar os dois casos. Há um ano foi veiculada uma notícia na Rede Record sobre infanticídio nos povos indígenas. Há menos de um mês, veiculou-se uma outra notícia em que se distorce a pessoa da cacique Ilda, da terra indígena Entre Serra. Esses são alguns exemplos. Mas existem outros tipos de veiculação na mídia de criminalização dos indígenas. E aí vai se estendendo. É preciso que cada mulher indígena aqui nessa Conferência leve para nossas bases, para os nossos estados, essas questões que a mídia não mostra, a violência que não é mostrada nas literaturas e nem na TV, muito menos na internet. Não passa na TV. Mas, quem sofre, quem convive, sabe. Então, é preciso que sejamos esse veículo de informação, nem que seja boca a boca, em cada lugar que a gente chegar.

A prisão das lideranças, por serem lideranças. O papel da liderança é esse mesmo, é estar com o seu povo. As mulheres, as lideranças indígenas são presas acusadas de formação de quadrilha devido à luta pela terra. Isso não passa na TV. A luta pela terra dos povos indígenas e dos camponeses em geral, das mulheres do campo nesse país não é veiculada na TV. A criminalização, sim. Não interessa que seja verdade, ou seja, mentira. E o preconceito subjetivo. Ninguém abre a boca para dizer: “Olha, eu estou fazendo isso porque você é negro, porque você é índio, porque você é mulher, porque você é camponês”, essa afirmação não sai da boca de ninguém, ela sai nas atitudes, nas ruas, ela sai no atendimento. A cultura da discriminação é uma criação. É uma criação patriarcal, é uma criação do dominador, é uma construção humana – e se é uma construção humana, se é cultural, ela pode ser desconstruída. Toda cultura humana pode ser modificada. Então, a cultura da violência, a cultura do preconceito, ela é criação humana e pode ser desconstrução humana também. Enfim, a Organização das Mulheres Indígenas busca discutir a questão de gênero, o papel da mulher em sua sociedade, a importância em dizer que nós não ajudamos no trabalho: nós trabalhamos. A gente trabalha, a gente faz.

A participação nos espaços de implementação de políticas públicas é importante para cada uma das três mil mulheres aqui presentes. Nós que estamos aqui, nos espaços públicos que

propõem e fazem políticas públicas, nós temos que estar lá. Isso é espaço de poder. Não precisamos ser vereadoras, deputadas, prefeitas, mas, enquanto sociedade civil, nós temos que estar nos espaços de políticas públicas, pelo fortalecimento do movimento de mulheres. O que eu quero dizer, para finalizar, é que para nós – povos indígenas- nós mulheres, temos uma luz especial. Nós somos guerreiras porque a natureza nos traz essa missão e, a exemplo das grandes líderes guerreiras indígenas, a gente deve brilhar com essa luz que a natureza nos traz. E, para encerrar, convido as nossas mulheres indígenas, que aqui estão, que venham até aqui fazer um Toré para nos abençoar. Nós estamos aqui enquanto movimento indígena de diversos estados desse país com nossa diversidade cultural.

Jurema Werneck:

Boa noite a todas. Eu quero também, como todo mundo aqui, falar da minha grande satisfação de poder conversar olho no olho com cada uma que está aqui nessa sala. Falar da honra que sinto de compartilhar esse momento com uma representante do movimento de mulheres lésbicas brasileiras, particularmente minha companheira do Conselho Nacional de Saúde, Lourdinha Rodrigues. A luta das negras e a luta das lésbicas têm vindo junto durante muito tempo, como a Lourdinha lembrou. Nós seguimos juntas, nós queremos outro tipo de mundo, outro tipo de sociedade, e é uma honra poder estar aqui nesse momento. Quero falar também da minha grande satisfação de compartilhar esse momento com a companheira Elisa Pankararu. Todo mundo sabe que quando as mulheres chegaram no Brasil escravizadas, foi nas terras indígenas, nos territórios indígenas, foram as mulheres e homens indígenas que nos acolheram. A dívida que a população negra tem com a população indígena aqui no Brasil é impagável, não tem preço. É uma honra para nós compartilhar esse momento. É preciso lembrar que, até hoje, quilombolas ocupam terras dentro dos territórios indígenas e, ainda nesse século 21, continuamos acolhidos nas terras indígenas. Então, mais uma vez, é uma honra.

O que eu tenho para dizer aqui já foi dito, o que eu tenho para dizer aqui tem sido dito por nós, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres com deficiência, mulheres jovens, mulheres idosas. O que eu tenho para dizer aqui tem sido dito por todas nós há muito tempo. O que eu tenho para dizer aqui? A mesma coisa que Lourdinha disse, a mesma coisa que a Elisa disse: nós, mulheres, somos um universo plural. Nós, mulheres, somos muitas. Nós, mulheres, somos múltiplas. Nós, mulheres, somos de todo o jeito. Nós, mulheres, viemos lutando já faz um tempo, já faz um longo tempo da história do Brasil, viemos lutando por um outro tipo de Brasil, um outro tipo de sociedade. Nós, mulheres, temos um compromisso que vem de muito longe. Mas esse compromisso foi escrito na política brasileira, foi escrito na perspectiva, na forma, no horizonte que o Brasil enxerga para o futuro da sua população, para o futuro dos seus povos, para o futuro das suas mulheres, que foi o eixo 9 (nove). O que é esse eixo 9 (nove)? O eixo 9 (nove), para recordar mais uma vez, se refere ao enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. Todo mundo aqui sabe, todo mundo viu essa luta, todo mundo participou dessa luta, todo mundo aqui aprovou a existência desse eixo. E o que é esse eixo? É um eixo construído para as negras, para as lésbicas e para as indígenas? Não. Esse é um eixo construído para a política brasileira, esse é um eixo construído para nortear a política pública brasileira, é um eixo construído para dar sentido ao trabalho da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ele foi construído para dizer: “Se você trabalha para nós,

“você faz isso, porque se você não faz isso não há como, não há jeito, não há forma e não tem nenhuma condição de trabalhar para nós”. O objetivo do eixo 9 (nove) é instituir políticas, programas e ações para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia no II Plano Nacional de Política para as Mulheres. Essa Conferência aqui, que está delineando um terceiro plano, tem o dever de avaliar se esse objetivo foi realizado nesse período. Esse eixo trazia dois objetivos específicos: um, desenvolver ações capazes de ampliar o conhecimento sobre as dimensões ideológicas do racismo, sexismo e lesbofobia. Vou repetir, empreender ações capazes de ampliar o conhecimento sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia. E a pergunta que resta aqui é: isso foi feito? Isso tem sido feito? Isso está na dimensão que deveria ser adequada entre o segundo plano e o terceiro plano? Um outro objetivo específico: superar as dimensões de desigualdades baseadas no racismo, sexismo e lesbofobia, se esse plano funcionou, ver se esse eixo foi levado em consideração. Foi? As iniquidades raciais, as iniquidades sociais, o heterossexismo obrigatório que aniquila lésbicas ou que tenta aniquilar lésbicas, bissexuais e transexuais foi enfrentado? Isso foi suficiente para dar um outro horizonte de presença na nação brasileira para as mulheres indígenas? Isso está colocado aqui agora, é uma tarefa minha e uma tarefa sua responder. Há de se lembrar que esse eixo 9 (nove) tinha metas estabelecidas no II Plano de Políticas para as Mulheres. A meta era: o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com ações afirmativas instituídas em cem por cento dos eixos e metas diferenciadas para cada área temática. Ações afirmativas instituídas em cem por cento dos eixos e metas diferenciadas para cada área temática. Você que está aqui, delegada dessa Conferência, tem toda condição de saber se isso aqui foi realizado, qual o tamanho e de que forma essa meta foi realizada. É sua obrigação avaliar, é sua obrigação tomar decisão para que isso aqui seja uma realidade. A outra meta: ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia desenvolvidas em cem por cento das instituições públicas governamentais, da administração direta e indireta. Vou repetir: ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia desenvolvidas em cem por cento das instituições públicas governamentais, da administração direta e indireta. Você sabe a resposta, você sabe se essa meta foi cumprida. E cabe a você considerar que, caso essa meta não tenha sido cumprida, é sua responsabilidade apontar as diretrizes e caminhos para que ela venha a ser.

Estou apenas lembrando o que você já sabe. Três prioridades estavam nesse eixo 9 (nove). A primeira: formular e implementar programas, projetos e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais, da administração direta e indireta, instituições não governamentais e privadas. Isso era uma prioridade do II Plano de Políticas para as Mulheres. E outra: instituir políticas de ação afirmativa na elaboração e execução de políticas públicas, visando alcançar a equidade de gênero, raça, etnia, geracional e orientação sexual. Prioridade. E a terceira: fortalecimento das políticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres atingidas pelo racismo, pelo sexismo, pela lesbofobia, por deficiência, fatores geracionais e outras formas de intolerância e discriminação – isso era uma prioridade do II Plano de Políticas para as Mulheres. Você sabe se essa prioridade foi atingida.

Cabe-me aqui, como mulher negra, falar do racismo, e também lembrar a você que o racismo é um dos aspectos fundamentais assinalados da dimensão ideológica, da subordinação das mulheres. É por isso que a gente, do movimento social e particularmente

do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, diz que o racismo é uma dimensão estruturante das relações sociais, raciais, uma dimensão estruturante da forma como o Brasil se organiza. Vou rapidamente agora lembrar qual a dimensão dessa estruturação: por que o racismo define quem é quem na sociedade brasileira?

Vou apresentar um conjunto de dados oficiais, governamentais para esclarecer a questão acima.

Inicialmente falarei sobre a escolaridade. Na verdade, os dados retratam a situação de baixa escolaridade apontada para mulheres e homens negros e não negros, e nas faixas etárias. Em todas as faixas etárias, todas as mulheres e homens negros têm menos escolaridade dos que não são negros, excluindo desses dados a população indígena. Mas, sem incluir a população indígena, todas as outras pessoas que apresentam as maiores taxas de baixa escolaridade no Brasil são negras. Repito: mulheres e homens negros. Os dados sobre o mercado de trabalho apontam que a população negra está predominantemente naquelas áreas consideradas de menor valor, consideradas desqualificadas.

Outros dados são sobre a previdência social. O acesso, a condição dos assalariados de contribuem com a previdência. As informações que apresento mostram que as mulheres negras e os homens negros têm menos acesso à previdência social do que os homens e mulheres não negros. Mulheres e homens negros têm menos previdência social do que as mulheres e homens que não são negros, excetuando a população indígena, que está fora, como nós, de muitas dessas possibilidades. Vale lembrar também: rendimento mensal, salário, aquilo que a gente ganha no final do mês pelos trabalhos. Todos os menores salários estão com mulheres e homens negros. Mulheres e homens que não são negros, excetuando-se as mulheres e homens indígenas, têm salários maiores que os homens e mulheres negros. Na indigência, a situação se inverte porque a maior parte dos indigentes são mulheres e homens negros, se a gente compara com aqueles que não são negros.

Outro conjunto de dados, é chocante: a evolução da taxa de homicídio entre pessoas de 10 à 19 anos no Brasil de 2000 à 2008. Uma boa parte desses dados abrange parte do período de incidência dos Planos de Política para as Mulheres. A evolução das taxas de homicídio mostra que as menores taxas se referem às taxas de homicídio das pessoas de cor branca. E mais: que as taxas de homicídio das pessoas de cor branca entre 2000 e 2008 foram decaindo. Agora, vamos analisar os dados que se referem às taxas de homicídio de pessoas de 10 a 19 anos de cor negra. Essas taxas já começam em patamares bem acima das linhas da população branca. E entre 2000 e 2008 não decresce, muito pelo contrário. As taxas de homicídio da população negra crescem. Outra informação importante é que entre 2000 e 2008 sobe radicalmente o risco de uma pessoa negra ser assassinada quando comparada com o risco de uma pessoa branca ser assassinada. O risco de uma pessoa negra ser assassinada cresce vertiginosamente entre 2000 e 2008, período em que o Plano de Políticas para as Mulheres, o primeiro e segundo, estão em ação.

Quem analisar esses dados com atenção vai lembrar que entre 2003 e 2004 foi lançada uma Política Nacional do Desarmamento. Para que servia essa Política Nacional do Desarmamento? Para salvar as pessoas, para reduzir as taxas de homicídio. Quem reparar vai ver que a Política de Desarmamento provocou uma queda vertiginosa nas taxas de

homicídio da população branca. É salto vertiginoso a partir de 2003. A política de desarmamento, por desconsiderar o que eixo 9 (nove) diz – da dimensão estruturante do racismo, do sexismo e da lesbofobia –, por não considerar o risco diferente para as pessoas diferentes, movidas pelo racismo, aqui nesse caso, aumentou vertiginosamente o risco da população negra de 10 a 19 anos de ser assassinada. Por que eu assinalo isso? Porque tomar decisão em termos de política pública, quando essa Conferência há anos atrás tomou a decisão de que o eixo 9 (nove) era essencial, era para não acontecer isso. Era para salvar as vidas que nós vamos continuar perdendo se a gente não tomar a decisão certa aqui.

Agora, sobre os homicídios das mulheres. Entre 2000 a 2008 o homicídio contra as mulheres negras cresce, enquanto o homicídio das mulheres brancas decresce. Nesse período de vigência do Plano de Políticas para as Mulheres e do eixo 9 (nove). A comparação entre o risco de nós, negras, sermos assassinadas com o risco das brancas cresce vertiginosamente, particularmente depois de 2003. Depois de uma política pública nacional que desconsiderou o eixo 9 (nove). Desconsiderar dá nisso, a gente morre.

A desconsideração desse eixo, de compreender o racismo estruturante faz isso, coloca a gente em vulnerabilidade crescente, em risco crescente. Isso é justo? Óbitos maternos de mulheres brancas e mulheres negras: também cresce o das mulheres negras. A causa evitável, que é gravidez, parto, abortamento e puerpério, cresce. A das brancas decresce, o nosso risco cresce. O risco das mulheres negras cresce na vigência do eixo 9 (nove), na vigência do Plano de Políticas para as Mulheres.

Enfrentar o racismo não tem que ser uma escolha. Enfrentar o racismo, diz o II Plano Nacional de Política para as Mulheres, não é uma escolha: é uma obrigação. Enfrentar o racismo é para ontem. Não tem sentido chegarmos aqui nessa Conferência e ter que montar uma mesa para ficar dizendo que a gente tem que recolocar o eixo 9 (nove) na pauta, porque ele já foi colocado. Não faz sentido. Quando se fala de mulheres, você deve fazê-lo no caminho certo e reconhecer que as mulheres têm esse tipo de cara: todas as caras, todas as necessidades, todas as diferenças, todas as vulnerabilidades. Se você não levar isso em consideração, você cria um território livre, a salvo, para todas as brancas, heterossexuais, que residem no sul e no sudeste apenas, porque fora disso ninguém está a salvo. Não é justo nem para as heterossexuais que vivem no sul e no sudeste do Brasil diminuir tanto a nossa cidadania e a delas também. A gente pode ser melhor do que isso, a gente deve ser melhor do que isso.

O eixo 9 (nove) lembra que vivenciamos diferentes vulnerabilidades porque nós somos diferentes. Nós somos diferentes na idade, diferentes inclusive se temos ou não temos religião, se temos ou não temos culturas diferentes, se estamos grávidas ou não, se queremos ou não queremos estar. Somos diferentes inclusive na vivência da lesbofobia e da transfobia, porque na vigência do racismo, a existência é inaceitável. Na vivência da lesbofobia e da transfobia, a existência é inaceitável. E na vivência das negras lésbicas, das indígenas lésbicas e das lésbicas-lésbicas, fica tudo inaceitável se você não tomar a decisão, essa decisão que o século XX já exigiu de você e que a gente está demorando a executar.

É preciso lembrar que na extremidade geracional, as mais jovens e as mais idosas têm vulnerabilidades que precisam ser contadas, consideradas. É preciso considerar inclusive

que não sou eu que ainda estou no meio dessas duas faixas etárias, que não sou eu que tenho que falar por nenhuma das minhas companheiras, já que elas estão aqui. As mais jovens e as mais velhas, elas estão aqui e elas falam por si. É preciso lembrar que em uma sociedade racista, heterossexista, excludente dos povos e das populações, a vivência dos estereótipos são diferenciadas. Vejam a imagem do comercial da cerveja Devassa, a Devassa escura, que dizia: “É pelo corpo que se reconhece uma verdadeira negra”. Nós contestamos, nós processamos, nós conseguimos fazer com que o fabricante da cerveja viesse a dialogar conosco, mas não é suficiente. É preciso se mobilizar mais para que isso não se repita. Porque isso foi esse ano, isso aconteceu em 2011, isso não aconteceu quinhentos anos atrás. Isso aconteceu agora, nessa primeira década do século 21. É preciso que você corra. É preciso que eu corra também, é claro, porque o meu tempo vai acabar. A questão que está colocada para nós é que o eixo 9 (nove) estava posto, o eixo 9 (nove) foi uma decisão da sociedade que essa Conferência referendou, mas nós avançamos nele? É sua tarefa responder e é sua tarefa propor a solução para isso.

Já não está mais em questão se a SPM vai desaparecer, um problema foi superado. Eu espero que a Dilma venha aqui dizer que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) não vai desaparecer, porque ela também nos deve isso e esse problema vai ser superado. Mas a manutenção desses mecanismos são meios para a realização dos fins. Tem muita coisa pela frente. A gente não tem que ficar discutindo se esses mecanismos vão desaparecer, temos que estar discutindo qual o tamanho certo para que esses mecanismo executem suas tarefas, qual o orçamento correto, qual as competências que precisam ter lá e qual respeito esses mecanismos reivindicam na esfera governamental para que possam cumprir a missão que nós delegamos para elas, para definir se nós avançamos.

É preciso, para finalizar, não esquecer que, quando você for tomar decisões, não existe “as mulheres”, não existe “a mulher”: existe eu, você e cada uma de nós, e diferentes coletivos e diferentes singularidades, diferentes necessidades, mas todas portadoras de direito. Na execução desse direito temos que lembrar que somos diferentes. Não há jeito, não há saída, todo mundo já ouviu falar da interseccionalidade. A interseccionalidade é isso: reconhecer que há muitas coisas que atravessam nossas vidas para o bem e para o mal. Temos fragilidades, vulnerabilidades, mas temos potências. Lourdinha Rodrigues representando as lésbicas, Elisa Pankararu representando as mulheres indígenas e eu aqui lembrando que nós temos vulnerabilidades, mas não há dúvidas que vocês perceberam que nós temos potências também, somos agentes do nosso futuro. O que está colocado aqui para nós, é colocar esse compromisso de novo em alto e bom som: o eixo 9 (nove) é o novo que a gente tem que fazer de novo, porque não dá para chegar no final da primeira década do século 21 na mesma condição que a gente entrou nesse século.

É preciso para que na próxima década a gente faça, de fato, a diferença. O compromisso é: instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia, agora no terceiro Plano de Políticas para Mulheres, mas agora para valer, certo? Contamos com vocês, esperamos por vocês e sei que vocês estarão lá. Obrigada.

Painel 3. Enfrentamento das Desigualdades e a Autonomia das Mulheres

Dia: 14/12/2011

Horário: 9:00 às 11:00

Painelistas:

Carmen Campos, Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM;

Vanderléia Daron, Doutoranda da UFRGS, Mestre em Educação e coordenadora de ensino do Grupo Hospitalar Conceição;

Nalu Faria, Marcha Mundial de Mulheres;

Betânia Ávila, SOS Corpo, Instituto Feminista pela Democracia e da Articulação das Mulheres Brasileiras.

Coordenadora: Sílvia Camurça, Coordenadora Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB.

Relatora: Estela Aquino, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e Associação de Pós-Graduação e Saúde Coletiva.

Betânia Ávila

Quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, e todas as mulheres aqui presentes de todos os movimentos sociais na sua pluralidade, quero saudar as mulheres que trabalham nos governos, as mulheres do parlamento, enfim, quero saudar todas as mulheres aqui presentes e dizer da minha alegria e do meu compromisso de participar dessa Conferência.

Quero saudar minhas companheiras de mesa: Estela, Vanderléia, Sílvia, Carmen e Nalu. E quero saudar a minha companheira Creusa de Oliveira, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e, em nome dela, fazer uma saudação especial a todas as mulheres aqui presentes.

Estarmos aqui é, sem dúvida, um momento político da maior importância para superação de desigualdade das mulheres e a potencialização da nossa autonomia. Esta conferência, o espaço próprio da cidadania das mulheres e a conquista dos movimentos ligam o passado das nossas lutas ao futuro que queremos construir.

Como afirmou a Ministra Iriny Lopes no documento de orientação desta Conferência, estas conquistas só foram possíveis graças à participação dos movimentos feministas e da sociedade civil organizada, que trilharam com firmeza os novos caminhos abertos nos últimos anos. Este espaço político é uma invenção autônoma das mulheres, mulheres que são sujeito da sua própria emancipação.

As desigualdades que estamos tratando nessa Conferência de Política para as Mulheres estão estruturadas por relações de gênero, de classe, de raça, de etnia; isso implica que estamos enfrentando muitas contradições, inclusive as contradições que se colocam pelas próprias desigualdades entre nós mulheres.

Quero abordar algumas dimensões, partindo do trabalho, que é uma questão central no enfrentamento de desigualdade e na construção da autonomia. Isso porque é impossível abranger todos os aspectos que estamos tratando nesta Conferência numa só intervenção.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que ter um trabalho assalariado ou trabalho autônomo que gere renda é uma necessidade social e política das mulheres, para sua própria manutenção, para manutenção de sua família e para sua autonomia, uma vez que, na sociedade capitalista salarial, a forma preponderante de garantir uma renda para sobrevivência é através do emprego ou de uma atividade que gere renda.

A situação das mulheres brasileiras no mercado brasileiro é marcada por profundas dificuldades de gênero e raça. Enfrentam a desigualdade salarial, o desigual compartilhamento do trabalho reprodutivo, são maioria nos postos de trabalho informais e precários, e as mulheres negras, a maioria entre as mulheres nessas condições.

São as mulheres, a categoria majoritária de trabalhadoras que ganham até um salário mínimo, portanto, a política de valorização do salário mínimo tem um impacto fundamental sobre a qualidade de vida das mulheres. As mulheres, no Brasil, estão massivamente inseridas no mercado de trabalho. Isso significa que além de mudanças materiais, do ponto de vista objetivo das condições de vida, esse processo de crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho tem impactado, do ponto de vista simbólico e subjetivo, as mulheres brasileiras.

Um estudo recente, realizado pela Fundação Perceus Abramo, aponta que, para as mulheres brasileiras, o ingresso no mercado de trabalho ou a realização de uma atividade remunerada aparecem como um dos seus principais anseios e como um dos principais fatores responsáveis na melhoria na suas condições de vida.

Precisamos de políticas que fortaleçam as formas de produção cooperativas e solidárias que apontem para outro modelo de desenvolvimento. A inserção das mulheres no mercado de trabalho está dada por uma tensão entre autonomia econômica e desigualdade. O que devemos também considerar é que o emprego, em condições precárias, neste mundo globalizado, não é uma anomalia, mas uma forma estruturante das relações de trabalho.

As desigualdades vividas no mercado de trabalho são reproduzidas no acesso à proteção social. Com a globalização econômica, há uma reestruturação na divisão sexual do trabalho, na qual se acirra a precarização dos trabalhos das mulheres e uma reorganização da divisão internacional do trabalho produtivo e reprodutivo. As mulheres vão para o mercado de trabalho levando consigo a responsabilidade do trabalho reprodutivo doméstico, o que as coloca cada vez mais em conflito com a forma de organização do

tempo social, pensando que as lógicas do tempo que regem o trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo são distintas.

Por isso, há uma desigualdade na vivência do tempo social entre homens e mulheres. As mulheres continuam, majoritariamente, responsáveis pelo trabalho doméstico em um contexto de ausência de equipamentos públicos e apoio à reprodução. O que acontece: há uma rede entre mulheres que cotidianamente é acionada, no sentido de garantir o deslocamento das mulheres entre as esferas do trabalho doméstico, a esfera do trabalho reprodutivo e a esfera da participação política.

O trabalho assalariado e as atividades da participação política se sustentam no trabalho doméstico remunerado e não remunerado de todas as mulheres. Quando uma mulher sai de casa para trabalhar ou para uma atividade política, há sempre um deslocamento de outras mulheres que vão permitindo essas saídas. Para muitas mulheres estarem aqui nesta Conferência, há muitas outras mulheres em casa cuidando e trabalhando para garantir que elas estejam aqui neste espaço político.

É preciso lembrar que a categoria das trabalhadoras domésticas é a maior do país – em torno de 7 milhões de trabalhadoras, e como diz Creusa: “fazem um trabalho fundamental, de sustentação da vida humana, e continuam sem ter acesso à integralidade de seus direitos como trabalhadoras”. E esta forma de organizar a vida cotidiana é, evidentemente, enfrentada diferentemente pelas mulheres de acordo com sua classe social.

Nos contextos urbanos ou rurais, as atividades do trabalho produtivo e reprodutivo podem apresentar dinâmicas diferenciadas, mas a divisão sexual do trabalho permanece como a dimensão que estrutura a reprodução social e a vida cotidiana. Assim, políticas públicas que assegurem emprego, renda, proteção social devem considerar, também, o enfrentamento dos conflitos no cotidiano entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Isso é uma base fundamental para superação das desigualdades e fortalecimento da autonomia das mulheres. Políticas que liberem o tempo das mulheres para produzirem sua autonomia financeira, para avançar nos estudos e na profissionalização, para ter lazer, prazer, e para ter um tempo para si. A falta de tempo produzida na dinâmica entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é uma dimensão de angústia e da pobreza das mulheres. A carência do tempo também é uma pobreza que afeta as mulheres.

Viver em uma sociedade na qual a vida seja plena de sentido significará, sem dúvida, poder realizar um trabalho livre da exploração e da dominação, portanto, um trabalho com autonomia e livre de alienação. A falta de tempo retira das mulheres uma dimensão importante de sua autonomia como sujeito. Só as mulheres enfrentam, no cotidiano, a contradição entre a esfera da produção, a reprodução e a esfera política. Mas é justamente nessa tensão entre dominação e resistência que nasce o sujeito, e é aí que as mulheres constroem o seu tempo da ação política para romper com uma privação que está no fundamento da ordem liberal burguesa da modernidade, que foi a privação das mulheres ao espaço público.

Por isso, nessa dialética entre desigualdade e autonomia, a resistência é um elemento fundamental, pois precisamos nos inserir no mercado de trabalho e nos espaços do poder

político, mas, ao mesmo tempo, resistindo para não nos aliarmos ao poder que nos domina ou ao sistema que nos explora.

Eu também quero aqui destacar a dimensão cultural. Não vou repetir outras coisas que já estão colocadas, mas gostaria de acrescentar algo nas desigualdades das mulheres como sujeito da produção e do conhecimento e como objeto da produção e do conhecimento. A produção do conhecimento que faz a interpretação, a explicação e a definição sobre o mundo e a vida social ainda é um domínio dos homens, em particular dos homens brancos heterossexuais e das classes dominantes.

Nós temos que garantir políticas públicas que assegurem às mulheres acesso e condições para se desenvolverem como sujeitos para produção do conhecimento e da produção da história. Aqui eu quero colocar especificamente ênfase nas mulheres negras e mulheres indígenas como sujeito da produção e do conhecimento.

De acordo com Jurema Werneck, a participação das mulheres negras, em várias dimensões da vida social, deve ser considerada a partir das origens africanas, as quais vão construir um legado fundamental a ser considerado como parte da formação histórica e das expressões plurais das mulheres negras como sujeito do novo mundo.

Como fortalecer o sujeito político? Como fazer a transformação social sem história e sem memória? Temos que fazer a história pelo avesso, ou seja, mostrando aquilo que a história que os dominadores construíram, escondeu e recalçou. Essa é uma dimensão fundamental do poder simbólico. Para isso são necessárias políticas públicas de valorização e reconhecimento da produção do conhecimento e dos saberes produzidos pelas mulheres, nos espaços criados por nós mesmas.

Gostaria também de reforçar o enfrentamento da violência doméstica e sexual como um caminho incontornável para a cidadania e emancipação das mulheres. Essa violência que, não só leva a morte, mas que no cotidiano impõe sofrimentos físicos e psíquicos que destroem a auto-estima, produzem medo e cerceiam a liberdade de ir e vir.

Os mecanismos públicos de defesa e prevenção dessa violência devem, também, considerar a dimensão objetiva financeira das mulheres – não só as mulheres que não têm renda própria são vítimas da violência. Essa não é uma relação mecânica ou automática, mas com certeza ter uma renda própria se coloca não só como direito, mas como necessidade incontornável para o enfrentamento dessa violência.

Quero falar de outra violência também cotidiana, que é a violência sofrida pelas mulheres lésbicas, pelo fato de serem lésbicas. É uma violência que quer destruir, recalçar e impedir que as mulheres lésbicas vivam uma dimensão fundamental da plenitude do ser humano, que é a dimensão afetiva e sexual.

Quero dizer também que as mulheres querem e desejam ter filhos em condições dignas e com direitos. Quero dizer que as mulheres querem e desejam o direito de evitar a gravidez que não querem, e as mulheres querem e desejam, mas ainda não têm o direito legal de

interromper a gravidez que não deseja. Isso fere a autonomia das mulheres no direito ao seu próprio corpo; nós temos que superar, pois o Estado é laico, como defendeu a ministra. Este Estado tem que ter políticas universais, temos que superar as políticas das cegonhas e defender a política da saúde integral das mulheres pelo Sistema Único de Saúde, cada vez mais público e cada vez mais qualificado, para atender as necessidades específicas das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres com deficiência, das mulheres lésbicas, das mulheres trabalhadoras rurais, urbanas e domésticas.

Por fim, quero dizer que temos que pensar que a autonomia é um processo conflituoso que passa por questões objetivas e subjetivas. A autonomia depende de fatores materiais bem concretos, isto é, objetivos. Mas a dimensão subjetiva também é fundamental, uma vez que compreende um processo interior de aquisições e superações da dominação e exploração a que sofremos. Portanto, participar politicamente é uma dimensão para construirmos subjetivamente a superação dessa desigualdade introjetada e recalcada dentro de nós mesmas.

Estamos lidando com a superação de desigualdade histórica. O Brasil vive um momento histórico do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico e da sua inserção como liderança na dinâmica econômica e política global. Mas o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo e a América Latina continua sendo o continente mais desigual do mundo. A dinâmica entre crescimento econômico e superação das desigualdades está colocada, dessa maneira, como atualíssima e premente questão da agenda política do país, estratégica para incidir sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro.

A eleição de uma mulher presidenta do Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff, com uma história própria, sujeito da luta contra o regime autoritário, é um fato inédito na história do país, representando uma ruptura simbólica de grande relevância com a perspectiva tradicional e patriarcal de acesso no poder. Ter uma mulher na presidência impõe como questão a prioridade da promoção dos direitos das mulheres. Como disse a presidenta Dilma, na Conferência na ONU, a chegada dela ao poder não significa a igualdade das mulheres no nosso país.

Por fim, quero saudar aqui nossa vitória, a nossa conquista da garantia pela presidenta da manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres; conquista da nossa mobilização e da nossa resistência. E quero estender a nossa conquista; nós temos também que nos mobilizar pela manutenção da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial porque os mecanismos de combate ao sexismo e ao racismo são, incontornavelmente, indissociáveis. Portanto, a manutenção da Secretaria para Política de Igualdade Racial é um compromisso nosso tanto quanto a manutenção assegurada da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Muito obrigada!

Carmem Campos

Bom dia a todas as conferencistas. Quero cumprimentar a mesa, também a Betânia pela excelente exposição, Nalu Faria, Vanderléia Daron, Sílvia Camurça e Estela Aquino.

É um grande prazer estar aqui participando desse debate. Como disse bem a Betânia, esse é um movimento muito importante de afirmação das políticas públicas para as mulheres, da discussão de nossas perspectivas para o próximo Plano Nacional e, fundamentalmente, quero me solidarizar e parabenizar todas as mulheres aqui presentes pela afirmação e a conquista da manutenção da Secretaria de Política para as Mulheres. E concordo que temos que somar esforços para que a SEPPIR também seja mantida. É tão importante a SEPPIR quanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pro isso temos que somar a esta luta.

O tópico que me foi proposto discutir é “Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres”. Vou dividir minha exposição em três partes: primeiro, vou falar um pouco de políticas públicas de enfrentamento a partir dos Planos Nacionais e do Pacto Nacional; na segunda parte, vou debater rapidamente problemas na implementação da Lei Maria da Penha; e na terceira parte, discutir um pouco a questão da autonomia no campo da violência e sua utilização em decisões judiciais.

Sabemos que a violência de gênero é estrutural e perpétua nas desigualdades, e esse tema de enfrentamento às violências não é novo na agenda feminista do movimento de mulheres. Nem ponto de vista teórico e nem ponto de vista político.

Desde os anos 1970, as feministas vêm debatendo as diversas formas de violência e propondo políticas públicas para seu enfrentamento. Temas como violência doméstica, homicídio em defesa da honra, violência sexual, que foram destaques nas décadas de 1970 e 1980, ainda fazem parte de nossa agenda. A partir da década de 1990, outros temas são incorporados tais como: tráfico e exploração sexual de mulheres, mulheres em situação de prisão, violência no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, dentre outros.

Da criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – as DEAM’s, na primeira iniciativa de política pública no campo da segurança, na década de 1980, passou-se às Casas Abrigo, aos Centros de Referência na década de 1980 e, mais recentemente, no campo da justiça, aos Juizados Especializados de Atendimento de Violência Doméstica. A discussão desses temas e a incorporação de novos aspectos vêm sendo acompanhadas pelo aprimoramento das políticas públicas.

Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM em 2003, na 1ª Conferência Nacional de Política para Mulheres em 2004, e na 2ª Conferência em 2007, construímos o primeiro e o segundo Plano de Políticas Públicas e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Por isso, a manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres também é importante para continuidade dessas políticas.

O primeiro Plano Nacional estruturou-se em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; Educação Inclusiva e Não Sexista; Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos; e, o último eixo, Enfrentamento às Violências contra as Mulheres.

O Segundo Plano de 2007, considerando as necessidades demonstradas na 2ª Conferência, ampliou de 4 para 10 os eixos do plano, mantendo dentre eles o Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres. No que se refere especificamente ao eixo de Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres, a dimensão conceitual desse enfrentamento compreende a prevenção, a assistência e a garantia dos direitos.

Além disso, as ações previstas incluem o cumprimento de normas penais, que estabelecem a punição e responsabilização dos agressores, bem como a implementação da Lei Maria da Penha. No que se refere à prevenção, ele abarca duas dimensões: ações preventivas propriamente ditas e ações que visam mudanças culturais – como a desconstrução de mitos e estereótipos de gênero, e a valorização e o respeito da diversidade de gênero, raça e etnia, orientação sexual dentre outros.

Com relação à assistência, o segundo Plano prevê a garantia de atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência, a formação continuada de agentes públicos, criação e reforma de aparelhamento de serviços especializados, constituição da rede de atendimento com participação de todas as esferas governamentais e não-governamentais.

O segundo Plano reforça o conceito de rede de atendimento e o conceito de rede é fundamental para todas as políticas de enfrentamento à violência bem como a implementação da Lei Maria da Penha. E a rede de assistência comporta serviços especializados e não especializados, assistência social, Centro de Referência Especializado, entre outros.

Paralelamente, no segundo Plano Nacional, foi criado o Pacto Nacional de Enfrentamento de Violência contra as Mulheres. O pacto refere-se às ações previstas nestes dois planos. O pacto é importante instrumento político, é o acordo federativo das três instâncias: Municipais, Estaduais e Federal e se apoia em duas premissas: a transversalidade de gênero nas políticas públicas associada à intersetorialidade das ações, programas e políticas que visa garantir um crescente número de mulheres beneficiadas.

Em razão disso, decorre a segunda premissa: a capilaridade dessas ações, programas e políticas, levando a proposta de execução de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres aos níveis locais. Uma política como pacto requer desenvolvimento de estratégias de implantação, monitoramento e avaliação das execuções e a construção de corpos de conhecimentos que auxiliam na tomada de decisões, realizações e ajustes necessários de modo atingir os seus objetivos e metas propostas.

Agora quero falar um pouco das dificuldades de implementação da Lei Maria da Penha. A implementação da Lei Maria da Penha está vinculada tanto ao Plano Nacional com ao Pacto Nacional de Enfrentamento de Violência contra as Mulheres e nós temos observado muitos obstáculos para efetiva implementação da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha prevê a criação de Juizados Especializados para o julgamento de crimes de violência doméstica, com equipe multidisciplinar formada por profissionais do direito, psicólogos e assistentes sociais. No entanto, a grande maioria dos Juizados não possui essas equipes multidisciplinares. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, em 2010, existiam 42 Varas adaptadas e 52 Juizados especializados. Hoje, temos um pouco mais: são 56, sendo que a maioria deles localiza-se nos Estados. Embora tenhamos hoje um Juizado em cada Estado, esse número é insuficiente para a demanda; para exemplificar, o Estado de São Paulo, com 41 milhões de habitantes, conta com apenas seis Juizados Especializados que foram criados recentemente; no Rio Grande do Sul, há apenas um Juizado Especializado com mais de 20 mil processos.

Porque, se não ampliar o número de Juizados Especializado, a Lei Maria da Penha corre um sério risco na sua implementação e o número de processos nos Juizados cresce a cada dia. Em 2011, foram registrados mais de 330 mil procedimentos envolvendo violência doméstica familiar contra as mulheres, sentenciados 111 mil processos e realizadas mais de nove mil prisões em flagrante. É um número muito elevado de procedimentos que as mulheres levam ao Poder Judiciário.

No entanto, há vários problemas relacionados a isso; há problemas na coleta de informação desses Juizados. Então, temos que atuar na estrutura dos Juizados, que são absolutamente incompatíveis com a demanda: uma Vara com 2 mil processos deveria ter um Juiz Titular e uma equipe multidisciplinar, e com mais de 5 mil processos deveria ter dois juízes titulares. O que se observa, hoje, é que as Varas têm cerca de 20 mil processos, 10 mil processos e apenas um Juiz titular, quando é Juiz titular.

O que isso significa do ponto de vista concreto na vida de cada mulher que leva para o Poder Judiciário uma denúncia de violência doméstica? Que esta denúncia, que esta medida protetiva pode não ser julgada imediatamente, impedindo a punição ou a resolução imediata do problema.

Assim, as Redes de Atendimento, que são fundamentais, precisam ser estruturadas. Particularmente, os Centros de Referência e as Casas Abrigo, que são equipamentos especializados indispensáveis para efetivação da Lei Maria da Penha. E a Lei Maria da Penha tem um grande desafio, hoje, que é chegar a todas as formas de violência contra as mulheres. Por exemplo: ela precisa chegar às violências sofridas pelas mulheres indígenas, ela precisa chegar às violências sofridas pelas mulheres rurais. Ou seja, a Lei Maria da Penha precisa chegar a todos os cantos do país e, hoje, ela não está conseguindo ampliar essa sua rede, dimensão. É preciso, então, conseguir levar a efetividade da aplicação da Lei Maria da Penha a essas mulheres.

Quero citar, ainda, a questão da autonomia em relação à questão da violência. O texto sobre a violência contra a mulher, encaminhado a esta Conferência está dentro do eixo da Autonomia Pessoal. E como é que a autonomia tem sido utilizada nas decisões judiciais? Isso é muito importante para discutirmos e pensarmos a respeito. Eu vou citar um exemplo. Quem trabalha cotidianamente com a Lei Maria da Penha tem uma grande discussão que é: se as mulheres devem dizer que querem ou não representar nos crimes de lesão corporal de

natureza leve. Isso é um grande debate no sistema de justiça. O Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que a representação é necessária, ou seja, as mulheres têm que dizer que querem continuar com o processo contra o agressor, do contrário, o processo não segue adiante. E qual é a tese que o Supremo Tribunal de Justiça está utilizando para sustentar a exigência da representação?

Diz o Superior Tribunal de Justiça que a dispensa da representação significa que ação penal teria prosseguimento e impediria a reconciliação de muitos casais. A tese é sustentada no fato de que, em muitas situações, as mulheres não querem processar criminalmente os agressores, o que é verdade. Essa afirmação levanta a possibilidade de discussões em várias perspectivas – dentro do que interessa ao debate: a autonomia das mulheres, o bem jurídico protegido e o papel do direito penal na proteção integral física das mulheres envolvendo casos de violência doméstica.

Na defesa da autonomia, sustenta-se que impedir as mulheres de retirarem ou desistirem da ação penal, através da ação pública incondicionada, ou seja, sem que se possa retirar a representação, o processo segue independentemente das mulheres manifestarem ou não o desejo de prosseguimento. Significa tratá-las como seres sem capacidades, não autônomas, tuteladas pelo direito penal patriarcal. Por outro lado, pode-se argumentar que o medo ou o temor de sofrer novas agressões, inclusive a morte, vicia a autonomia e, nesse sentido, não há autonomia quando a decisão de permanecer na relação se dá não pelo desejo, mas pelo medo. O contra-argumento diz que é possível defender que há o direito de escolha, inclusive em situações de temor, pois considerar o melhor momento para sair de uma relação violenta significa a existência de um espaço de manobra ou autonomia das mulheres. Mas a tese de autonomia também tem sido utilizada para defesa da família e não dos direitos das mulheres.

Em recente julgado, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul entendeu ser aplicável o princípio da bagatela. Bagatela é uma situação de menor importância, de nenhuma relevância do ponto de vista jurídico. Diz o referido Tribunal: “Tratando-se de agressão corporal de natureza leve no âmbito doméstico em que a vítima voltou a viver maritalmente com o agressor, entendo – diz o Desembargador, pela aplicabilidade pelo princípio da bagatela, situação em que se deve buscar uma forma de pacificação que não passa pela punição, sob pena de ameaça do equilíbrio da estrutura familiar”.

Nesse caso de agressão corporal, de natureza grave, o sujeito tinha quebrado um dedo da companheira e o Tribunal entendeu que era de natureza leve. Ela ficou impossibilitada de trabalhar por mais de 30 dias e o Tribunal entendeu que era de natureza leve e aplicou o princípio da bagatela.

A autonomia, a partir da representação, passa a ser utilizada não em benefício das mulheres, mas contra a proteção do Direito Penal. Não se discute que, em muitos casos, as mulheres resolvem as situações de modo muito mais satisfatório, sem apelar ao Direito Penal. No entanto, essa decisão parece querer argumentar que, ao voltar a viver maritalmente, as mulheres autorizam a violência e, se a violência está autorizada pelas próprias mulheres, o Direito não tem nada a ver com isso.

A judicialização da violência doméstica ou interferência do direito penal no âmbito das relações domésticas tem sido visto com reservas por alguns, já que implica uma redução dos espaços das individualidades. No entanto, há de serem refutadas as decisões do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que, sob o pretexto de defender uma abstrata família ou uma autonomia viciada, nega concretude dos direitos individuais das mulheres e eficácia da Lei Maria da Penha.

Assim, é importante discutir as novas formas que vêm impactando a vida das mulheres tais como as formas das violências vinculadas pela internet. Recentemente, vimos um *site* ensinando como maltratar mulheres lésbicas; violências vinculadas ao crime organizado; violências, hoje, de um mundo cada vez mais globalizado que se tornam um grande desafio a ser enfrentado.

Para finalizar, além de impulsionar e aprofundar os temas que já vimos nos planos, nós temos que discutir novas formas de violência e como é que podemos enfrentar essas novas formas de violência contra as mulheres num mundo mais globalizado e cada vez menos propício à defesa dos direitos das mulheres. Muito obrigada!

Nalu Faria

Bom dia, companheiras! Quero, em primeiro lugar, saudar minhas companheiras de mesa e quero, sobretudo, cumprimentar todas as delegadas presentes aqui nessa Conferência porque nós sabemos o quanto foi intenso o nosso trabalho, a nossa mobilização. Mas também cumprimentar a diversidade da presença de delegadas aqui, que expressa justamente a multiplicidade do nosso movimento: que somos mulheres negras, somos mulheres indígenas, rurais, mulheres urbanas, mulheres deficientes, jovens, idosas e somos mulheres de vários e vários movimentos. Acho que essa é a nossa grande força e nós trazemos para essa Conferência o acúmulo de anos e anos da nossa luta. E como já foi dito aqui na mesa, isso é muito significativo e, quero ressaltar, que nós fazemos isso em um momento extremamente importante para o nosso país e em um momento onde o nosso país também tem um peso em nível internacional. As políticas que nós desenhamos no Brasil servem de espelho e de referência para muitos outros países, e para nós é extremamente importante que a gente possa avançar e possa olhar para essa realidade de conjunto.

Para pensar esse tema da nossa autonomia, eu quero que olhemos um pouco para a nossa trajetória como mulheres, como mulheres que lutamos, que reivindicamos por liberdade, autonomia, autodeterminação. E olharmos, a partir dessa trajetória, quais são os desafios para nós hoje. E quando olhamos para nossa trajetória, a primeira questão que temos que ressaltar é justamente o papel do feminismo e da construção que nós fizemos e como nos enriquecemos no feminismo nesses mais de duzentos anos. Um feminismo que herda também lutas de nossas antepassadas, muito antes de existir como feminismo que conhecemos.

E este movimento feminista que questionou os paradigmas dominantes dessa sociedade, que questionou um modelo baseado justamente na subordinação das mulheres, no racismo,

na lesbofobia e na homofobia. Mas é também um movimento que já nasceu preocupado com as questões ambientais, com a natureza, justamente porque é um movimento, um discurso, uma teoria e uma compreensão que questionou como o capitalismo havia incorporado as formas de opressão anteriores e transformou a razão androcêntrica, centrada no homem – mas nós sabemos que não é em todos os homens – no homem branco, no homem da elite, como a razão que tenta dominar toda a sociedade. Mas o feminismo trouxe para nós a grande capacidade de nos construirmos como força e como sujeito político. E hoje, diante dessa trajetória de mais de duzentos anos de feminismo e de milhares de anos de outras lutas, justamente o que a gente percebe é a necessidade das mudanças pelas quais nós queremos lutar e devemos lutar; elas têm que ser globais, no sentido de mudança de modelo, no sentido que chamamos de anti-sistêmica.

Caso contrário, nossas vitórias sempre serão parciais, sempre serão mais para algumas e menos para as outras. E nós temos uma compreensão de que a igualdade ou é para todas ou ela não existe. Mas também que essas vitórias parciais são, de alguma forma, utilizadas por esse sistema patriarcal, por esse sistema capitalista e racista como já dissemos.

E nós conhecemos o que é esse espírito do capitalismo. Assim como ele incorporou opressões anteriores, como ele tem capacidade de ir se reinventando, buscando sempre a sua ampliação do mercado e a ampliação da mercantilização.

E vimos isso justamente nesse momento histórico que nós vivemos, que está marcado pela globalização. E não há como a gente falar de globalização sem falar de uma profunda extensão no sentido de intensidade de novas fronteiras, justamente do mercado capitalista que busca se apropriar, cada vez mais, de todas as fontes de vida.

Nesse sentido, a gente não se deixa enganar: a globalização atual é neoliberal, é fruto de uma derrota que os setores oprimidos, que os trabalhadores e as mulheres tivemos ao longo dos anos 1980. E nós sentimos que quando o capitalismo está forte, o patriarcado também se fortalece, o racismo se fortalece, a lesbofobia se fortalece. Então, nossa luta é, justamente, contra essa globalização neoliberal, contra esse novo momento do capitalismo.

E queremos, sim, construir uma sociedade internacionalista, solidária, que respeite a autodeterminação dos povos. Se nós não fazemos essa avaliação, vamos continuar falando de paradoxo, de mudanças e continuidades, de ambiguidades. Na verdade, não temos paradoxo. O que nós temos é justamente a disputa em torno do modelo. A disputa sobre: se muda o modelo ou se ele continua. E o capitalismo patriarcal, racista e lesbofóbico soube muito bem tentar incorporar e desconstruir as nossas vitórias. E nós, mulheres, sentimos isso no aprofundamento da mercantilização não só da natureza, não só dos serviços públicos, mas também na profunda mercantilização dos nossos corpos e das nossas vidas.

Isso se deu, nos últimos anos, a partir de uma contra-ofensiva ao que o feminismo tinha lutado nos anos 1960, para dizer que nós não aceitávamos a imposição de padrões de feminilidade baseados no modelo estrito de beleza. Mas o capitalismo neoliberal, em nome das novas tecnologias, em nome da modernidade, em nome do individualismo, em nome de que a técnica supera a vida, nos disse que nós não podemos ser velhas, não podemos ser gordas, não podemos envelhecer naturalmente. Que nós temos que seguir a regra, o modelo

de beleza. Mas também ele disse que não precisávamos de Estado e que nós poderíamos fazer todos os serviços e, além do mais, se reivindicamos a autonomia econômica, podemos arcar com a sobrecarga de uma jornada extensa que começa muito cedo e termina muito tarde. É uma forma de, como a Betânia já disse, não só aprofundar, mas de redefinir a divisão sexual do trabalho, nesse momento, muito articulada à divisão internacional do trabalho.

Mas essa mercantilização se deu também no aprofundamento do tráfico e da prostituição das mulheres. Um tráfico e uma prostituição que hoje são dominadas por redes internacionais. Sabemos que o tráfico e a prostituição significam a terceira máfia mais rentável no mundo. E esse tráfico está conectado com o processo de migração, no qual são as mulheres negras, as mulheres indígenas, as mulheres pobres dos nossos países que migram para os países do Norte para lá exercerem os trabalhos, os serviços tanto domésticos como os chamados serviços de entretenimento.

É contra essa mercantilização e contra essa globalização neoliberal que construímos nossa resistência nos últimos anos e que queremos, justamente hoje, dizer que, se no Brasil nós temos um novo momento e que é novo também na América Latina, ele é fruto dessa nossa resistência à globalização neoliberal. Mas, se de um lado, temos mudanças que se iniciam, a gente sente e sabe que há um projeto em disputa, como eu já disse. E um projeto em disputa significa que temos que pensar globalmente a construção de um outro modelo de produção, de reprodução e de consumo. E isso passa por buscar fortalecer a nossa luta, para construir uma nova hegemonia na sociedade porque essa disputa de projeto passa pelo estabelecimento de políticas públicas para a igualdade, mas passa também pela construção de novas relações não só de produção, mas de novas relações sociais. Sentimos essa disputa de projeto no nosso cotidiano, quando nós temos que continuar denunciando o que é o papel das transnacionais, o que é a apropriação por poucos dos grandes ganhos do trabalho, quando temos que continuar lutando para afirmar a agricultura familiar e camponesa versus agronegócios.

Porque a agricultura familiar e camponesa, como nos disse Tânia Bacelar ontem, é que oferece trabalho para as mulheres. O agronegócio nos empurra para a prostituição, nos empurra para a migração, para as cidades, para os trabalhos precários. Mas sabemos que, nessa disputa, está a disputa pela preservação dos nossos bens comuns, da nossa biodiversidade, das terras das nossas quilombolas, das nossas populações ribeirinhas, dos nossos povos indígenas, da nossa água, da nossa natureza, da nossa floresta.

Quando falamos que queremos disputar esse projeto, nós também estamos disputando e, também queremos aprofundar a construção de um Estado público no Brasil. Para construir um Estado público no Brasil, temos que avançar na sua despatriarcalização, na sua desracialização, na sua deselitização, na sua descolonização. Para isso, ele tem que ser público, laico e universal. E nós rejeitamos o sentido e qualquer modelo de política privatizadora ou terceirizadora. Por isso, não só defendemos as políticas públicas de caráter universal, como o SUS, mas rejeitamos as propostas de privatização como as Organizações Sociais (OSs).

Sabemos que só vamos construir esse novo modelo se a gente construir um outro paradigma da sustentabilidade humana, onde se trabalhe e se coloque um equilíbrio entre produção e reprodução.

Porque hoje, como já foi dito aqui, somos nós, as mulheres, que sustentamos o atual paradigma de vida humana, não só cuidando das outras pessoas, não só com o sobretrabalho, com afeto. E quando reivindicamos autonomia, nós, mulheres, sabemos mais do que ninguém que a autonomia não se opõe à interdependência. Mas sabemos também que nós cuidamos muito e somos pouco cuidadas. E justamente o que queremos modificar é essa relação. Para que exista autonomia de todos e todas é preciso reconhecer a interdependência e é preciso reconhecer, portanto, que a sobrecarga não deve ficar sobre as mulheres.

Sabemos que essa autonomia, como já foi dito aqui, e esse novo paradigma só vão existir se nós, mulheres, pudermos ter soberania sobre os nossos corpos. E ter soberania sobre os nossos corpos é viver sem violência e poder exercer nossa sexualidade com liberdade. É poder exercer a maternidade com liberdade. E por isso precisamos e devemos reivindicar, nessa Conferência, uma política ativa pela descriminalização e pela legalização do aborto, para que seja um direito de todas as mulheres.

Mas devemos rejeitar os discursos que refuncionalizam o lugar das mulheres na sociedade, senão não estaremos construindo esse novo paradigma. Quando eu falo em refuncionalizar, me refiro, inclusive, a positivação da maternidade. Dizer que a maternidade é aquilo que nos torna singulares e diferentes no mundo é seguir impondo a maternidade. Mas também não aceitamos as condições adversas de exercício da maternidade para nós mulheres.

E, para isso, companheiras, temos que nos engajar em um amplo processo de mobilização e aprofundar nossa luta, porque só nós, como movimento de mulheres, vamos poder construir essa força. E ela não tem que ser construída só a partir de nós do Brasil. Nosso movimento é um movimento internacionalista. Por isso, devemos expressar nossa solidariedade a todos os povos, a todos os povos que não têm direito de autodeterminação, como o povo palestino, como o povo Sarauí. Nossa solidariedade ao Haiti e ao povo haitiano, que é um povo lutador, que foi o primeiro país a se tornar independente da Espanha em nosso continente, e tem o seu direito de autodeterminação.

Mas nós também, companheiras, temos que lutar contra a militarização. Quando a gente fala contra a militarização, não é só em relação aos países que estão em guerra. A militarização se estende cotidianamente na nossa vida, a judicialização dos movimentos sociais e por isso nós sabemos que esse processo penaliza muito mais as mulheres e que isso faz parte, justamente, daquela razão androcêntrica deste modelo e que nós mulheres somos contra. Nós não queremos estar nos exércitos. Nós somos contra os exércitos. Nós queremos uma sociedade desmilitarizada.

Para encerrar, companheiras, quero dizer que, nessa busca da igualdade e da autonomia, nós temos que continuar esse processo de mobilização, sabendo que as políticas públicas são um instrumento forte e poderoso, mas que a transformação vai se dar com a nossa luta

na rua, com nossa transformação de cada espaço dessa sociedade, para a gente fazer valer nossas conquistas. Para ter igualdade, é preciso ter poder.

Mas não queremos só os poderes constituídos. Queremos construir um novo poder. Um poder popular, um poder que expresse a vontade da maioria do nosso povo, das mulheres, dos negros, dos indígenas, de todos aqueles e aquelas que são oprimidos. Por isso, companheiras, a nossa luta é todo dia.

Vanderléia Daron

Bom dia, companheiras. Quero saudar a Betânia, a Carmen, a Nalu, a Sílvia e a Estela. Quero, também, trazer um abraço carinhoso a cada uma, a cada companheira que se encontra aqui como delegada, como participante, como convidada nessa Conferência.

Estamos na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. E sabemos que a luta das mulheres, no Brasil é de muito mais tempo. Mas são apenas nas últimas décadas, do governo Lula em diante é que conseguimos ter uma expressão do governo, do Estado, que começa a se preocupar em dar voz e abrir espaço para que as políticas para as mulheres consigam se expressar. E a participação ativa das mulheres, onde possam estar junta, como é nessa 3ª Conferência, em um momento singular – como disse a Betânia no final da sua fala, com uma Presidenta mulher que, simbolicamente, traz a importância da nossa luta avançar muito mais. Porque termos uma mulher na Presidência, não significa que tenhamos conquistado autonomia e a superação das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que temos no Brasil.

Para iniciar essa fala, eu quero fazer presente a memória de um conjunto de mulheres que já lutaram para que hoje estivéssemos aqui também lutando, batalhando e querendo construir políticas públicas⁷.

Companheiras, a autonomia só se dá com a luta, com a participação, a inclusão e a força das mulheres organizadas.

Somos todas mulheres aqui, como a Nalu disse: indígenas, brancas, negras, de todas as raças, de todas as etnias, de todos os cantos desse nosso país e o rosto de cada uma de nós expressa a condição que temos na nossa sociedade. E também, nas nossas mãos e no nosso rosto, expressamos um cotidiano de vida das mulheres trabalhadoras do nosso país, que ainda está marcado pela tripla jornada, por um trabalho intenso, pesado, invisibilizado, um trabalho doméstico que não é valorizado, não é reconhecido.

Como o trabalho das camponesas que, há pouco tempo, pela luta, foi reconhecido na lei, mas que tem muito a avançar no reconhecimento concreto de sua viabilização, com muitas mulheres sem ter o direito reconhecido de cidadania, pela falta de documentação. Ainda

⁷ Foram apresentadas imagens do movimento social e feminista em distintas épocas.

continuamos em uma sociedade onde temos a exploração, a opressão, a dominação, a violência como elementos que se entrelaçam. Por isso, não é possível pensarmos em uma sociedade em que a gente cruza os braços, porque esse cotidiano nosso, na verdade, de exploração, de opressão, de violência e de discriminação e de preconceito acaba reforçando as múltiplas faces da violência, como já foi falado anteriormente, e o quanto é presente para nós, mulheres brasileiras. Se olharmos só os boletins das ocorrências de violência, vemos que há uma grande parte de nossas mulheres que, quando não apanham todo dia, apanham o dia todo. E isso não só nas formas de violência física, psicológica, mas no conjunto das expressões da violência que esse capitalismo patriarcal, racista, homofóbico vem implantando.

É importante percebermos que a violência está presente em todas as classes sociais, no conjunto de vida das mulheres. Mas a forma de encarar, de superar ou de enfrentar essa violência é diferenciada. Para as mulheres do campo e da floresta, a Lei Maria da Penha ainda não chegou. Para as mulheres mais empobrecidas, ainda é muito difícil poder enfrentar, ter condições de enfrentar as diversas formas de violência. É impossível pensar que nós devemos só lutar para enfrentar a violência sem enfrentar os mecanismos de opressão desse sistema, como Nalu falou, desse sistema maior, que é o que produz e reproduz os mecanismos da exploração, da opressão e da violência. Presente também no mercado de trabalho, onde o que mais vale é o capital, é o lucro para alguns.

Hoje a distância entre os países pobres e ricos cada vez aumenta mais. As formas de enfrentar a crise ambiental são diferenciadas para os países. A forma como as pessoas enfrentam, no seu cotidiano, também é difícil. A gente percebe que quanto mais desigualdade de gênero, raça e classe, mais o país é dependente, sem autodeterminação.

Por isso, é fundamental que a nossa luta se dê também de forma internacionalizada, porque vemos o quanto esse sistema vem destruindo a vida e buscando ter o controle do conjunto das formas de vida do planeta, a serviço dos interesses do lucro, do capital. Nós percebemos também que o núcleo estruturante ideológico que norteia a sociedade centrada no capital e centrada na dominação da natureza é o mesmo núcleo ideológico que sustenta a naturalização da dominação do homem sobre a mulher, da naturalização do racismo, da naturalização do conjunto das desigualdades econômicas, sociais e culturais que existem na sociedade.

Nalu também já falou de outro elemento que é sustentáculo desse capital, que é a indústria do entretenimento, do turismo sexual, da exploração de adolescentes e a mercantilização do corpo das mulheres, que gera milhões de dólares para alguns, em detrimento de vidas que vão se passando. O problema da fome, da desnutrição, da exploração do trabalho infantil, das guerras, da violência, daquilo que vemos no cotidiano, que muitas vezes nos assusta, revela como nossos direitos como povos e como mulheres são negados.

O direito do território, o primeiro lugar, que é o território onde a gente vive, que é a Terra, está negado. E cada vez mais, as grandes transnacionais estão tomando conta nessa estratégia do capitalismo, do neoliberalismo. Tomando conta das terras, dos territórios, das

populações quilombolas, dos camponeses, das populações indígenas tradicionais e também do solo urbano na cidade, para especulação imobiliária.

Estamos perdendo o direito daquilo que é a base da nossa vida, se esse sistema se colocar adiante. Porque, com isso, algumas transnacionais vão tomando conta do controle alimentar no mundo, do controle da biodiversidade, enfim, com controle da vida.

Uma das estratégias que esse sistema traz, além da monocultura, é o uso intensivo de uma tecnologia com agrotóxico, que hoje, no campo da saúde, vai gerando um rol de doenças que são produzidas pelo uso abusivo de agrotóxicos. O Brasil, hoje, é um dos países que mais consome veneno, agrotóxico – em média, seis litros por habitante, no ano passado, foram para a Terra. Acabamos consumindo com a nossa água, nos nossos alimentos, e que está produzindo doenças, anomalias.

Temos estudos de crianças que nasceram com anomalias devido ao uso do agrotóxico. A Terra também está se acabando. É insustentável esse sistema do jeito que está colocado. Na verdade, percebe-se que estamos em um momento que essa crise que se coloca é um sistema que demonstrou ser incapaz de garantir a vida, de garantir o bem da humanidade. Nós precisamos repensar e disputar um outro projeto da sociedade, como mulheres e como nações. Um projeto onde, além da crise financeira, existe a crise ambiental. O conjunto das formas de vida está sendo ameaçado.

Estamos chegando em um padrão de consumismo, em um momento muito difícil em que a Terra já não tem mais condições de se regenerar se continuarmos só explorando, explorando e explorando.

Os limites do capitalismo são os próprios limites da Terra. Já encostamos nesses limites. Quando começamos a pensar sobre isso, vemos que esse sistema está fracassando e que é preciso reconstruir uma nova sociedade, sob novas bases, sob novos fundamentos. O consumismo desenfreado está chegando ao limite. Esse padrão atual de consumismo está insustentável. Para a Terra também. Além das pessoas não conseguirem mais suportar essa situação, chegamos a um momento em que está insustentável.

Na verdade, precisamos de um novo paradigma de civilização, um novo paradigma que repense a sociedade, as relações humanas. Cultivar a interculturalidade, o respeito, o diálogo entre os diversos saberes, trazer aquilo que as tradições dos povos nativos colocam e falam do ser humano, como um jardineiro que cuida do espaço, do lugar onde vive, pensando não só em si, mas pensando nas futuras gerações.

Nós precisamos pensar numa sociedade com justiça, com dignidade, onde a gente repense o paradigma das relações humanas e das relações com os seres humanos e com a natureza, e a necessidade de, a partir disso, repensar o papel do Estado, repensar as políticas públicas para as mulheres e para o conjunto da sociedade. Repensar a construção de um projeto de desenvolvimento onde se possa ter uma cidade para todos e para todas e não uma cidade para alguns, com privilégios, e a maioria da população ficando desprovida dos seus direitos. E repensar a articulação entre o campo e a cidade: o território onde possamos produzir e reproduzir a vida, a partir de outro paradigma, que é o paradigma da agroecologia, da

defesa da vida – defesa da vida no sentido não do enfrentamento ao debate sobre o aborto, mas na defesa da vida enquanto vida do planeta, resgatando as sementes com o patrimônio dos povos, resgatando a conservação e preservação da biodiversidade e repensando a valorização das formas tradicionais, dos povos tradicionais e das culturas que precisam ser valorizados e resgatados; a proteção das nascentes dos recursos, daquilo que nós temos na nossa biodiversidade; a recuperação e o manejo do solo – em relação a isso, temos experiências tanto no meio urbano quanto no meio rural no sentido de reconstruir; a reforma agrária, a reforma urbana, o acesso ao controle dos meios de produção de trabalho, o consumo pelos trabalhadores e não por uma pequena elite; a valorização e o reconhecimento do conhecimento e do saber popular, das diferentes culturas e etnias; a ciência e a pesquisa a serviço da promoção da vida e do bem comum, tanto no campo como na cidade. Isso significa repensar o modelo e o padrão tecnológico; a mudança nas relações humanas, respeitando, retomando e ressignificando a divisão do papel entre homens e mulheres no espaço do trabalho doméstico também; o fortalecimento da arte, da cultura popular como expressões de produção criativa do ser humano e não apenas como instrumento, como a sociedade capitalista apresenta, trazendo a soberania alimentar e a autonomia para decidir sobre a produção.

E em relação a essas questões temos alguns exemplos com as belíssimas experiências dos movimentos de mulheres camponesas, das mulheres também que atuam no meio urbano, das catadoras, que estão ressignificando seus espaços a partir de experiências concretas, mostrando que é possível construirmos uma nova sociedade, um novo mundo, um novo padrão de desenvolvimento centrado na justiça, na solidariedade, nas novas relações humanas - com a natureza e entre os seres humanos.

Finalizando eu gostaria que lêssemos juntas esse poema:

Sempre que penso nas mulheres, me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umhas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhes falem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem, custe o que custar. Na travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer aos outros que, do lado de lá, vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada. Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher.

E viva a luta das mulheres!

Painel 4. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: perspectivas e prioridades

Dia: 14/11/2011

Horário: 11:30 às 13:00

Painelistas:

Tatau Godinho, Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Cristina Buarque, Secretária de Mulheres de Pernambuco e Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.

Coordenadora: Carmem Foro, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Relatora: Luana Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Tatau Godinho

Bom dia, companheiras. Vamos debater, nesse painel, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no sentido de discutir as perspectivas e prioridades das políticas para as mulheres para os próximos quatro anos no Brasil. Discutir perspectivas e prioridades, para nós, mostra a importância de que a nossa abordagem leve em consideração os ganhos dessa política, os processos de sua construção – que significa uma história construída pelas mulheres brasileiras em seu conjunto – e, também, as dificuldades, os nós e, mesmo, entraves que encontramos a cada momento no processo da construção das políticas.

Quero começar enfatizando que esse momento de construção de políticas públicas no Brasil é um momento de continuidade do nosso passado recente, uma vez que essa é a nossa terceira Conferência Nacional e que vamos discutir a partir de um acúmulo feito pelo movimento social, pelos Governos Estaduais e Municipais, pelas gestoras públicas e pelo Governo Federal, que elaborou o primeiro e o segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Mas, ao mesmo tempo, a primeira e segunda Conferências debateram a elaboração de uma política nacional para as mulheres que não se restringe ao Plano. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é uma concretização em objetivos e ações de uma política nacional que deve definir quais são os critérios gerais dessa política, prioridades gerais dessa política e qual a nossa concepção de Estado e de políticas públicas que englobe a perspectiva da igualdade entre mulheres e homens.

Nesse sentido, o segundo aspecto que quero abordar rapidamente é o papel do Estado e das políticas públicas na construção de uma sociedade democrática, de direitos, que busca a igualdade, que trabalha com a reafirmação de que há diversidade entre mulheres e homens, há diversidade entre as próprias mulheres, e com a possibilidade de que a reivindicação de cada um dos grupos que se organiza deve ser compatível e deve se combinar com direitos universais – considerando que direitos universais são aqueles que, ao levarem em conta essa diversidade, trabalham para reconstruir uma sociedade que é cindida em classes e com profundas desigualdades sociais. O Brasil é conhecido na América Latina e no mundo como um dos países com o grau mais profundo de desigualdades sociais, nas diferenças entre ricos e pobres. Portanto, o papel do Estado é fundamental, e as políticas públicas são centrais e essenciais para garantir a redistribuição da riqueza do país, para garantir que direitos e condições sejam assegurados para a maioria da população. Essa maioria da população, onde estão os grupos mais oprimidos, também formada por mulheres, mulheres indígenas, negras, com deficiência, rurais – que representam o maior grupo de mulheres trabalhando sem rendimentos no país. É nesse sentido, pensando em mulheres do campo e da floresta, das diversas comunidades indígenas, que as políticas públicas precisam garantir o seu caráter universal.

Quero ainda insistir que as políticas públicas são essenciais e precisam ser entendidas como resultado de uma cristalização de uma correlação de forças na sociedade em um determinado momento. Nós vivemos no Brasil, hoje, a continuidade de um período em que os setores populares estão buscando construir um padrão de desenvolvimento econômico e social sustentável e com igualdade. Para as mulheres, esse é um momento essencial, mas, expressando correlação de forças, também é um momento em que atuam interesses contraditórios. E para nós, mulheres, inserir na agenda pública a igualdade entre mulheres e homens, garantir que a agenda do debate de políticas para o país leve em consideração essa desigualdade, é um desafio muito grande. Todas nós que estamos aqui sabemos o que significou a construção, a inserção dessa agenda feminista no debate das políticas públicas, a partir dos anos 1980 no Brasil. Essa presença hoje é resultado de uma vitória do movimento organizado de mulheres, é resultado de um esforço e de uma luta de mais de quarenta anos que, com garra e muita persistência, insiste em colocar na cena a busca da igualdade. Portanto, garantir uma agenda pública e uma política nacional com perspectiva feminista não é um desafio da SPM, é um desafio do movimento de mulheres do Brasil, de todas as mulheres organizadas, das gestoras que aqui estão e de todas nós que consideramos que não é possível falar em igualdade, não é possível falar em desenvolvimento, não é possível falar em justiça se não há, efetivamente, uma ruptura brutal das desigualdades que, ainda hoje, acometem mulheres e homens no Brasil. Vivemos um momento bastante positivo, em que as mulheres se sentem empoderadas, em que as mulheres, em vários aspectos – por exemplo, do ponto de vista educacional – têm imensas vitórias. Mas o Brasil continua sendo o país da América Latina com o maior nível de desigualdade de renda entre mulheres e homens. Portanto, quando falamos em política nacional, precisamos também reafirmar os princípios que foram aqui retomados pela ministra Iriny Lopes ontem, e que foram debatidos na primeira e na segunda Conferência de Políticas para as Mulheres: os princípios da igualdade, do respeito, à diversidade, da laicidade do Estado, o princípio da distribuição igualitária dos direitos e dos bens da sociedade, o princípio da justiça e todos os outros que reafirmamos nas conferências anteriores. Essas perspectivas são as que cristalizam as questões centrais do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da última

conferência até agora – com muitas vitórias, mas com imensas debilidades. Reconhecer as debilidades é também obrigação nossa como gestoras. Significa também colocar o foco em quais problemas temos que superar, para garantir que esse plano seja uma política concreta.

Vou destacar apenas algumas questões centrais do que foi feito no último período – já que nosso tempo aqui não permite que façamos uma avaliação ponto a ponto – para que a gente possa debater e também pontuar prioridades para o futuro.

O primeiro aspecto – da cultura e educação –, da construção de uma cultura igualitária, antirracista, não homofóbica e com conteúdo libertário. A Secretaria de Políticas para as Mulheres investiu, de forma prioritária nos últimos anos, na capacitação de professores do ensino público. O Plano Plurianual - PPA, distribuído ontem para todas as delegadas, consiste nas prioridades definidas pela SPM e ações intersetoriais entre os diversos Ministérios. Ao mesmo tempo destacamos que nós investimos corajosamente em um debate crítico com os meios de comunicação; corajosamente porque os meios de comunicação, embora sejam um elemento essencial da democracia, aceitam muito pouco o debate crítico vindo da sociedade. A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem tido uma postura corajosa de fazer esse debate e, ao mesmo tempo, de buscar construir espaços de afirmação cultural das mulheres.

Na área da saúde, consideramos que um desafio a política de redução dos índices de mortalidade materna – o que foi feito com bastante eficácia no último período – embora o Brasil ainda não tenha índices ideais. Um investimento grande em saúde pública geral, 68% dos partos realizados no país são realizados na rede de saúde pública. Portanto, a requalificação do SUS, a garantia de uma saúde de qualidade é central para esse direito materno das mulheres. Por outro lado, há um investimento grande, e nós precisamos insistir que ele seja valorizado, no acesso aos direitos de reprodução, para que as mulheres possam exercer, efetivamente, a autonomia e o controle sobre seu próprio corpo. A presença de métodos anticoncepcionais na rede de saúde pública, a garantia da contracepção de emergência e a possibilidade do atendimento ao aborto inseguro são, necessariamente, uma prioridade da nossa concepção de saúde integral das mulheres.

Queremos, ainda, insistir que o Governo Federal tem investido na política de prevenção e enfrentamento ao câncer em relação às mulheres frente um crescimento brutal da incidência do câncer entre as mulheres, inclusive, com a redução da idade de aparecimento das condições de câncer. Ao mesmo tempo, o atendimento da prevenção e o atendimento à questão do HIV, da AIDS, e das mulheres soropositivas é extremamente importante e tem sido uma política privilegiada. Não estou declarando que os problemas estão resolvidos, estou apontando onde tem havido investimento e onde consideramos que esse investimento é essencial.

Em relação à violência contra as mulheres – considerando o período entre conferência, de 2008, até esta conferência –, o enfrentamento à violência contra as mulheres foi a política central do Governo Federal em reação às mulheres brasileiras. A aplicação, não só a aprovação, mas a construção de todos os instrumentos para a efetivação da Lei Maria da Penha, a construção da rede e a construção de uma política integrada – que envolve Judiciário, Ministério Público, sistema de saúde, de assistência social – é um desafio. Mas,

é muito importante insistir: a construção dos centros de referência e atendimento à mulher como instrumentos específicos e que tenham a sua política própria, que não se confunde com as políticas das redes de assistência social, porque não têm o mesmo caráter de atendimento, são lugares essenciais para a coordenação dessa rede. Vamos manter, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres considera fundamental, o investimento na política geral de enfrentamento à violência, já bastante abordada na mesa anterior.

A participação política, no bloco chamado de Autonomia Política das Mulheres, é um elemento central. Sem um aumento da participação política e um fortalecimento dos movimentos sociais, as políticas públicas de governo têm um risco muito grande de cair em uma armadilha conservadora de manutenção dos papéis sociais entre mulheres e homens. É a presença de mulheres em movimentos organizados, é a presença de uma agenda feminista forte no movimento, em diálogo crítico com o governo que permite a nós - que neste momento estamos no Governo, mas fazemos parte desse histórico de construção do movimento - disputar, dentro dos governos, e não apenas no Governo Federal, mas também nos Governos Estaduais e Municipais, uma agenda de políticas públicas para as mulheres. Uma agenda que seja libertária, que procure romper com a divisão sexual do trabalho, e que trabalhe no sentido da autonomia e da igualdade. Essa parceria é fundamental. Portanto, a construção dos mais diversos mecanismos de organização do movimento social e da relação de diálogo com os governos que se dá, também, pelos conselhos de direitos da mulher, são elementos importantes para garantir o sucesso dessa política.

Finalmente, a autonomia econômica e social. A Secretaria de Políticas para as Mulheres propôs a esta Conferência e ao Governo que a Autonomia Econômica e Social ganhe um destaque, assim como ganhou a questão da violência na gestão passada, por considerar que vivemos um momento privilegiado de garantir que as mulheres sejam efetivamente beneficiárias, construtoras e protagonistas de um padrão de desenvolvimento econômico igualitário e sustentável. Para nós, é fundamental garantir que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho não seja constrangida pelas suas obrigações dentro de casa, pelas suas obrigações familiares. Nós não podemos reivindicar a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e o nosso direito de trabalhar, de participação política, de autonomia cultural, de lazer, se não garantirmos o investimento em equipamentos sociais que tragam, para a sociedade como um todo, a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Por isso, nesse período, a Secretaria de Políticas para as Mulheres retoma, com muita força, uma agenda que foi extremamente importante no movimento de mulheres, no feminismo do início dos anos 1980 no Brasil, um feminismo construído com raízes populares, de que é fundamental a política de creches e de educação integral. Se não há condições de cuidado com as crianças em período integral, não se pode cobrar das mulheres que tenham tempo suficiente para a participação política, para o lazer, para o seu desenvolvimento cultural e para o trabalho. Nesse sentido, equipamentos sociais como lavanderias, restaurantes, instituições de longa permanência para os idosos são fundamentais para aumentar o tempo disponível das mulheres. Não minimizamos a dificuldade dos governos na construção dessas políticas. São políticas que demandam muito orçamento, são políticas que não estão como prioridade para a maioria dos governantes. Vimos aqui a presidenta Dilma reafirmar o seu compromisso com essas políticas, mas sabemos o quanto é difícil evitá-las em cada local, inclusive porque a maioria delas são políticas municipais e não federais; não se pode cobrar que apenas o repasse do Governo

Federal seja responsável por essas políticas. É preciso cobrar também em cada esfera de governo para que haja o investimento efetivo na infraestrutura social necessária para que as mulheres possam ter igualdade no mundo político, no mundo do trabalho, no mundo do lazer e no mundo da cultura.

Para a construção de políticas públicas a Secretaria de Políticas para as Mulheres considerou fundamental, no último período, a produção de dados e de indicadores que demonstrem e comprovem para a sociedade brasileira as necessidades e essas desigualdades entre mulheres e homens. O debate sobre o uso do tempo, com as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a construção de um comitê em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e agências do sistema da Organização das Nações Unidas - ONU têm sido fundamentais para que as estatísticas brasileiras incorporem a questão dos afazeres domésticos, para que as estatísticas brasileiras meçam o tempo gasto por mulheres e homens no trabalho doméstico. Isso às vezes não aparece no nosso cotidiano, mas todas nós que somos gestoras, sabemos que a primeira coisa que um dirigente nos pede é “me mostre os dados. Vocês estão falando que existem diferenças, mas mostrem os dados; vocês estão dizendo que precisamos de mais creches, mas me mostrem os dados”. Assim esse aspecto é fundamental.

Finalmente, a construção de Secretarias de Políticas para as Mulheres nos estados e municípios têm sido um investimento importante da Secretaria de Políticas para as Mulheres. E aqui contamos com o apoio, o engajamento e a parceria fundamentais das nossas gestoras. As gestoras estaduais têm sido parceiras fundamentais nessa construção. Existem hoje vinte e três estados com algum organismo de políticas para as mulheres. Não são necessariamente secretarias; secretarias são muito poucas. Mas já existem hoje quatrocentos e vinte e três municípios também com algum organismo. No início desse ano, a estatística que tínhamos na Secretaria de Políticas para as Mulheres era de duzentos e noventa e quatro municípios. É um crescimento importante, mas precisamos discutir entre nós o caráter desses organismos, a fragilidade que eles têm e a necessidade de disputar frente aos governos estaduais e municipais, assim como nós temos a necessidade de fazer esse debate dentro do governo federal, de que esses organismos necessitam de orçamento próprio, necessitam de condições de fazer essa articulação dentro dos governos, necessitam de estrutura e capacidade para desenvolver suas políticas. Ao falarmos nisso, não estamos deixando de reconhecer as fragilidades presentes no governo federal. O que estamos debatendo é que esta Conferência tem o desafio de reafirmar essa política porque isso é favorável a todas nós. Em relação à institucionalização, à construção de políticas intersetoriais – que é uma estratégia fundamental – há duas armadilhas que quero mencionar.

A primeira é a armadilha de que a transversalidade pode transformar em pó as políticas por nós desenvolvidas. Se não temos uma perspectiva clara do que são as políticas prioritárias e como lidar na relação com os demais organismos dentro de governo, nossas políticas desaparecem. Em nome da transversalidade, vários organismos de políticas para as mulheres foram e têm sido rebaixados; foram e têm sido colocados dentro de outros espaços de Secretarias. Reafirmamos aqui a necessidade de Secretarias de Mulheres em

Estado e Municípios e de que a Secretaria de Políticas para as Mulheres seja efetivamente um Ministério, com força, capacidade e condições de atuação transversal dentro do governo federal. Da mesma forma que defendemos que nos Ministérios haja grupos especializados, de preferência diretorias, que sejam responsáveis pela construção dessas políticas dentro dos Ministérios.

O segundo aspecto para o qual eu queria chamar atenção são as armadilhas da institucionalização. A armadilha de nos transformarmos em gestoras e abandonarmos o vínculo com o feminismo e com as políticas do movimento social. Consideramos que a institucionalização das políticas é fundamental, mas ela não pode significar um rebaixamento do patamar de políticas que tenham, efetivamente, a perspectiva da construção da igualdade. Por isso, enfatizamos: o Plano de Políticas para as Mulheres é uma ferramenta fundamental, mas essa Conferência aqui precisa reafirmar, atualizar e retomar o desafio de trazer para o primeiro plano a construção de uma política nacional para as mulheres, com os seus princípios, os seus desafios, as suas prioridades e que sirva de orientação para além da definição das ações e metas que definimos no PPA – no ponto de vista do governo federal para o próximo período – no segundo plano nacional, no último período da Secretaria de Políticas para as Mulheres e das conferências. O horizonte de uma política nacional para as mulheres é central para que consigamos garantir que nós mulheres aproveitemos de forma mais favorável para a construção da igualdade, este momento em que temos uma mulher na presidência da República.

Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos

Bom dia a todas as companheiras presentes nesse auditório tão bonito. Queria cumprimentar a mesa, em nome da Carmem Foro, principalmente em nome da Rede Feminista de Saúde. Saudar todas as pessoas do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, tanto as que representam a sociedade civil como as que representam o Governo.

Também queria cumprimentar todas as companheiras que integram o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e saudar, publicamente, a companheira Clara Charf, que está aqui marcando presença e fazendo história junto conosco. Uma saudação à nossa companheira Clara.

Na verdade, tudo o que a Tatau falou indica algumas coisas sobre as quais nós, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, também pensamos e sobre as quais apenas pincelaremos. Mas é importante saber que só poderemos melhorar as respostas às demandas advindas das mulheres e aperfeiçoar nossas relações pró-ativas se entendermos como e quando os nossos argumentos e/ou nossas ações falham. Então, a questão da permanente avaliação do que se pensou fazer e do que realmente se fez é muito importante porque é com essa consciência que poderemos organizar nossas ações, principalmente responder às necessidades e o que vem do conjunto das mulheres desse Brasil afora.

Eu queria pontuar os marcos cronológicos de uma conquista, para mim, o divisor de 2003, que consiste na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na ocasião denominada Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, como resposta a dezenas de anos em que

o movimento feminista, o movimento de mulheres vem empreendendo aqui no Brasil – em todos os seus estados e em todos os seus municípios – a questão dos direitos consagrados na Constituição de 1988, mas que, infelizmente, ainda está no plano da retórica. O ano de 2003 demarca, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e reformulação o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi criado em 1985, com vinculação ao Ministério da Justiça, e todas as integrantes desse conselho assim o eram por indicação da Presidência da República. O segundo momento de atuação dessa secretaria foi exatamente dar um outro formato à composição do Conselho, ampliando sua representação e trazendo uma nova forma de integrar essas conselheiras, a partir das instituições de caráter nacional ou com abrangência em duas ou três regiões do país que realmente tenham legitimidade para essa representação. Essa reformulação do Conselho teve uma importância fundamental não só por causa da seleção, mas, sobretudo, pela eleição interna das próprias entidades na formação dessa representação da sociedade civil. Precisamos fortalecer e avaliar, inclusive, o que se está precisando, o que não está funcionando bem enquanto mecanismo de controle social. Provavelmente, o ir e vir das informações não tem se dado de forma muito fluida e tão rápida quanto a modernidade coloca – vivemos em um momento em que as informações de agora passam já a ser passado – então, esse ir e vir de informações deve ter uma dinâmica maior para que realmente essa representação seja, de fato, de controle social. Controlando não no sentido de estar vendo o “certo” e o “errado” que está sendo feito no interior da Secretaria, mas exatamente na questão do cumprimento dos acordos consolidados nas conferências.

Então, com a 1ª Conferência, que aconteceu em 2004 e que teve uma participação importantíssima das mulheres, quero chamar a atenção para o eixo que foi constituído em relação à saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, em que foi aprovada a revisão do Código Penal sobre a questão do aborto, e que, no segundo plano, novamente obteve aprovação e foi desconsiderada no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Isso causou um descompasso do que o movimento de mulheres apontou, tanto na primeira Conferência como na segunda, como uma falta talvez até de habilidade política de resposta a essa demanda, que é uma demanda muito cara aos movimentos, tanto de mulheres como feministas, em relação a como são tratadas as mulheres que necessitam, resolvem ou decidem entrar no processo de abortamento, seja legal, ou seja, inseguro. Sobre essa questão, o Conselho necessita ser mais atuante nessa frente de luta, e que a Secretaria de Políticas para as Mulheres também tenha a sensibilidade de favorecer o debate e o encaminhamento necessário para o esclarecimento dessa questão na sociedade, e principalmente entre aqueles grupos que se colocam contra qualquer forma de autonomia das mulheres no campo de sua sexualidade e na definição da sua reprodução.

As mulheres de todo o país, na 1ª Conferência, trouxeram suas demandas. Foi realizado um GT pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e integrantes do Conselho para elaborar o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. E nós, como integrantes do Conselho, estamos recomendando que ele perca essa numeração de ‘primeiro’ e ‘segundo’. Que ele seja, realmente, o Plano Nacional, um reflexo da Política Nacional dos Direitos das Mulheres. Então, temos a Política Nacional, e o Plano servindo como respaldo, que orienta todas as definições de políticas nos estados e nos municípios.

Eu não acho que devemos permitir mais que nenhum estado tenha apenas conselhos estaduais distanciados da política. Temos que aprovar que todos os estados consigam constituir as suas Secretarias de Políticas para as Mulheres. Se realmente queremos um Ministério das Mulheres, não faz mais sentido um conselho isolado em um estado ou município, querendo trabalhar a questão das mulheres sem nenhum respaldo institucional. Então, para mim, isso é uma questão de honra, para que nós possamos sair daqui fortalecidas nessa luta, de que todos os estados contem com a sua Secretaria Estadual de Política para as Mulheres, e que tenham como orientação o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, podendo até fazer as suas adaptações a partir de suas realidades estaduais ou municipais, que é o processo natural da evolução das coisas. Isso, no nosso modo de ver, é fundamental que já esteja acontecendo. Esse número que a Tatau apresentou, de 24 estados com algum tipo de organismo de elaboração de política para as mulheres, tais organismos têm que se transformar em Secretarias. Nem coordenadoria, hoje, terá a mesma eficiência e utilidade diante de um Ministério das Mulheres.

Então, vamos aproveitar a definição da presidenta Dilma Rousseff de não existir nenhuma possibilidade de limitar ou restringir a SPM, aproveitar para realmente contarmos com o Ministério e com todos os estados e municípios com suas respectivas Secretarias.

Quanto ao controle social, ele tem que ser amplo, tem que ser fluido, tem que ser dinâmico, tem que ser representativo, mas, antes de tudo, tem de ser respeitado. Tem de ser respeitado tanto na sua linha de trabalho, porque cada instituição representada ali no CNDM traz também uma ideologia por trás, traz uma ligação com um determinado partido político. Mas não vamos partidizar nenhum Conselho. O Conselho, seja ele nacional, estadual ou municipal, tem que ser colocado acima dos interesses partidários. A questão das mulheres não tem partido, assim como o feminismo não tem sexo.

Temos que ampliar nossa consciência em relação aos problemas que as mulheres vivem em sua história: uma história de opressão, uma história de sofrimento, de preconceito, de mulheres que vieram a esse mundo apenas para ser mãe, consagrada e enaltecida apenas pela maternidade. Devemos respeitar a individualidade das mulheres em relação à questão da reprodução.

Assim, queremos um Conselho que se coloque afinado com os problemas das mulheres, das suas necessidades e, que ele seja dinâmico, seja fluido, que as instituições que colocaram as pessoas no Conselho também respaldem a sua participação, que se alimente do que está ocorrendo, que se entre no processo de fortalecimento de questões que nos são muito caras. Eu queria fazer esse apelo para que a gente compreenda que tipo de controle social nós queremos em relação a essas políticas públicas que já estão aí contando história, pois já estamos no sétimo ano de políticas públicas para as mulheres no Brasil, mas ainda está muito no campo da retórica. Precisamos implementar de fato esse Plano ampliado, atualizado, reformulado, mas dentro da estrutura onde ele está colocado. As autonomias que estão sendo discutidas nessa Conferência já estão incluídas no Plano Nacional. O que queremos é que tenhamos com clareza que nosso referencial é esse Plano Nacional de Políticas para as Mulheres vigente. E, para isso, não precisa mais numerar. Não é mais o segundo, é o Plano. Essas rodas de conversa, grupos de trabalho, as conferências que aqui se colocaram destrinchando a questão das autonomias, particularmente a questão da autonomia econômica e social, fazendo coro e dando resposta a esse governo que já está na

luta pela erradicação da pobreza, tudo isso já está no Plano. Só falta ter esclarecimento, só falta colocar essas ações realmente como prioridade e que sejam cumpridas. Não há muita novidade a acrescentar, o que nós queremos é que esse Plano seja cumprido na forma que ele está colocado e com as contribuições que possam vir das próximas Conferências a partir dessa. Essa é a posição do CNDM e que está afinada com a da Secretaria.

Outra questão que eu gostaria de chamar atenção é que, em 2005, quando o presidente Lula aprovou o PNPM, imediatamente instituiu-se o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Nesse sentido, eu gostaria de fazer um cumprimento a todos os ministérios que integram o Comitê que estão aqui presentes; cumprimentar as companheiras dos organismos de política para as mulheres, tanto os estaduais como os municipais; cumprimentar as outras companheiras que, junto comigo, compõem a representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a companheira Elza Campos e a Silvana Veríssimo, que não sei se estão aqui, mas integram, junto comigo, esse Comitê e é em nome delas que nós estamos fazendo aqui a nossa intervenção.

Todas as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres só se tornarão possíveis se cada ministério trabalhar de forma integrada na linha de cada eixo. Não é só a SPM, com seu parco orçamento, que dará conta de tantas ações que estão colocadas no Plano. São mais de 300 ações. Cada ministério tem que corresponder e, no seu interior, criar núcleos de gênero para que se quebre a cultura patriarcal, uma cultura machista que, apesar de já estarmos no terceiro mandato de um governo democrático, popular e que prima muito pela igualdade entre homens e mulheres, ainda existe.

As nossas perspectivas, chegando ao que nos foi solicitado, são que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, avaliado e atualizado nessa Conferência, seja orientador. Para nós, do Conselho, é o nosso norte, a perspectiva maior, nosso sonho.

Que as autonomias aqui colocadas e discutidas sejam para se afirmar e reafirmar todos os eixos contidos, sem eliminar nenhum dos eixos, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O exercício do controle social plural, amplo e dinâmico deve ser o pilar da relação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM, dos organismos governamentais e dos movimentos sociais. Isso é uma equação que tem que ser respeitada para que, realmente, exista um pacto e não fiquemos apenas no Plano Nacional: precisamos fazer esse processo de forma que tanto os conselhos, quanto os organismos governamentais e movimentos sociais se alimentem e re-alimentem de todos os processos em construção.

Que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher mereça o seu reconhecimento e que seja fortalecido no seu papel. Fortalecido tanto no ponto de vista da instituição onde está colocado, que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres, e pelas instituições que lá estão representadas.

Quanto às prioridades: queremos a constituição efetiva da Secretaria como Ministério e que garanta a institucionalização do Plano no sentido de torná-lo legítimo e de conhecimento de

toda a sociedade. Os mecanismos de mídia também devem servir para isso, divulgando tudo o que está acontecendo em termos de políticas para as mulheres. Garantir a criação e a ampliação do orçamento próprio do Ministério das Mulheres e do conjunto das políticas públicas para as mulheres, pensando também nos demais organismos.

Aprimoramento da relação interministerial do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano. Esse aprimoramento faz-se imperativo porque nenhum ministério hoje trabalha de forma isolada, e sim de maneira integrada com os demais ministérios, mas ainda não estamos vendo o impacto dessas ações porque os indicadores ainda não estão qualificados. Temos que nos apropriar desses indicadores para qualificá-los e avaliar se realmente já houve pacto em todas as partes desse país, em todos os rincões e em todas as áreas que dizem respeito às questões específicas das mulheres.

Quero finalizar com uma observação: a história não se faz apenas com a ousadia ou o êxito de certos indivíduos, e nem mesmo no registro da luta das classes oprimidas combatendo as classes dominantes e o patriarcado. Indivíduos e classes somente mudam a história quando expressam a voz anônima dos que ficam à sombra dos fatos. É assim que quero terminar. E queria também cumprimentar Télia Negrão, companheira que está aqui representando a nova Secretária Executiva da Rede Feminista, Clair Castilho, e pedir uma saudação a todas vocês, todas as mulheres que passaram por sofrimentos nessa Conferência. Que o sofrimento seja dissipado e que a gente veja um resultado positivo em todas as nossas questões nesse encontro, e que voltemos para os nossos estados fortalecidas e contando com o apoio tanto da Secretaria de Políticas para as Mulheres quanto do organismos governamentais, além do CNDM aqui presente. Fazemos uma saudação e dou por encerrada a minha fala. Muito obrigada.

Cristina Buarque

Bom dia a todas. Quero saudar a mesa, saudando a nossa companheira da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG, Carmem Foro, saudar a Tatau Godinho, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; a nossa representante do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, Rosa de Lourdes; e Luana, nossa companheira de trabalho da relatoria. Quero também saudar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Vou fazer uma longa saudação para que tenhamos consciência do quanto nós crescemos, o quanto nós temos um novo indicador para as políticas públicas para as mulheres.

O Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, o Fórum de Gestoras de Políticas para as Mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Articulação de Mulheres Negras, as diretorias e coordenações de mulheres dos partidos políticos, as diretorias e coordenações das mulheres representantes de movimentos de classe, como a Central Única dos Trabalhadores-CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, e também representantes dos movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, MLST, MAPRA, CDT, Marcha Mundial das Mulheres, Articulação de Mulheres Lésbicas, Instituto de Mulheres Idosas, ou seja, quero saudar todas nós em nome da nossa presidenta, Dilma Rousseff. Penso que é muito importante a sua

eleição como resultado de toda essa articulação e trabalho do movimento feminista que começa no século 18, século 19.

Nós, mulheres, precisamos compreender nossa ação política, que é a ação de construir a igualdade entre homens e mulheres. Saber que isso, nessa sociedade, é um valor que nunca antes havia sido dado por nenhuma instituição política do Estado ou da sociedade. Fomos nós, feministas, e temos que ter muito orgulho e bater no peito, que fomos nós que criamos a idéia de igualdade entre homens e mulheres nesse mundo, e que aqui estamos com um grande indicador: o indicador de ter construído uma Secretaria de Mulheres. A Secretaria de Mulheres da Presidência da República é, sem dúvida nenhuma, uma ação afirmativa antes de qualquer coisa, e são ações afirmativas que vão nos construir como sujeito dentro do poder do Estado. Isso é fundamental que a gente compreenda.

Quero dizer um pouco de como quero falar do nosso Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse Plano que já tem oito anos e é preciso ser preservado. Não é possível inventarmos coisas o tempo todo. Nós, mulheres, não podemos mais ser pontuais. Nós, mulheres, não podemos mais ser excepcionais. A Marie Currie, que é muito inteligente. Depois uma única presidenta: não. Nós queremos ser o cotidiano, o tempo todo. Para isso, é preciso ter políticas que tenham continuidade. E quero dizer mais: nós somos uma política para segmento, nós não somos uma política setorial, como saúde, educação. É um segmento, o maior da população, 52%. É uma política diferente que nunca houve dentro do aparelho do Estado. Nós temos que nos apoderar - e não é empoderar, nesse sentido - desses conhecimentos para nos empoderarmos como sujeitos políticos, criadores de políticas, capacitadas a decidir políticas. Nós começamos todas as nossas brigas por direitos, não foi? Direito a estudar, direito ao voto, direito ao trabalho remunerado, direito a uma vida sem violência, direitos reprodutivos. Já numa geração bem próxima de nós, direitos sexuais. Não foi assim? E, depois, nesses últimos anos nós decidimos qual era a forma de concretizarmos esses direitos. A forma é construir políticas públicas. Foi essa a nossa forma, a forma do movimento feminista e do movimento de mulheres, e que hoje é do tamanho de todas aquelas organizações que eu saudei e muito mais. Para que a gente tenha uma idéia que nessa briga por direitos nós identificamos as políticas públicas como o espaço para dar a garantia a esses direitos, reconhecendo que 52% da população brasileira, está marginalizada dos processos de decisão. E marginalizada de vários acessos, como o acesso ao conhecimento, acesso ao lazer, acesso ao prazer, acesso à beleza, porque fizeram um verdadeiro escárnio com relação a essa beleza. Só é beleza, narizinho empinado, olho azul, sem barriga, ou seja, nos contaminaram por uma série de questões.

Então, decidimos que queríamos políticas públicas dentro do espaço democrático para resolvermos nossas questões. Sem dúvida nenhuma, temos as políticas públicas mais compatíveis com as propostas dos movimentos sociais, do movimento feminista e do movimento de mulheres. Diferentemente das políticas setoriais, todas as nossas políticas foram construídas com base nas propostas dos movimentos sociais. Isso é muito importante e temos que tomar posse disso.

Mais ainda: essas políticas públicas, que, num momento, nos pareceram políticas para as mulheres são, na realidade, políticas para uma diversidade de mulheres e, para ser universal, ela tem que esquecer o sujeito único 'mulher'. Ela tem vários sujeitos mulheres.

Temos, sim, a imensa contribuição e determinação das mulheres negras, que trouxeram para o movimento feminista e para a compreensão do Brasil que não existe esse sujeito único: 'o trabalhador'. O sujeito da transformação é múltiplo porque a sociedade é múltipla. Na hora que eu não o reconheço, eu começo o processo de exclusão desses outros setores.

Temos, sim, que, a partir desse Plano, garantir, aperfeiçoar e fazer avançar o eixo da questão étnico-racial nesse país. É um eixo que trata também do enfrentamento ao racismo. É preciso enfrentar essa questão e esse eixo tem que se fortalecer nesse Plano.

A questão lésbica também: dizer que a questão sexual das pessoas e a questão do conjunto das pessoas que se reproduzem a partir da sua sexualidade ou têm uma sexualidade e não querem reproduzir o que é estruturante, porque cada uma de nós sabe o quanto a sexualidade existe e determina nossa vida, nosso bom humor, nosso mau humor, nossa possibilidade de ser feliz. Queremos dizer que nossa sexualidade não tem um preço, não tem um valor. Essa construção da sexualidade não ter um valor no sentido positivo. Porque no sentido negativo, a Igreja passou todo o tempo combatendo a sexualidade, mostrando que é assim que se faz o controle sobre o corpo das pessoas e se exerce uma política para modificar a sociedade. Nós temos, sim, nossa sexualidade e as mulheres lésbicas têm um papel fundamental nessa nova década para que a gente avance na possibilidade das mulheres construírem e resolverem o seu desejo de uma forma mais democrática.

Quero dizer que o Estado brasileiro sempre nos olhou ou como mães ou como mão de obra. É o movimento feminista que vai mudar essa idéia dentro do Estado e dentro dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações. Não somos só mães, nem só mão de obra, nem as duas coisas juntas. Somos muito mais do que isso e precisamos ter o direito de fazer. Então, penso eu, que é um dos grandes desafios do nosso Plano, e por isso eu brigo por ele porque ele nos dá essa múltipla dimensão que nós temos como seres humanos, e também nos dá essa múltipla dimensão como vários segmentos menos cuidados por essa sociedade, como o segmento de mulheres negras, o segmento de mulheres rurais, o segmento de mulheres lésbicas, o segmento das mulheres indígenas e o segmento das mulheres com deficiência.

Construímos uma política a partir de todas essas organizações, concentrando-a, num primeiro momento, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, e chegando em 2003 com a Secretaria Especial. E nosso primeiro desafio é transformar essa Secretaria nessa próxima década em um Ministério. Essa é a grande questão.

Para transformar essa Secretaria em ministério, nós temos que compreender o que é orçamento. Essa é uma questão que não está muito bem entendida por nós, e quero falar sobre os outros pontos para chegar a esse que acho fundamental.

A primeira política para segmento fomos nós que criamos. O que essa política quer dizer? Mudança das relações de poder entre homens e mulheres, e mudança também de aporte de recursos para homens e mulheres. Em todas as políticas, enquanto nós não estivermos jogando recursos para as mulheres, essa política não está fazendo o que tem de fazer. Para jogar recursos para essas nossas políticas, é preciso retirar recursos de quem sempre teve. Temos que ter consciência disso e vamos ter que brigar muito por isso. Essa política tem

outro eixo que está no Plano: o desenvolvimento das mulheres para formação do saber e para acesso ao trabalho. E temos que ter isso forte em nossa mente, porque nós, mulheres, organizadas ou não, durante todo o tempo da nossa existência apontamos para o saber, para o conhecimento, como forma de conseguirmos nossa autonomia.

É preciso construir, não só mesclar as mulheres no que há, mas a política do Estado tem que começar a fazer capacitações e formações que interessem à aceleração do desenvolvimento político, social e econômico das mulheres. É isso que a gente precisa.

Precisamos da ampliação dos nossos espaços de poder para duas coisas: influenciar nas políticas econômicas, dizer que não queremos aquele viaduto atuando nas políticas municipais, por exemplo; e também para que a gente continue decidindo sobre as nossas políticas. Nós ainda não decidimos tanto quanto precisamos sobre as nossas políticas. Prestem bem atenção: temos mais de 500 anos de negação de políticas para nós. Como é possível que em oito anos nós tenhamos resolvido isso? Não, nós precisamos de muito mais tempo com um ministério, com a gente lá dentro dizendo como a política tem que ser para acelerar nosso desenvolvimento e para que a gente chegue a uma igualdade entre homens e mulheres, transformando esses homens e transformando essas mulheres, porque ninguém produz a igualdade para ficar igual: a igualdade é produzida para transformar a sociedade. Isso é outro ponto importante.

Nossos grandes desafios para mim são: o Ministério das Mulheres e os recursos. Criou-se uma política para as mulheres no Brasil e nós precisamos ver que existe uma lei que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa Lei de Responsabilidade Fiscal diz que os municípios só podem gastar “x%” na educação, “x%” na saúde, “x%” nisso, nisso e naquilo. Aí, cria-se uma política para as mulheres e os municípios não recebem recurso para essa política, enquanto é a Federação que controla a maioria dos recursos nesse país. Isso não é porque é o Lula ou é a Dilma; está na Constituição. Então, você não tem como fazer uma política municipal, nem cobrar do senhor prefeito que faça essa política e invista dinheiro ali, porque ele não tem de onde tirar. O que as prefeituras estão fazendo é um verdadeiro milagre. E eu não estou defendendo aqui o poder público: eu estou dizendo que está fazendo um verdadeiro milagre porque está sendo completamente empurrado pelo movimento social, senão ele não faria, pois não há nada que facilite do ponto de vista da construção de uma política, que ele faça essa política. Precisamos brigar para que existam recursos cravados para fazer políticas para as mulheres. Não se pode criar, fazer uma política para as mulheres com R\$ 64 milhões de orçamento anual para uma Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Digo isso porque nós, lá em Pernambuco, temos, só para a Secretaria de Políticas para as Mulheres de Pernambuco, fora a intersectorialidade, R\$ 21 milhões. O Governo Federal não pode ter só R\$ 64 milhões para fazer essa política. Esse é o nosso desafio imediato: criar um fundo, criar um formato de cravar recursos que vão para os municípios, ampliando, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para se criar duas grandes políticas, que seriam a política do enfrentamento ao racismo, e a política para promover a igualdade entre homens e mulheres. De outro jeito, nós viveremos muito angustiadas nesse processo.

Outro grande desafio nosso é a capacidade de continuação da política. Nós precisamos dar continuidade à política de enfrentamento à violência contra as mulheres compreendendo

uma série de questões em relação a isso. Ninguém pode, nem por um minuto, pensar que essa política não é a nossa prioritária, porque é ela que, estrategicamente, nos faz melhor. Ontem mesmo, Pernambuco fez um minuto de silêncio aqui por uma companheira que foi assassinada. E, no Brasil, devem ter sido várias ontem. No Espírito Santo, em São Paulo, em todo canto, ela foi só um símbolo. Mas o que eu quero dizer é que nós precisamos entender essa política como o ícone maior da nossa opressão, o ícone maior da nossa exploração, o ícone maior da nossa falta de autonomia. Nós precisamos enfrentar, aprofundar, dar continuidade a essa política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Essa capacidade de continuidade é que nós precisamos ter.

Introjetar essa política no aparelho do Estado não é fácil. Não é fácil que os ministérios e as secretarias absorvam isso. É preciso criar estratégias. Temos, no momento, um grande programa da nossa presidenta, que é o Brasil Sem Miséria. É preciso que criemos dentro desse programa formas para que as mulheres possam vir a acessar recursos para sua formação técnica, porque ele traz essa possibilidade, mas é preciso criar uma estratégia. Não pode ser por adesão, não pode ser pelo que os homens sempre fizeram. Não é assim que se faz essa política.

Outra grande questão é a relação com a diversidade— nós hoje temos mulheres lésbicas, negras, e reconhecemos cada um desses sujeitos. Esses sujeitos são duplos, triplos, e foram brigar também por organismos dentro do aparelho do Estado. Temos a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR e precisamos brigar por ela, mas as mulheres que estão também na SEPPIR, estão na Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM. Um grande desafio é como articularemos as políticas entre esses dois organismos que foram criados. Porque isso é novidade, não adianta dizer que já existe o modelo, a fórmula, não. Nós vamos errar e acertar, mas nós vamos precisar abrir, e esse é um desafio para este nosso novo momento.

Não foi só a SEPPIR, mas também em relação à questão da homossexualidade. As mulheres lésbicas também estão aí, e elas são negras, brancas, às vezes estão lá em outra Secretaria. Esse é um grande diálogo que temos que fazer, e poderíamos sair com esse pensamento de grupos de trabalho intersecretoriais entre essas pessoas.

Bem, quero me despedir dizendo que teria muito para conversar sobre como é que se constroem estratégias de políticas para as mulheres, como é que Pernambuco está fazendo isso, como isso tem acontecido – e o Brasil realmente tem nos tratado com muito carinho, reconhecendo o trabalho da Secretaria da Mulher no estado. Mas quero dizer que existem três questões que nos levaram a isso: um, ter o movimento feminista do estado de Pernambuco completamente alerta e propositivo. Esse é o primeiro ponto, e eu quero agradecer em público por ser desse movimento há mais de 20 anos. Dois: ter um gestor que não aparelhou essa Secretaria. É preciso que essa Secretaria tenha a possibilidade de ter como referência teórica e ideológica o feminismo. Nós precisamos estar convencidos disso, é preciso ter essa referência. Não basta ser de esquerda. Posso dizer com toda tranquilidade, porque eu sou uma mulher de esquerda, fui exilada, fui presa, continuo na esquerda: não basta ser de esquerda. Três: ter um gestor que possibilite o diálogo, e que essas secretarias, esse Ministério possa ter audiência com a presidência, ter audiência com o governador, ter audiência com o prefeito. É preciso que essa política vá desde a política municipal até a

política federal sendo prestigiada. E, por isso, quero agradecer em público a presidenta Dilma por ter estado nessa Conferência conosco num momento de dificuldade, reconhecendo a dificuldade, mas nos prestigiando e trabalhando junto. Muito obrigada e um bom dia.

Rodas de Conversas

Roda de conversa 1: “Como pensar políticas que dêem conta da pluralidade”

Composição da mesa:

- **Ana Paula Crosara**, Diretora de políticas temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - SDH-PR.
- **Sra. Maria das Dores Almeida**, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM; Articulação de Mulheres Negras.

Coordenadora:

- **Maria Goretti Gomes**, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e Liga Brasileira de Lésbicas – LBL.

Relatora:

- **Gilberta Soares**, Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres/Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana/PB.

Roda de conversa 2: “História das Desigualdades entre Mulheres e Homens”

Composição da mesa:

- **Maria Izilda Santos de Matos**, Professora Titular da PUC-SP.
- **Natália Pietra Méndez**, Professora Adjunta da Universidade de Caxias do Sul.

Coordenadora:

- **Nilma Bentes**, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras.

Relatora:

- **Cynthia Semíramis**, Blogueiras Feministas (Imprensa) e **Andréa Butto** – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Diretora de Políticas para as Mulheres Rurais – DPMR – MDA.

Roda de conversa 3: “Orçamento para Políticas para as Mulheres”

Composição da mesa:

- **Guacira César de Oliveira**, Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA.
- **Carla Stephanini**, Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; Subsecretária de Mulher e da Promoção da Cidadania de Mato Grosso do Sul.

Coordenadora:

- **Aparecida Gonçalves**, Subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Relatora:

▪ **Mônica Rodrigues**, Diretora de Formação e Disseminação – SAGI/MDS.

Roda de conversa 4: “Em busca de uma comunicação e mídia não discriminatórias”

Composição da mesa:

- **Fátima Jordão**, Instituto Patrícia Galvão.
- **Raquel Moreno**, Observatório da Mulher.

Coordenadora:

- **Juliana César Nunes**, EBC (Empresa Brasil de Comunicação)

Relatora:

- **Sueli Batista**, CNDM/Presidente da BPW Brasil Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil.

Roda de conversa 5: “Um Olhar Internacional”

Composição da mesa:

- **Nazareth Farani**, Embaixadora representante do Brasil junto Organização das Nações Unidas, Presidente do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Genebra.
- **Silvia Pimentel**, Presidente do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW/ONU.

Coordenadora:

- **Ana Maria Magalhães**, Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR

Relatora:

- **Ana Maria Rodrigues da Silva**, Confederação de Mulheres do Brasil.

Roda de conversa 6: “Mulheres jovens e idosas - as políticas e as diferenças de geração”

Composição da mesa:

- **Edusa César Menezes de Araújo Pereira**, Associação Brasileira de Estudos da Melhor Idade.
- **Severine Macedo**, Secretária Nacional de Juventude.

Coordenadora:

- **Silvana do Amaral Veríssimo**, CNDM/Fórum Nacional de Mulheres Negras.

Relatora:

- **Mônica Barroso**, Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres/ Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres do Ceará.

Roda de conversa 7:

“Relatos de Experiência de Gestão Pública”

Composição da mesa:

- **Cecília Soares**, Superintendência de Políticas para as Mulheres – RJ
- **Nézia Gomes**, Secretaria de Política para as Mulheres/ João Pessoa –PB

Coordenadora:

- **Márcia Santana**, Secretaria de Política para as Mulheres do Rio Grande do Sul.

Relatora:

- **Elianaide Alves de Carvalho**, Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba.

Roda de conversa 8: “Relatos de Experiências de Gestão Pública”

Coordenadora:

- **Lucia Camini**, Subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM.

Relatora:

- **Louise Caroline Santos de Lima e Silva**, Secretária da Secretaria Especial da Mulher de Caruaru-PE.

Composição da mesa:

- **Catharina Bacelar**, Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres / Secretária de Estado da Mulher do Maranhão.
- **Andreza Carla Lopes Castelo Branco**, Coordenação dos Serviços de Atenção à Mulher/ Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

Metodologia de Discussão e Sistematização das Deliberações

Os grupos de trabalho (GTs), reunindo delegadas/os e convidadas/os, se configuraram como a primeira instância de deliberação democrática sobre as diretrizes propostas nas Conferências Estaduais.

As participantes organizaram-se em 24 grupos de trabalho com o objetivo de debater e deliberar sobre os quatro eixos temáticos da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, contando com o apoio de duas coordenadoras e duas reladoras, sendo uma de cada indicada pela Comissão Organizadora Nacional e as outras eleitas pelo grupo.

As deliberações nos grupos de trabalho eram aprovadas por maioria simples. Para seu encaminhamento à plenária final essas deliberações deveriam ser aprovada, pelo menos em 70% dos grupos de trabalho, o que permitiu a construção de um consenso mínimo.

Além disso, as propostas de incorporação de conteúdos no sentido inclusivo eram avaliadas caso a caso, podendo ser incorporadas sem o cumprimento do fluxo deliberativo, desde que mantivesse o sentido geral da prioridade.

A sistematização das propostas e deliberações dos grupos realizou-se com bases nos relatórios narrativos, no registro eletrônico das discussões e decisões de cada Grupo de Trabalho e das resoluções das Conferências Estaduais contidas na base do Sistema DATASUS.

Temas e Grupos de Trabalho

Dia: 13-12-2011

TEMA I: Autonomia Econômica e social e desafios para o desenvolvimento sustentável.

Foram agregados nesta discussão os seguintes eixos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

Eixo 1: *Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social;*

Eixo 6 : *Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;*

Eixo 7: *Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais).*

Grupos de Trabalho

Grupo 1:

Números de Delegadas participantes: 39

Coordenadora indicada: **Eliane da Silveira** (RS)

Relatora indicada: **Evilene Paixão Gomes** (RR)
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: **Rita de Cácia Vieira Martins de Sousa** (DF)

Grupo 2:

Números de Delegadas participantes: 47
Coordenadora indicada: **Eunice Lea de Moraes** (SPM)
Relatora indicada: **Surya Noara Januário** (MG)
Coordenadora eleita: **Elizabeth**
Relatora eleita: **Leila Betim** (RS)

Grupo 3:

Números de Delegadas participantes: 41
Coordenadora indicada: **Gevanilda Santos** (SP)
Relatora indicada: **Lucineide de Mendonça Freire** (RN)
Coordenadora eleita: **Maria da Silva** (AM)
Relatora eleita: **Neurismar de Oliveira** (AM)

Grupo 4:

Números de Delegadas participantes: 62
Coordenadora indicada: **Maria Conceição Lopes Fontoura** (AMNB)
Relatora indicada: **Eliana dos Santos** (PR)
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: (informação não disponível)

Grupo 5:

Números de Delegadas participantes: 44
Coordenadora indicada: **Rita Quadros** (SP)
Relatora indicada: **Ana Lúcia Rezende** (ES)
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: **Mariza da Costa Velho D'Angelo** (RJ)

Grupo 6:

Números de Delegadas participantes: 22
Coordenadora indicada: **Simone Schaefer** (RS)
Relatora indicada: **Carina dos Santos da Silva** (RS)
Coordenadora eleita: **Irani Pereira de Andrade** (BA)
Relatora eleita: **Maria Inês Moraes Frazão** (MA)

Grupo 7 e 8:

Números de Delegadas participantes: 14
Coordenadora indicada: **Sonia Auxiliadora Silva** (SP)
Relatora indicada: **Jolúzia Batista** (RN) e **Gabriela Reis** (MG)
Coordenadora eleita: **Elizabeth de Fátima de Souza** (SP)
Relatora eleita: **Gleidy Braga Ribeiro** (SGR/PR)

Grupo 9:

Números de Delegadas participantes: 26
Coordenadora indicada: **Analba Brasão** (RN)
Relatora indicada: **Maria Luísa de Oliveira** (RS)
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: (informação não disponível)

Grupo 10:

Números de Delegadas participantes: 56
Coordenadora indicada: **Clarananda Barreira** (RS)
Relatora indicada: **Maria Angélica Fontão** (SPM)
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: (informação não disponível)

Grupo 11:

Números de Delegadas participantes: 53
Coordenadora indicada: **Glaucia Salles Xavier** (ES)
Relatora indicada: **Gilsa Helena Barcelos** (ES)
Coordenadora eleita: **Maria Barleto** (MG)
Relatora eleita: **Adriana Cristina Sgrignero Nunes** (SP)

Grupo 12:

Números de Delegadas participantes: 52
Coordenadora indicada: **Mara Araújo** (RO)
Relatora indicada: **Edlene Alves Paim de Cerqueira**
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: **Zilda Cristiane Mesquita** (PR)

Grupo 13:

Números de Delegadas participantes: 49
Coordenadora indicada: **Nilde Maria Fernandes de Sousa** (PA)
Relatora indicada: **Thays de Souza Nogueira** (SPM)
Coordenadora eleita: **Maria da Penha**
Relatora eleita: **Maria de Fátima Gomes de Almeida** (BA)

Grupo 14:

Números de Delegadas participantes: 43
Coordenadora indicada: **Sandra Brandão de Lima** (PA)
Relatora indicada: **Kaká Verdade** (RJ)
Coordenadora eleita: (informação não disponível)
Relatora eleita: **Regina Vieira**

Grupo 15:

Números de Delegadas participantes: 29
Coordenadora indicada: **Vanda Maria Menezes Barbosa** (AL)
Relatora indicada: **Alaerte Leandro Martins** (AMNB)
Coordenadora eleita: **Dóris de Jesus** (PR) e **Kênia Ribeiro** (MG)
Relatora eleita: **Elza Serra** (RJ) e **Ceniriani Vargas da Silva** (RS)

Grupo 16:

Números de Delegadas participantes: 65

Coordenadora indicada: **Raquel Viana**

Relatora indicada: **Maria Josileide de Souza**

Resoluções aprovadas na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Fica declarado que as mulheres negras, indígenas, brancas, ciganas; trabalhadoras do campo e da cidade, ribeirinhas, quilombolas, trabalhadoras domésticas, donas de casa, gestoras e servidoras públicas; lésbicas, bissexuais, mulheres com deficiência e com doenças crônicas; jovens e idosas, constituem os sujeitos políticos e autoras legítimas das resoluções da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Esta Conferência reafirma para o Estado e para a sociedade brasileira um conjunto de propostas e recomendações calcadas na perspectiva do respeito às diferenças e no enfrentamento e superação de múltiplas desigualdades vividas pelas mulheres, ao mesmo tempo em que se compromete e defende os direitos e princípios de igualdade e equidade.

Resoluções

Introdução

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirma para o Estado e para a sociedade brasileira um conjunto de propostas e recomendações calcadas na perspectiva do respeito às diferenças e no enfrentamento e superação de múltiplas desigualdades vividas pelas mulheres, ao mesmo tempo em que se compromete e defende os direitos e princípios de igualdade e equidade.

Para efeito de sistematização das resoluções da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o uso de “desigualdades” (no plural), quando adotado, refere-se sempre à citação das diferentes desigualdades derivadas das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia; derivadas da norma da heterossexualidade obrigatória (heteronormatividade), do racismo, do sexismo e da lesbofobia, homofobia, transfobia, derivadas das diferenças geracionais e especificidades das situações das mulheres com deficiência, entre outras.

O uso de “mulheres em sua diversidade”, quando adotado, refere-se sempre à citação da diversidade das identidades das mulheres brasileiras: do campo, das cidades e da floresta, indígenas, mulheres integrantes dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas, negras, ribeirinhas, ciganas, jovens, idosas, lésbicas, mulheres com deficiência.

Por fim, o documento incorpora todas as resoluções aprovadas nos Grupos de Trabalho e em Plenário, partindo das propostas aprovadas nos estados e sistematizadas para a etapa nacional da 3ª Conferência, sendo que todas elas foram submetidas à plenária.

O documento da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres destaca três resoluções de caráter geral, que se referem à Política Nacional para Mulheres, ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres e ao Eixo 9 do PNPM. São elas:

I. A 3ª Conferência Nacional posiciona-se pelo fortalecimento da Política Nacional para Mulheres, aprovada em 2004, referendada em 2007, através da consolidação e institucionalização desta Política enriquecida com base nos debates, consensos e resoluções desta 3ª Conferência Nacional, base para qualificar os objetivos, diretrizes e normativas diversas da Política Nacional para Mulheres. Essa política deverá ser observada por todos os níveis de governo, federal, estaduais, distrital e municipais, ao formularem suas ações e planos de políticas para mulheres.

II. A 3ª Conferência Nacional posiciona-se pela manutenção, no nível federal, do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com todos os seus eixos, Plano que tem sido o principal instrumento de implementação da promoção da igualdade para mulheres no nível federal e orienta que as resoluções aprovadas sejam incluídas nos respectivos eixos do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, concretizando seu aprimoramento e atualização, conforme previsto no decreto da Presidenta Dilma Rousseff, de 15 de março de 2011, que convocou a esta conferência.

III. A 3ª Conferência Nacional destaca a relevância e pertinência do Eixo 9 do PNPM, bem como a necessidade de fortalecimento das ações deste eixo no PNPM, por entender a insuficiência da estratégia da transversalidade para o enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia nas políticas públicas e na sociedade brasileira.

Ficam reafirmados os princípios orientadores da política nacional para mulheres propostos como diretriz para todo o processo das conferências e a definição das políticas de âmbito nacional, estaduais e locais:

- a autonomia das mulheres como princípio gerador das políticas e ações do poder público e que são propostas para a sociedade;
- a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, incidindo sobre as desigualdades sociais em todos os âmbitos;
- o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação com medidas efetivas para tratar as desigualdades em suas especificidades;
- o caráter laico do Estado como um princípio rigoroso de que as políticas públicas não podem se mover por definições religiosas;
- a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, o que exige justiça e transparência;
- a participação ativa das mulheres no diagnóstico da realidade social, formulação das políticas, implementação, controle social.

Eixo: Autonomia Econômica e social

A. Ampliação da participação e permanência das mulheres no mundo do trabalho e mercado formal

1. Garantir e ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas, com especial ênfase na equiparação de direitos com as/os demais trabalhadoras/es (PEC 478/10 das trabalhadoras domésticas e Convenção 189 da OIT).
2. Criar e ampliar programas de qualificação, capacitação e formação de mulheres para o mercado de trabalho, rural e urbano, garantindo a alocação em postos de emprego e renda de qualidade, considerando as mulheres em sua diversidade.
3. Garantir a capacitação para absorção da força de trabalho feminina em ocupações que não sejam somente as tradicionalmente consideradas “femininas”, em grandes eventos e obras, tais como a Copa do Mundo, as Olimpíadas, dentre outros.
4. Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e garantir o direito ao trabalho, no campo e na cidade, promovendo medidas e ações específicas para a igualdade entre mulheres e homens, consolidando a política de valorização do salário mínimo e implementando ações para a igualdade salarial entre mulheres e homens.
5. Garantir o direito à licença maternidade de 180 dias (6 meses) a todas as trabalhadoras urbanas, rurais, indígenas, da floresta e de povos e comunidades tradicionais, garantindo a estabilidade no trabalho.
6. Combater todas as formas de discriminação (gênero, raça, etnia, geração, deficiência, orientação sexual e diversidade regional), fortalecendo os mecanismos de fiscalização e garantindo a aprovação do PL 6653/2009 (Cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens) e do PLS 136/2011 (Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano). Promover relações mais igualitárias no mercado de trabalho, com destaque para o enfrentamento dos assédios sexual e moral, garantindo adequações estruturais necessárias à acessibilidade e, ainda, fomentando a ascensão e permanência em cargos de direção e chefia de todos os níveis e em todas as atividades públicas e privadas, priorizando processos seletivos internos transparentes e democráticos.
7. Fomentar a participação de mulheres jovens em sua diversidade, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade da lei que oferece às mulheres adolescentes o primeiro emprego e o programa aprendiz.

B. Inclusão produtiva e empreendedorismo nos meios urbano e rural

8. Fortalecer as organizações produtivas de mulheres rurais, pescadoras, ribeirinhas, extrativistas, levando em conta as especificidades das mulheres indígenas, quilombolas e ciganas, garantindo o acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica e socioambiental, bem como o apoio à comercialização, à agroecologia e à agricultura familiar.
9. Fortalecer atividades econômicas desenvolvidas por mulheres e vinculadas à soberania e segurança alimentar, estimulando hortas urbanas e rurais e produção de alimentos e agroecológicos, com vistas a promover o desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental, com especial atenção às mulheres assentadas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

10. Promover a reforma agrária, garantindo o acesso ao crédito fundiário, à assistência e assessoria técnica e fortalecer a organização produtiva e a agroindústria de base familiar para mulheres assentadas, bem como a ampliação do conhecimento sobre as normas referentes ao direito de acesso à terra para as mulheres.

11. Promover a demarcação e a desintrusão de terras indígenas e a titulação de comunidades remanescentes de quilombos, garantindo o acesso ao crédito fundiário, à assistência e assessoria técnica e à agroindustrialização de base familiar para mulheres indígenas e quilombolas.

12. Garantir o acesso ao crédito e à capacitação técnica e financeira de mulheres empreendedoras, urbanas e rurais, com especial atenção às micro e pequenas empreendedoras, individuais e coletivas, com garantia e acesso à previdência social como direito universal.

13. Aprovar e implementar a Lei Nacional de Economia Solidária, instituindo a Política Nacional de Economia Solidária, fortalecendo os empreendimentos de mulheres, por meio de acesso ao crédito, assistência e assessoria técnica e apoio à autogestão, à produção e à comercialização, valorizando o associativismo, o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável.

14. Garantir a inclusão sócio-produtiva e a geração de renda de mulheres de populações e comunidades e povos tradicionais – quilombolas, indígenas e da floresta, ribeirinhas, de terreiro, extrativistas e ciganas, dentre outras –, incluindo a valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais, especialmente em relação à biodiversidade.

15. Promover a obtenção de documentação civil para as mulheres, nos espaços urbanos e rurais, como instrumento de acesso a direitos e serviços, facilitando, inclusive, o processo de liberação das DAPs (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

16. Promover a ampliação da infraestrutura social nos meios urbano e rural, garantindo os direitos das mulheres à habitação e moradias dignas, com acessibilidade, por meio, dentre outras ações, da facilitação de formas de financiamento.

17. Garantir a titularidade feminina – ou titulação conjunta – dos imóveis e propriedades em geral, nos processos de regularização fundiária urbana e rural, inclusive de reforma agrária.

18. Promover e garantir a participação das mulheres na execução e definição de programas e ações sobre mudanças climáticas, assentamentos rurais, licenciamento ambiental, resíduos sólidos, coleta seletiva do lixo e saneamento básico, assim como em outras instâncias colegiadas sobre políticas ambientais, territoriais e rurais, na perspectiva do etnodesenvolvimento, do combate à privatização da natureza, e da promoção de políticas que garantam o acesso aos bens comuns e ao manejo de bens naturais e consumo consciente.

C. Compartilhamento de responsabilidades domésticas: cotidiano, uso do tempo e equipamentos públicos

- 19.** Ampliar a construção e o financiamento de creches e pré-escolas públicas, no meio urbano e rural, priorizando a educação de qualidade em tempo integral, incluindo os períodos diurno e noturno, e o transporte escolar gratuito, além de promover a ampliação do tempo de atendimento, contemplando, também, finais de semana, férias e recessos. Garantir a presença desses equipamentos em órgãos públicos, empresas e universidades.
- 20.** Promover a construção e ampliação de uma rede de equipamentos públicos que aumentem o tempo disponível das mulheres, como as lavanderias comunitárias, restaurantes populares e outras, garantindo a acessibilidade.
- 21.** Implementar e ampliar políticas e equipamentos sociais voltados à população idosa, considerando as mudanças populacionais e etárias.
- 22.** Promover uma cultura de compartilhamento do trabalho doméstico entre mulheres e homens, como a realização de campanhas, a ampliação de licença paternidade e o debate sobre a licença parental.
- 23.** Promover e garantir o acesso das mulheres à previdência social, adotando medidas de inclusão previdenciária para a universalização do acesso das mulheres aos seus benefícios.
- 24.** Implementar, garantir e ampliar a aposentadoria para as mulheres donas de casa, valorizando o trabalho doméstico não-remunerado.
- 25.** Fortalecer as políticas de distribuição de renda com ênfase nas mulheres em situação de pobreza e vulneráveis.

Eixo: Autonomia Pessoal das Mulheres

A. Ampliação e aperfeiçoamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e implementação da Lei Maria da Penha

26. Consolidação e fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com a plena implementação e repactuação em todos os estados do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, garantindo a ampliação orçamentária para sua execução.

27. Garantir a execução e implementação das ações do Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com permanente controle e monitoramento dos recursos, com diagnósticos e avaliação, garantindo também a participação dos movimentos sociais de mulheres.

28. Ampliar, aperfeiçoar e monitorar a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência, dando a ela a necessária visibilidade, articulando atores estaduais, municipais e federais, garantindo a inclusão de programas, serviços e ações nos ciclos orçamentários e a efetiva implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais que respeitem os direitos humanos das mulheres a uma vida digna e sem violência.

29. Criar e garantir a ampliação e manutenção de serviços adequados com equipes multidisciplinares, por meio da implantação de equipamentos especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: Casa Abrigo, Centro de Referência ao Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Casas de Acolhimento, Núcleos de Defesa das Mulheres nas Defensorias Públicas e Ministério Público, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela SPM, garantindo a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais que respeitam os direitos das mulheres e a uma vida digna e sem violência.

30. Incorporar as perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de pessoas com deficiência à proteção de direitos das mulheres em situação de violência, proporcionando ações intersetoriais e integradas para a prevenção e o enfrentamento da violência.

31. Implantar atendimento com acessibilidade e localização adequada para possibilitar o acesso às mulheres em situação de violência em zonas rurais e locais de difícil acesso, respeitando as características regionais, com especial ênfase nas mulheres indígenas.

32. Implementar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, estruturadas de acordo com a norma técnica da SPM, criar DEAMs Regionais e Núcleos especializados em delegacias regionais, com padronização do horário de atendimento, garantindo funcionamento 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados, a ser prestado por profissionais qualificados/as e especializados/as.

33. Implementar, fortalecer, ampliar e manter os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, com equipamentos específicos e acessíveis, vinculados aos organismos de políticas públicas para as mulheres e à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, garantindo que não sejam substituídos por outros equipamentos sócio-assistenciais, regionalizando os serviços e promovendo a capilaridade em relação aos municípios.

34. Capacitar e sensibilizar profissionais da área de segurança pública, saúde, educação, justiça e assistência psicossocial na temática da violência de gênero, incorporando as perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de pessoas com deficiência, garantindo a implementação de uma política de gestão de pessoas integrada para a Rede de Atendimento à Mulher, de modo a integrar a atuação das áreas de segurança pública, saúde, justiça e assistência social.

35. Garantir a plena divulgação e efetivação da Lei Maria da Penha, considerando a aplicação e interpretação pelos profissionais do Sistema de Justiça (juízes/as, promotores/as, defensores/as, peritos/as etc.) e dos profissionais de Segurança Pública.

36. Garantir a implementação, nos serviços municipais públicos e privados, da lei de notificação compulsória sobre violência doméstica e sexual contra as mulheres (Lei n. 10.778/2003), meninas (Lei 8069/90), e idosas (Lei 12461/11), incluindo a definição de normas e procedimentos padrões, numa perspectiva intersetorial, preservando-se a identidade profissional e pessoal de quem realizar a notificação.

37. Garantir o acesso à saúde para as mulheres em situação de violência, com implantação de serviços específicos para atendimento às vítimas de violência e suas famílias, inclusive para aquelas em situação de encarceramento, de acordo com a Norma Técnica do Ministério da Saúde, por meio de equipes de referência multiprofissionais, assegurando atendimento humanizado e resolutivo com atenção em: atendimento psicoterapêutico para a vítima de violência, oferta de medicamentos para contracepção de emergência e para profilaxia de AIDs e outras DSTs, aborto legal, atendimento médico especializado quando necessário, acesso a cirurgias reparadoras e atendimentos em reabilitação e outras terapias integrativas e complementares.

38. Promover medidas educacionais, preventivas e campanhas permanentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres, incluindo outras formas de violência como a mercantilização do corpo das mulheres, assédio sexual, racismo, lesbofobia e a reprodução da violência nos meios televisivos e publicitários e nas diversas ações de comunicação e cultura.

39. Assegurar atendimento e assistência qualificada às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais em situação de violência, por meio da capacitação de profissionais de segurança pública, da saúde e do sistema de justiça, além de realização de campanhas de combate à lesbofobia e transfobia, que contenham informações sobre as formas de prevenção de AIDs e outras DSTs nas relações sexuais entre mulheres e, inclusive distribuição de material preventivo específico para o sexo entre mulheres.

40. Criar, implantar e monitorar um sistema nacional de dados com estatísticas de atendimento por cada órgão de defesa e proteção à mulher nos casos de violência, incorporando as perspectivas étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de pessoas com deficiência, identificando causas/fatores de vulnerabilidade e modalidade de violência contra mulheres, gerando assim uma rede de informações capaz de cruzar dados municipais, estaduais, distrital e nacional.

B. Combate ao tráfico e exploração sexual de mulheres e garantia de direitos humanos das mulheres encarceradas

41. Implementar as ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e da Política Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes para enfrentamento às diversas formas de violência, em especial, a exploração sexual, o turismo sexual e o tráfico de mulheres, envolvendo ou não atividade de prostituição, com atenção especial às áreas de fronteiras e as regiões que receberem grandes obras e eventos.

42. Melhorar a estruturação dos conselhos tutelares e garantir a capacitação e fiscalização permanente dos mesmos, garantindo ainda a constante formação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, ao tráfico e exploração sexual de meninas e adolescentes.

43. Ampliar e fortalecer as estratégias de fiscalização no combate ao turismo sexual e à exploração sexual de meninas e mulheres, e promover campanhas com ampla divulgação, com especial ênfase nos grandes eventos que o Brasil sediará, a exemplo da Copa e Olimpíadas.

44. Inserir as mulheres em situação de prisão em atividades de capacitação profissional, incentivando a organização de empreendimentos da economia solidária, implantar programas de alfabetização e educação continuada, como forma de reabilitação e ressocialização, assim como garantir possibilidade de geração de trabalho e renda às jovens que cumprem medidas sócio-educativas.

45. Assegurar os direitos humanos das mulheres em situação de prisão garantindo seus direitos sexuais e reprodutivos, o direito a visitas íntimas e o pleno exercício de sua sexualidade, sem discriminação de orientação sexual. Garantir o acesso à saúde, com o acompanhamento ginecológico e obstétrico, incluindo o fornecimento de meios contraceptivos e campanhas de prevenção de AIDS e outras DSTs.

46. Assegurar o acesso ao Auxílio Reclusão às mulheres em situação de prisão e seus dependentes, realizando os procedimentos em tempo hábil para solicitação e entrega da documentação probatória imprescindível à manutenção de recebimento do benefício; assegurar creches conforme Lei nº 11.942/2009.

C. Saúde integral das mulheres, sexualidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos

- 47.** Fortalecer e implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, considerando as mulheres em sua diversidade, com atenção às mulheres no climatério e idosas, e às queixas ginecológicas de jovens e adolescentes; quanto às mulheres negras, atenção especialmente em relação à anemia falciforme promovendo a integração com a Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra.
- 48.** Promover a atenção integral à saúde das mulheres negras, melhorando o registro de dados, capacitando profissionais de saúde, implantando o Programa de Anemia Falciforme (PAF/MS), e, ainda, dando ênfase às especificidades das mulheres em idade fértil e no ciclo gravídico-puerperal.
- 49.** Promover a capacitação continuada dos/as profissionais de saúde e de gestores/as que atuam nos diversos serviços que compõem a rede de saúde, de forma que contemplem as relações de gênero e diversidades, garantindo o atendimento humanizado e a autonomia das mulheres nos serviços na rede pública e privada.
- 50.** Promover junto aos/às gestores/as, profissionais de saúde e nos serviços em geral o atendimento de saúde adequado às mulheres em sua diversidade. Incorporar, também, as necessidades relacionadas à obesidade mórbida e doenças crônicas.
- 51.** Intensificar ações de prevenção, controle e tratamento ao câncer de mama e colo uterino, promovendo campanhas de conscientização, ampliando o atendimento, a oferta e o acesso facilitado aos exames específicos para a população feminina, assegurando o diagnóstico precoce. Garantir a criação de centros regionais de atenção à saúde da mulher com tratamento oncológico, assegurando a rapidez entre o exame, o diagnóstico e início do tratamento. Garantir o acesso a cirurgias reparadoras e outras terapias de reabilitação, inclusive apoio psicossocial.
- 52.** Ampliar e intensificar ações de educação em saúde, bem como em saúde sexual e saúde reprodutiva, abordando a gravidez na adolescência e a prevenção do AIDS e outras DSTs, considerando as especificidades das mulheres lésbicas.
- 53.** Intensificar ações de prevenção e tratamento da AIDS e outras DSTs, fortalecendo a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento a Feminização de AIDS e outras DSTs, garantindo kit específico de prevenção para lésbicas, transexuais, prostitutas, mulheres vivendo com AIDS e outras DSTs, enfocando a perspectiva de gênero nas campanhas de prevenção e controle e respeitando as especificidades de gênero, raça/etnia, geração, deficiência, orientação sexual e mulheres privadas de liberdade.
- 54.** Promover e garantir a implantação de um modelo de atenção à saúde mental, na perspectiva de gênero, para as mulheres com transtornos mentais, dependência de álcool e drogas, mulheres que sofrem violências e discriminações específicas como o sexismo, o racismo, a lesbofobia e transfobia; considerando as especificidades étnico-raciais, geracionais, das mulheres com deficiências, mulheres vivendo com AIDS e outras DSTs, das mulheres em situação de prisão e em situação de rua.

55. Estimular a implantação e implementação e da assistência ao planejamento reprodutivo, para mulheres adultas, jovens e adolescentes e seus parceiros garantindo a distribuição e o acesso a métodos reversíveis e irreversíveis em acordo com critérios e desejos das mulheres, com acesso a anticoncepcionais, inclusive a contracepção de emergência, e dos demais métodos, na rede pública de saúde e nas farmácias populares, assegurando também a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos.

56. Assegurar assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao aborto, ao parto e ao puerpério, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras, indígenas, rurais, ribeirinhas, ciganas, quilombolas, do campo e da floresta. Garantir o cumprimento das boas práticas baseadas em evidências científicas, recomendadas pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde. Assegurar o direito à analgesia e outras práticas de alívio da dor, quando necessário, e requalificar a rede de serviços públicos para o atendimento, capacitando e legitimando a atuação das parteiras tradicionais.

57. Ampliar o número de serviços e promover a assistência qualificada e humanizada nos casos de abortamento inseguro e de aborto legal, assegurando o cumprimento da norma técnica do Ministério da Saúde relativa à atenção humanizada ao abortamento nos serviços na rede de saúde pública, a fim de reduzir a mortalidade materna e garantia dos direitos das mulheres.

58. Revisão da legislação punitiva do aborto no Brasil, assegurando a descriminalização e legalização do aborto e o atendimento humanizado na Rede de Saúde Pública do SUS, para que seja garantida a autonomia da mulher e que nenhuma mulher seja punida, maltratada ou humilhada por ter feito um aborto e não corra risco de morrer.

Eixo: Autonomia Cultural

A. Educação e cultura para a igualdade, com fortalecimento da cidadania

59. Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, em especial por meio do apoio à criação e ampliação de núcleos de estudos e currículos que contemplem essas temáticas nas instituições de ensino.

60. Promover e garantir a formação inicial e continuada de estudantes e de profissionais da educação nos diversos níveis e redes de ensino para uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica, não-lesbofóbica e não-transfóbica, incorporando instrumentos legais e garantindo a elaboração de materiais didático-pedagógicos que incorporem essas perspectivas.

61. Desenvolver e divulgar programas permanentes e campanhas educativas junto à comunidade escolar e população em geral com as temáticas de gênero, diversidade sexual, geracional, racial/étnica, de pessoas com deficiência; sobre direitos das mulheres e sobre o enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e preconceito.

62. Estimular e garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e sua contribuição social, política, econômica e cultural, promovendo a democratização do acesso aos bens culturais, considerando as mulheres em sua diversidade.

63. Incorporar as questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, geracional e das pessoas com deficiência nos currículos das instituições em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com ênfase na implementação da Lei 10.639 /03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e da Lei 11.645-08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

64. Criar diretrizes nacionais de educação que incluam, nas grades curriculares, o ensino sobre a história das mulheres em todos os níveis e modalidades da rede de ensino.

65. Garantir e incentivar a escolarização das mulheres em todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo seu acesso a uma educação pública de qualidade e mecanismos para sua permanência no sistema educacional, considerando as mulheres em sua diversidade, garantindo-se bolsas estudantis e casa de apoio a estudantes universitárias da zona rural.

66. Promover a erradicação do analfabetismo feminino, especialmente entre mulheres acima de 50 anos, estimulando e garantindo a participação das mulheres na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e criando mecanismos de acesso e permanência, considerando as mulheres em sua diversidade, especialmente das mulheres negras e mulheres do campo e da floresta.

67. Assegurar uma educação de qualidade, com acessibilidade, para as mulheres do meio urbano e rural e mulheres de povos e comunidades tradicionais, por meio da ampliação dos recursos públicos destinados à área, com garantia de 10% do PIB para a educação e de 50% de recursos do Pré-sal para todos os níveis da educação e especialmente para a educação infantil pública.

68. Promover a formação das mulheres jovens e adultas, considerando as mulheres em sua diversidade, nos meios urbano e rural, para o mundo do trabalho, com ênfase em cursos não tradicionalmente oferecidos para mulheres, e assegurar qualificação profissional com o intuito de reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.

69. Garantir o acesso, a permanência e a formação das mulheres em áreas científicas e tecnológicas, nas modalidades de ensino e pesquisa, por meio de ações afirmativas e ampliando a rede de assistência estudantil, considerando a igualdade de gênero, étnico-racial, de orientação sexual, os recortes geracionais e os direitos das pessoas com deficiência.

70. Promover a formação inicial e continuada de gestores/as, servidores/as públicos e profissionais da educação dos diversos níveis de ensino para uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica, não-lesbofóbica e não-transfóbica (LDB 9.394/96 e Eixo 9 do II PNPM), garantindo recursos do PPA 2012/2015.

71. Promover a valorização das/os profissionais da educação por meio da elevação salarial, garantindo a formação continuada em todos os níveis e modalidades de ensino e a criação/cumprimento dos planos de carreira nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, com a imediata implementação do Piso Salarial Nacional das/os profissionais do magistério da educação pública (Lei 11.738/2008).

72. Garantir a implementação de políticas públicas que assegurem o uso do nome social às travestis, transexuais e transgêneros.

B. Comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias

73. Estimular e garantir nos meios de comunicação e na grande mídia a produção e difusão de campanhas e conteúdos não-discriminatórios e não-estereotipados das mulheres, valorizando as dimensões de raça/etnia, orientação sexual e geração, identidade de gênero e cultural, mulheres em situação prisional, além de impedir que o poder público, nas diversas esferas, financie conteúdos discriminatórios e que firam de qualquer modo os direitos das mulheres.

74. Fomentar a produção e distribuição de uma cultura que valorize o protagonismo das mulheres e sua diversidade, estimulando empresas que desenvolvam programas, campanhas, projetos nesse sentido, assim como a produção e circulação de teatro, dança, música e cinema com temas relacionados à igualdade de gênero, raça, etnia e orientação sexual, assegurando a não exibição e veiculação de mensagens que desqualifiquem as

mulheres, especialmente nas empresas públicas de comunicação, seja na forma de imagens, músicas, textos, propagandas ou notícias.

75. Democratizar e desburocratizar a concessão pública de canais e TVs comunitárias, ampliando a abrangência do respectivo sinal, bem como fortalecer e descriminalizar estas e as demais mídias livres para a realização de programas de orientação, educação e mobilização que abordem temas transversais relativos às questões de gênero, classe, raça e etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais e de terreiro, assim como garantir a infraestrutura necessária à transmissão.

76. Realização de projetos de capacitação para inclusão digital das mulheres, atendendo às diversidades múltiplas, para uso de redes tecnológicas e produção de conteúdos digitais interativos, acesso a redes sociais, novas mídias e a equipamentos de informática, promovendo o acesso à informação e seus direitos, garantindo a celeridade e efetivação do Plano Nacional de Banda Larga.

77. Construir mecanismos de monitoramento e participação social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, com especial atenção à imagem da mulher na mídia, priorizando a instalação do Conselho Nacional de Comunicação, com incentivo de criação de Conselhos Municipais e Estaduais de Comunicação, nos quais seja garantida a representação paritária e efetiva da sociedade civil, mantendo-se o diálogo constante com o movimento de mulheres, Conselhos de Direito das Mulheres e Conselhos LGBT.

78. Aprovar o marco regulatório para o sistema de comunicação brasileiro, conforme as resoluções da 1ª Conferência Nacional de Comunicação - 1ª CONFECOM, garantindo os direitos de antena e de espaço para organizações de mulheres na grade da programação das TVs, rádios e imprensas públicas, inibindo a difusão de conteúdos discriminatórios, instituindo-se órgão executor para sua implementação. Fortalecer os instrumentos públicos de comunicação.

Eixo: Autonomia Política, institucionalização e financiamento de políticas públicas para as mulheres

A. Participação política e fortalecimento das mulheres em espaços de poder e decisão

79. Aprovar a reforma política garantindo: regime de listas fechadas com alternância de sexo, contemplando a diversidade das mulheres; paridade nos postos de decisão nos partidos e financiamento público de campanha, buscando alcançar 30% dos fundos partidários para secretarias de mulheres.

80. Implementação de um amplo programa de capacitação permanente de mulheres, contemplando sua diversidade, com enfoque em política e feminismo, respeitando as diversas regiões do País.

81. Buscar o compromisso do TSE para a inclusão do quesito raça/cor nas fichas de inscrição de candidatas/os nas eleições.

82. Propor medidas no sentido da paridade entre mulheres e homens, contemplando a diversidade das mulheres, nos cargos comissionados e de decisão e poder da administração pública direta e indireta, nas três esferas de governo.

B. Organização e fortalecimento das secretarias de mulheres nos governos e participação popular

83. Criar, fortalecer e ampliar as Secretarias de Políticas para as Mulheres nos estados, municípios e distrito federal, com estrutura, recursos humanos e orçamento próprios, para implementação e ampliação de políticas para as mulheres e de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres.

84. Efetivar a transformação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em Ministério de Políticas para as Mulheres, com aumento da dotação orçamentária própria e ampliação da sua estrutura e equipe de trabalho.

85. Criar comitês intersetoriais de monitoramento e avaliação de políticas para as mulheres nos estados, municípios e distrito federal, e fortalecer o comitê de articulação e monitoramento interministerial, garantindo o acompanhamento e a deliberação sobre o desempenho e a implementação das políticas com participação social.

86. Criar instâncias voltadas a políticas de igualdade para as mulheres, considerando as múltiplas desigualdades, na administração direta e indireta nas três esferas de governo, garantindo a implementação dessas políticas no período de 2012 a 2015.

87. Produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas, nos três níveis de governo, que tratem das temáticas de igualdade entre mulheres e homens, raça/etnia, violência contra as mulheres, orientação sexual, geração, pessoas com deficiência e direitos

humanos, a fim de subsidiar a formulação e implementação e avaliação de políticas públicas.

88. Garantir a vinculação de recursos federais para o repasse aos estados e municípios que tiverem criado os organismos executivos de políticas para as mulheres, além de fomentar o debate sobre a criação de um sistema de política para as mulheres e um fundo de caráter federativo para o financiamento da política.

89. Fortalecimento da participação social na formulação, implementação, avaliação e controle das políticas públicas de promoção da igualdade das mulheres e de combate a todas as formas de discriminação, considerando as múltiplas formas de desigualdades.

90. Criar conselhos municipais e estaduais – onde não existam – e garantir para todos os conselhos, inclusive o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, orçamento próprio, assegurando programas de formação continuada para as conselheiras e infraestrutura necessária para seu funcionamento.

91. Apoiar técnica e financeiramente a capacitação e formação continuadas de lideranças dos movimentos de mulheres e feminista na promoção de políticas de ações afirmativas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.

BOX:

NOTA: De acordo com o regulamento da 3ª Conferência, essas resoluções foram ratificadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na reunião do dia 2 de fevereiro de 2012.

Anexos

Anexo I – Relatório de Moções

Na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2011, foram encaminhadas 40 moções à Comissão Temática e de Relatoria, que contemplaram os mais diversos aspectos de demandas da sociedade no que diz respeito à política para as mulheres e políticas em geral.

As moções foram registradas pela Comissão conforme os critérios estabelecidos no Regulamento Interno da 3ª CNPM, aprovado no dia 13 de dezembro, a saber:

Art. 27 – As moções serão apresentadas exclusivamente por delegadas/os, conforme modelo que será divulgado, devendo ser de âmbito ou repercussão nacional e devem ser encaminhadas, por escrito à Secretaria da 3ª CNPM até às 20 horas do dia 14 de dezembro.

I. Cada moção deverá ser assinada por, no mínimo, 10% do total de delegadas/os credenciadas e deverá conter nome e número de documento de identidade.

II. A Comissão Temática e de Relatoria organizará as moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por tema.

Entre as 40 moções registradas, uma foi posteriormente retirada pelas proponentes e 12 não preencheram os requisitos mínimos exigidos no regulamento, sendo que, destas, 8 eram manifestações de âmbito local e 4 não atingiram o número mínimo de assinaturas, que é o valor equivalente a 10 % do total de delegadas.

Do total, portanto, 27 moções foram encaminhadas para votação na plenária. Elas foram classificadas pela Comissão nos seguintes temas: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Políticas para as Mulheres; Políticas Gerais; Estado Laico e Aborto; Internacional; e Conferência. As moções foram, então, apresentadas da seguinte forma:

✓ Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais:

- Moção de repúdio pela não-demarcação de terras quilombolas e morosidade do INCRA na implementação dessa política.
- Moção de repúdio contra a violência e assassinatos dos povos Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, praticados pelas milícias armadas contratadas pelo Agronegócio.
- Moção de repúdio à forma pejorativa como a mídia veicula a imagem das mulheres indígenas.
- Moção das mulheres indígenas pela criação do shopping dos Índios - BH

✓ Políticas para as Mulheres:

- Moção de apoio ao PL 19.203/2011 - PL Antibaixaria Bahia.
- Moção de repúdio ao orçamento previsto para as políticas para as mulheres.
- Moção pelo fortalecimento da autonomia econômica e da organização produtiva das mulheres.
- Moção pelo fortalecimento da política para as mulheres.
- Moção pela erradicação da Violência Institucional na Atenção Obstétrica.
- Moção de apoio às mães estudantes.
- Moção de apoio à licença paternidade e divisão das responsabilidades no cuidado com os/as filhos/as - licença paterna 30 dias.

- Moção pela retificação da Resolução normativa da ANS (RN 262), no que se refere ao tempo de cobertura do/a acompanhante da parturiente.
- Moção de apoio a PEC 00515/2010, que aumenta para 180 dias a licença maternidade.

✓ Políticas Gerais:

- Moção de Unidade por Dilma, pelas Mulheres, pelo Brasil - Não aos juros altos.
- Moção pela manutenção e fortalecimento da SEPPIR.
- Moção de repúdio ao decreto 0001/2011, que desapropria terras da agricultura familiar – Apodi.
- Moção de repúdio ao rompimento da parceria com a Articulação do Semi-árido Brasileiro.
- Moção de apoio à vinculação horária de classificação indicativa para a TV aberta.
- Moção de repúdio ao decreto de suspensão de repasses para as ONGs.
- Moção de apelo pela aprovação da PEC do Trabalho escravo.
- Moção para que o Ministério da Saúde trate a obesidade como problema de saúde pública.
- Moção de apoio à criação do Conselho Nacional de Comunicação.

✓ Estado Laico e Aborto:

- Moção pela garantia de Estado Laico - retirada quilombos religiosos.
- Moção de apoio aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pela Revisão da Legislação sobre o aborto.

✓ Internacional:

- Moção de apoio às mulheres presas políticas Palestinas.

✓ Conferência:

- Moção de confiança ao governo pelos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Moção de repúdio às organizações gerais da 3ª Conferência - por coerência e respeito ao alocar pessoas com deficiência, idosas e obesas.

A votação na Plenária se deu de acordo com as orientações do Regulamento Interno:

Art. 27

III. O processo de votação das moções terá o seguinte encaminhamento:

- As moções serão apreciadas após a votação das prioridades vindas dos grupos. As moções serão lidas pela coordenação da mesa e as que não tiverem destaques do plenário serão votadas em bloco.
- As demais serão submetidas à discussão em plenário e votadas, sendo aprovadas por maioria simples.
- Em caso de divergência, haverá uma intervenção a favor e uma contra, com o tempo máximo de 3 minutos cada. Caso o plenário não se sinta devidamente esclarecido, será aberta uma nova rodada de intervenções, uma a favor e outra contra, por igual tempo.

Foram feitas algumas sugestões de alterações, que foram contempladas pela plenária, e a versão final das moções aprovadas segue no *anexo 2*.

As alterações, em ordem de apresentação na plenária, foram:

- ✓ Moção de repúdio à forma pejorativa como a mídia veicula a imagem das mulheres indígenas: **trocar a palavra “denegrindo” por “deturpando”**.
- ✓ Moção pela retificação da Resolução normativa da ANS (RN 262), no que se refere ao tempo de cobertura do/a acompanhante da parturiente: **onde se lê “Lei do Acompanhamento”, trocar para “Lei do Acompanhante”**.
- ✓ Moção de Repúdio ao decreto 0001/2011, que desapropria terras da agricultura familiar - Apodi: **onde se lê “seminário”, trocar pela palavra “semi-árido”**.
- ✓ Moção de apoio à criação do Conselho Nacional de Comunicação: **o Conselho já foi criado, mas está desativado. Trocar “criação do Conselho” por “implementação do Conselho”**.
- ✓ Moção de apoio à licença paternidade e divisão das responsabilidades no cuidado com os/as filhos/as - licença paterna 30 dias: **onde se lê: “para que as mulheres possam ter apoio do pai nos cuidados dos filhos”, mudar para “para que os homens assumam a responsabilidade de cuidar dos filhos”**.
- ✓ Moção de repúdio às organizações gerais da 3ª Conferência - por coerência e respeito ao alocar pessoas com deficiência, idosas e obesas: **a) incluir intérpretes para pessoas com deficiência auditiva e guia para pessoas com deficiência visual; b) onde está: “aparelhos de audiodescrição”, trocar por “recursos de audiodescrição”, pois, dessa forma, estaremos incluindo também os profissionais que operem o aparelho; c) trocar o nome da delegada que se identifica no início do texto para “nós, mulheres”**.
- ✓ Moção de confiança ao governo pelos Direitos das Pessoas com Deficiência: **trocar o nome da delegada que se identifica no início do texto para “nós, delegadas”**.

As moções foram revisadas, conforme as alterações elencadas acima. Todas as 27 moções tiveram voto favorável na plenária.

Populações Indígenas e Tradicionais

31

MOÇÃO DE REPÚDIO PELA NÃO DEMARCAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS E PELA MOROSIDADE DO INCRA NA IMPLEMENTAÇÃO DESSA POLÍTICA

Nós mulheres quilombolas que representamos diversos quilombos no Brasil, reunidas na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, destacamos que:

A Constituição Federal de 1988, refletindo com fidelidade o esforço realizado pelo Movimento Negro no sentido de pautar a temática de igualdade racial na agenda política do Estado Brasileiro, registra um expressivo leque de preceitos legais que visa o enfrentamento ao racismo e os problemas dele decorrentes.

Merece destaque o princípio constitucional que determina o tombamento de todos os sítios detentores de reminiscências históricas, bem como o que assegura aos remanescentes das comunidades dos Quilombos as propriedades de suas terras.

Por certo, mais do que emissão de título e propriedade trata-se de uma reparação histórica ainda que parcial do reconhecimento público da contribuição dada pelos quatro milhões de africanos escravizados e seus descendentes na edificação material e moral do Brasil.

Sendo assim repudiamos a lentidão com que o INCRA vem conduzindo a política de demarcação das terras quilombolas em nosso país, queremos e exigimos que o governo demarque as terras quilombolas, devolvendo ao povo quilombola o direito de ter direito.

Esta moção deve ser entregue à Presidenta Dilma, ao INCRA nacional, a SEPPIR, à Fundação Cultural Palmares.

Brasília, 13 de dezembro de 2011.

21

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A VIOLÊNCIA E ASSASSINATOS DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PRATICADOS PELAS MILÍCIAS ARMADAS CONTRATADAS PELO AGRONEGÓCIO.

Nós, delegadas da “3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres”, realizada entre os dias 12 a 15 de dezembro de 2011, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília/DF, diante dos atentados sofridos pelas lideranças indígenas Guarani e Kaiowá, dos assassinatos dentro das suas terras tradicionais há anos reivindicadas para demarcação,

manifestamos nossa indignação por mais uma seqüência de violências contra os povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Queremos prestar nossa solidariedade aos povos Guarani e Kaiowá e **denunciar o brutal assassinato de Nísio Gomes, liderança religiosa “Nhanderú”,** de seu grupo no território tradicional conhecido por eles como tekohá Guayviri, **ocorrido em novembro de 2011.** Desde a década de 1940, quando foram expropriados de suas terras, os indígenas do Mato Grosso do Sul vêm resistindo e lutando, retornando aos territórios de onde foram retirados e sendo repetidamente expulsos por grupos armados da região. O estado concentra a maior quantidade de acampamentos indígenas do país, 31 no total, mais de mil e duzentas famílias vivendo em condições sub humanas à beira das rodovias ou sitiadas em fazendas. No período de oito anos, ao menos 250 indígenas foram assassinados por lutar pela sua terra tradicional. Em oito anos, o MS concentrou 55% dos casos de assassinato de indígenas no país. Em 2008, foram 70% dos casos, em 2010, 57 % e nos primeiros 9 meses desse ano, 27 indígenas foram assassinados no Mato Grosso do Sul. **Nísio foi covardemente atacado por milícias armadas, permanecendo desaparecido até o momento.** A falta de acesso aos territórios tradicionais, submete os indígenas do MS às condições de extrema pobreza nas aldeias, onde a superpopulação e falta de acesso à água e produção de alimentos, condições fundamentais à vida. Os atentados contra as lideranças que reivindicam seus direitos refletem ao mundo um dos piores casos de violação de direitos humanos contra povos originários. Esse cenário de conflito e violência afeta profundamente as mulheres e as crianças indígenas, vítimas de atentado como o ocorrido há alguns meses, quando **um ônibus de estudantes indígenas foi atacado com um coquetel molotov, no município de Miranda/MS, causando a morte por queimaduras profundas de Lurdesvane Pires, índia da etnia Terena, 28 anos, mãe de três filhos.** A agressividade que os setores contrários aos direitos indígenas impõem seus interesses é intolerável, mas tem sido respaldada pelas omissões do Estado brasileiro. Por isso, **exigimos que o Estado brasileiro demarque imediatamente as terras tradicionais dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, e a punição dos responsáveis por essas violências.**

20

MOÇÃO DE REPÚDIO À FORMA PEJORATIVA COMO A MÍDIA VEICULA A IMAGEM DAS MULHERES INDÍGENAS

Nós, mulheres indígenas que representamos diversos povos indígenas do Brasil, reunidos na 3ª Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres, repudiamos a forma que alguns meios de comunicação vem deturpando a imagem das mulheres indígenas, em especial vimos através desta moção, pedir um direito de resposta e protestar contra a rede Record por ter veiculado reportagem deturpando a imagem de uma grande líder do povo Pankararu, Cacique Ilda Bezerra, ao expor uma matéria em rede nacional que a coloca como uma criminosa, desvirtuando-a de sua conhecida história de luta em prol dos direitos dos povos indígenas.

Importa ressaltar que a matéria veiculada pela TV Record, sobre a retomada do território tradicional dos Entre Serras Pankararu, comete graves erros de informação, reproduzindo preconceito, criminalizando lideranças e fere violentamente a integridade moral de uma líder guerreira e lutadora.

Além disso, repudiamos toda e qualquer forma de criminalização, deturpação ou erotização da imagem da mulher indígena e lamentamos profundamente que nosso país tenha uma imprensa desqualificada e anti-indígena, incluindo neste ponto programas que colocam mulheres indígenas como objetos sexuais ou como mulheres indígenas ignorantes, como uma que vem sendo vinculada aos finais de semana que envergonha a nós mulheres indígenas.

37

MOÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS

Nós, delegadas indígenas de várias etnias e demais delegadas presentes na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, apoiamos a reivindicação da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, pela criação do Shopping dos Índios. Este garantirá à população indígena local, ou que passe por aquela cidade, independente do país ou estado de origem, ter um espaço digno para comercialização do seu artesanato, fortalecendo a autonomia econômica das mulheres indígenas. O Shopping deverá estar localizado na região central de Belo Horizonte e ser um espaço aberto ao público para venda de artesanatos e comidas típicas.

Políticas para as Mulheres

9

MOÇÃO

As delegadas presentes nesta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 12 a 15 de dezembro de 2011, Brasília/DF, manifestam apoio incondicional pelo fortalecimento das políticas de desenvolvimento das economias de base local. Instrumento de fortalecimento da autonomia econômica e organização produtiva das mulheres.

O padrão hegemônico de desenvolvimento hoje no mundo fortalece os grandes empreendimentos, que trazem agravamento da crise social e ambiental, em detrimento das economias de base local e economias tradicionais, com prejuízos para grande parcela da população de mulheres, em especial as mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, pescadoras, quilombolas, indígenas, mulheres negras de comunidades tradicionais e comunidades de periferias urbanas. Por isso a 3ª CNPM posiciona-se e demanda que os governos: a) confirmem prioridade a políticas que promovam e garantam o direito à formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na auto-gestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como política de desenvolvimento; b) garantam mais investimentos nas políticas e ações em favor da auto-organização produtiva das mulheres, no campo e na cidade, c) fortaleçam as políticas de apoio à agricultura agroecológica familiar e camponesa; d) assegurem política de fomento ao uso de defensivos agrícolas naturais, em substituição aos agrotóxicos.

Participantes desta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres assinamos esta moção.

13

MOÇÃO

As delegadas presentes nesta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 12 a 15 de dezembro de 2011, Brasília/DF, manifestam apoio incondicional em defesa das conferências e do fortalecimento e aprimoramento da Política Nacional para as Mulheres. As Conferências de Políticas para Mulheres são instrumentos importantes de diálogo crítico e propositivo entre governo, mulheres da sociedade civil e movimentos organizados de mulheres do país. Contudo o debate acumulado é sub-aproveitado na formulação e fortalecimento da Política para Mulheres, aprovada na I CNPM, inclusive por ser pouco difundido e conhecido pelo Poder Público, o que dá margem a toda sorte de proselitismo em termos de políticas para mulheres. O Estado não é neutro em relação às desigualdades vivenciadas pelas mulheres, por isso os princípios da Política Nacional

afirmam a responsabilidade do Estado – nos níveis federal, estadual e municipal e nos âmbitos do executivo, legislativo e judiciário – para com a superação destas desigualdades. Recomendamos que os debates e as resoluções da 3ª CNPM sejam também referência para consolidar diretrizes, estratégias, normativas e eixos da Política Nacional para Mulheres de forma a avançarmos numa política de Estado, construída com participação social, a ser observada pelos diferentes níveis de governo ao formularem seus planos e orçamentos correspondentes, executarem e prestarem contas sobre os resultados e impactos dessas políticas para a efetivação dos direitos das mulheres.

Participantes desta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres assinamos esta moção.

6

MOÇÃO DE REPÚDIO (orçamento)

Nós delegadas presentes na 3ª CNPM comprometidas com a prioritária política de erradicação da pobreza extrema e a construção da autonomia das mulheres, reivindicamos que o orçamento para as Políticas para as Mulheres seja compatível com a importância do setor que a destina.

Exigimos justa destinação de recursos que garantam a implantação das políticas definidas no PNPM. A importância de uma Política Pública é diretamente proporcional aos recursos a ela destinados.

Repudiamos o corte dos nossos recursos já insuficientes para o tamanho da causa.

Chega de discurso, cadê nossos recursos!

34

MOÇÃO DE APOIO A PEC 00515/2010 QUE AUMENTA PARA 180 DIAS A LICENÇA -MATERNIDADE

Nós, delegadas da 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, destacamos a necessidade **urgente de votação e aprovação da PEC 00515/2010, que aumenta para 180 dias a licença-maternidade**, para que todas as mulheres trabalhadoras possam decidir amamentar seus bebês até os seis meses, conforme orientação do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde.

Esta moção deverá ser encaminhada à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, à Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados, à Secretaria de Políticas para Mulheres, e à Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher do Senado Federal.

MOÇÃO PELA RETIFICAÇÃO DA NOVA RESOLUÇÃO NORMATIVA DA ANS

Nós, participantes da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reivindicamos a adequação da nova Resolução Normativa (RN 262) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) às legislações vigentes, no que se refere ao tempo de cobertura do acompanhante da parturiente.

A RDC 36 da ANVISA e a Lei Federal nº 11.108/05 (Lei do Acompanhante) garantem o direito ao acompanhante de livre escolha no pré-parto, parto e pós-parto imediato. O pós-parto imediato é considerado como o período de 10 dias após o parto para fins de aplicação da Lei do Acompanhante (Portaria 2.418/05).

O direito ao acompanhante no parto não pode ser um diferencial do tipo de plano de saúde a ser contratado, pois é um direito garantido por Lei.

Esta deverá ser encaminhada à Agência Nacional de Saúde Suplementar, ao Ministério Público Federal, à Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

MOÇÃO DE APOIO ÀS MÃES ESTUDANTES

Nós, delegadas da 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, reivindicamos ações que visem **garantir o enfrentamento da discriminação contra mulheres estudantes com filhos, grávidas e em período de licença maternidade.**

Entre essas ações, reivindicamos:

- **Ampliação do período de regime domiciliares para os primeiros 6 meses após o parto** (alteração no texto da Lei Federal n.º 6.202/1975);
- Articulação com o Congresso Nacional a **aprovação da Legislação que garante a prorrogação de prazos sem interrupção no pagamento da bolsa de graduação e pós-graduação em caráter de licença maternidade por 6 meses;**
- Garantia de assistência à **continuidade do estudo para estudantes com filhos** e ações de **enfrentamento à perseguição e desencorajamento de estudantes-mães em todos os níveis de ensino.**

Esta moção deverá ser encaminhada à Secretaria de Políticas para Mulheres, Câmara Federal dos Deputados, Senado Federal, Gabinete da Presidência e Ministério da Educação.

MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI 19.203/2011 – CONHECIDO COMO PL ANTIBAIXARIA

As participantes da 3ª Conferência Nacional de Políticas vêm publicamente externar apoio ao Projeto de Lei (PL) Antibaixaria, que proíbe a contratação, com dinheiro público, de artistas cujas músicas incentivam a violência e o preconceito contra as mulheres. A proposição, de autoria da deputada estadual Luiza Maia (PT), está em tramitação na Assembléia Legislativa da Bahia e tem enfrentado resistências de setores conservadores da sociedade baiana.

O projeto em questão ataca a violência simbólica, que, embora não deixe marcas visíveis ao olho nu, como hematomas e similares, também violenta profundamente as mulheres. Por ser imaterial, é um tipo de agressão facilmente propagada e naturalizada em canções populares, piadas e coreografias.

O papel do Estado é o de empreender esforços para acabar com as desigualdades de gênero. Sendo assim, pé incompatível que as verbas públicas sirvam de agente indutor para a disseminação do preconceito e do desrespeito contra a figura feminina.

Por isso, entendemos que o PL Antibaixaria representa um avanço par a luta das mulheres. A sua aprovação na Bahia será um pontapé inicial para que todo o Brasil possa, em breve, combater com maior intensidade a violência simbólica. Afinal de contas, as mulheres são maioria da população, são seres humanos e precisam ser respeitadas.

MOÇÃO PELA ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA ATENÇÃO OBSTÉTRICA

A violência durante o parto é uma prática que já está institucionalizada e é uma violação dos direitos humanos como foram definidos pela ONU. A mulher tem o direito não somente de poder parir aonde ela quiser e como ela quiser, mas tem o direito de ser tratada com dignidade e com respeito durante todo o processo de parto. A resolução de 2009 do Conselho de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas sobre a redução da mortalidade materna e suas causas (entre outras, sabemos hoje que são os modelos de atenção obstétrica inadequados e assistência de baixa qualidade) apela para ações orientadas a reduzir a mortalidade materna e a promover um atendimento de qualidade, sem discriminação de gênero, de raça, ou orientação sexual. Dentre as várias formas de violência estão as muitas intervenções desnecessárias, sendo a mais paradigmática a cesárea desnecessária. E sabemos que em 2010 a proporção de cesáreas ultrapassou a de parto normais no Brasil. Ademais, as recomendações do Ministério da Saúde sobre os direitos da Mãe e Bebe não são observadas nos serviços e são uma violação brutal de direitos humanos, assim com uma ameaça para a saúde materna e neonatal. Em decorrência e à luz

da política nacional de qualificação da atenção obstétrica e neonatal intitulada Rede Cegonha.

Exigimos

A garantia de uma fiscalização sistemática pelas agências governamentais adequadas, da qualidade da assistência obstétrica e identificação da violência que existe de maneira endêmica nos hospitais públicos e privados, assim como a agilização da aplicação e fiscalização da lei 11.108 que garante a presença de um acompanhante de escolha da mulher durante o trabalho de parto, no parto e no pós-parto.

Exigimos

O direito à informação sobre procedimentos, com exigência de que haja consentimento da Mulher para as intervenções a que for sujeita no parto como Episiotomia (corte cirúrgico feita no períneo, a região muscular que fica entre a vagina e o ânus, feito durante o parto normal), Cesárea, Indução etc. incluindo a erradicação da prática humilhante e inumana de algemar presidiárias durante o trabalho de parto.

Exigimos ainda

A criação sistemática em cada região de saúde de comitês de morte materna em que as organizações da sociedade civil e governamental avaliem em conjunto indicadores de acesso e qualidade de atenção obstétrica, incluindo as taxas de cesáreas, além de estudar cada caso de morte materna observada no município para identificar suas causas e evitabilidade, com efeitos na qualidade de assistência.

32

MOÇÃO DE APOIO À LICENÇA PATERNIDADE E DIVISÃO DAS RESPONSABILIDADES NO CUIDADO DOS FILHOS

Nós, delegadas da 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, ressaltamos a urgência na **aprovação do Projeto de Lei 879/2011 que amplia a licença-paternidade para 30 dias sem prejuízo do salário ou do emprego** para que os homens assumam a responsabilidade de cuidar dos filhos principalmente no primeiro mês de vida que é importante para a recuperação da mulher no pós-parto para a formação de vínculo do pai com o bebê, e também para o compromisso do pai na divisão de responsabilidades nos cuidados com o(a) filho(a).

Esta moção deverá ser encaminhada à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, à Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados, à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, à Secretaria de Políticas para Mulheres e à Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher no Senado Federal.

MOÇÃO

As delegadas presentes nesta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 12 a 15 de dezembro de 2011, Brasília/DF, manifestamo-nos pela manutenção e fortalecimento da Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, uma vez que consideramos esse órgão fundamental para a garantia dos direitos das mulheres sujeitas ao racismo e a discriminação étnica. A coordenação das políticas pela igualdade racial e contra o racismo é indispensável ao cumprimento de todos os compromissos nacionais e internacionais com protocolos, tratados, convenções, acordos e planos de ação de conferências assumidos pelo Brasil, respeitando os direitos humanos das mulheres negras, indígenas entre outras mulheres brasileiras sujeitas a múltiplas formas de discriminação. Ressaltamos que somente com a existência de espaços governamentais específicos, capazes de coordenar políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do racismo e do etnocentrismo, será possível superar as exclusões e as desigualdades e promover a plena cidadania de todas e cada uma das mulheres brasileiras.

Participantes desta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres assinamos esta moção.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO DECRETO n.º 0-001/2011

Nós, mulheres de todo o Brasil, reunidas na 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, de 12 a 15 de dezembro de 2011, repudiamos o Decreto nº 0-001 de 10 de Junho de 2011 que desapropria cerca de 13 mil hectares de terras de agricultura familiar para beneficiar o hidro e agronegócio na Chapada de Apodi do Rio Grande do Norte.

Apodi é um dos poucos municípios em que a população rural é maior que a urbana. Essa região é a mesma que Lula visitou em 2005 e encheu de esperança o povo norte-riograndense. Foi em Apodi que Lula assinou o primeiro Pronaf Mulher do país. A região conta também com muitas experiências de convivência com o semi-árido, onde as mulheres criam abelhas, galinhas, caprinos e plantam de forma agroecológica feijão, arroz, batata, macaxeira, frutas e verduras.

A chegada desse decreto expulsa um povo com mais de 150 anos de história de suas terras e destrói o trabalho realizado pelas mulheres nos últimos 6 anos com o apoio do próprio Governo Federal como, por exemplo, Pronaf Mulher. Por isso, repudiamos o Decreto n.º 0-001 de Junho de 2011, e reivindicamos que o Governo Federal revogue este Decreto.

MOÇÃO

Que o Ministério da Saúde trate a obesidade como problema de saúde pública atendendo as seguintes metas:

- 1 – incluir nas equipes dos PSF profissional nutricionista, nutrólogo e endocrinologista;
 - 2- Priorizar atendimento à pessoa com sobrepeso e obesidade nas unidades básicas de saúde com equipe multidisciplinar (nutricionista, nutrólogo, endocrinologista, psicólogo, angiologista, cardiologista, ginecologista, cirurgião bariátrico, e plástico) num único ciclo de consultas – sem ser necessário agendar em separado os atendimentos;
 - 3 – Rever conceitos e formas de aferição dos graus de obesidade, que não sejam influenciados por padrões midiáticos, garantido atendimento e manutenção da saúde e do bem-estar em todos os estágios;
 - 4 – Em parceria com o MEC promover acompanhamento no ensino infantil e fundamental promovendo noções de alimentação saudável e atividade física prevenindo a obesidade;
 - 5 – Fazer campanhas midiáticas sobre bulimia e anorexia;
 - 6 – No programa de atendimento à saúde do adolescente e do jovem ter acompanhamento à adolescentes tratando e prevenindo sobrepeso, obesidade, bulimia e anorexia;
 - 7 – Criar no sistema de saúde ouvidoria com a finalidade de receber e encaminhar casos de discriminação contra pessoas obesas e com sobrepeso, e capacitação especializada e humanizada nesse tipo de atendimento.
-

MOÇÃO DE APELO PELA APROVALÇÃO DA PEC 438/01 “PEC DO TRABALHO ESCRAVO”

Nós, mulheres brasileiras, delegadas da 3ª Conferência nacional de Políticas para as Mulheres, reunidas em Brasília nos dias 12,13,14 e 15 de dezembro de 2011, apelamos ao Congresso Nacional: Senado Federal e Câmara dos Deputados para a imediata aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 438/2011, conhecida como PEC do trabalho escravo”, já aprovada no Senado e na Câmara em primeiro turno e esperando votação final (segundo turno) pelos deputados desde 2004.

A referida PEC visa expropriar terras onde for constatada a comprovada a exploração do trabalho escravo e também coibir a prática nos centros urbanos.

Entendemos a Escravidão como uma das mais perversas práticas de violação dos direitos humanos, portanto, sua utilização deve ser tratada como crime e quem explora mão de obra escrava deve ser severamente punido.

Consideramos, pois a PEC 438/2001 um projeto importante de combate à escravidão e para a erradicação do trabalho escravo em nosso país, não apenas pelo forte instrumento de repressão que pode vir a ser, mas também pelo seu simbolismo de resgatar a importância da função social da terra, condição esta já prevista em nossa Constituição.

22

MOÇÃO DE REPÚDIO AO DECRETO QUE DEPRECIA A IMAGEM DAS ONG'S

Nós, delegadas presentes na 3ª Conferencia Nacional de Políticas Públicas das Mulheres, repudiamos a depreciação da imagem das Organizações Não Governamentais (ONGs), baseadas na atuação questionadora de 'pseudo' ONGs, desqualificando o trabalho desenvolvido pelas organizações sérias e comprometidas.

No Brasil, historicamente as Organizações Não Governamentais trabalharam e construíram iniciativas que contribuíram para a sustentabilidade deste país, especialmente das populações excluídas, sendo muitas destas iniciativas referências que se tornaram políticas públicas do governo brasileiro.

Segundo o Portal da Transparência de 2010, das 232,5 bilhões de transferências voluntárias do governo federal, apenas 5,4 bilhões destinaram-se a entidades sem fins lucrativos de todos os tipos, incluídos partidos políticos, fundações de universidades, dentre outras. Foram 100 mil entidades beneficiadas, 96% delas por transferências de menos de 100 mil reais. Se juntarmos todas as denúncias contra ONGs publicadas na imprensa nos últimos 24 meses, as entidades citadas não passariam de 30, o que nos leva a crer que, além de desnecessária, a suspensão generalizada de repasses poderia constituir medida arbitrária e de legalidade questionável, que criminaliza a sociedade civil organizada.

Os dados também demonstram a seriedade da maioria das organizações sem fins lucrativos, o que vai na contramão da recente decisão governamental de suspender o repasse de verbas às entidades filantrópicas. Uma carta aberta enviada à Presidenta Dilma (28/10/2011) pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil aponta as incongruências divulgadas contra as Organizações Sem Fins Lucrativos.

Com base nesses atos, ratificamos a defesa da utilização dos recursos públicos pelas ONGs e pelos Organismos Públicos de forma ética, responsável e transparente.

36

MOÇÃO DE APOIO

À IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E O PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA com acesso a uma internet de qualidade, para todos e todas.

Nós, mulheres delegadas na 3ª Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres, compreendendo a necessidade de mudanças no sistema midiático em nosso país de forma a garantir a liberdade de expressão e o direito à comunicação de todos e todas – e não apenas daqueles que detém o poder político ou econômico e a propriedade dos meios de comunicação em massa – queremos afirmar a importância da adoção de medidas de regulação democrática pelo Estado sobre a estrutura do sistema de comunicações, a propriedade dos meios e os conteúdos veiculados, de forma que estes observem estritamente os princípios constitucionais do respeito aos direitos humanos e à diversidade de gênero, étnico-racial e de orientação sexual.

Já passou da hora de o Brasil respeitar os acordos e tratados internacionais que ratificou sobre este tema e de colocar em pleno vigor sua própria Constituição Federal, cujo capítulo da comunicação Social é, até hoje, vergonhosamente, o menos regulamentado.

Neste sentido, apoiamos a **implementação do Conselho Nacional de Comunicação**, uma das resoluções centrais da I Conferencia de Comunicação, até hoje não tirada do papel e **reivindicamos o acesso a uma internet de qualidade, para todos e todas, a partir do Plano nacional de Banda Larga**. Para as mulheres, a banda larga é uma ferramenta essencial de inclusão social, acesso à saúde e educação, geração de emprego e renda, acesso à informação e exercício da liberdade de expressão. Um serviço que deve, ser prestado sob regime público.

14

MOÇÃO DE APOIO À VINCULAÇÃO HORÁRIA DA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA PARA TV ABERTA EM DEFESA DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O STF está julgando a inconstitucionalidade da vinculação horária da classificação indicativa (ADI nº 2404, de 2001 contra o artigo 254 do ECA movida pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT).

Quatro ministros já votaram, todos declarando que o Governo não pode definir uma faixa horária protegida para crianças (por exemplo, a de que programas recomendados para maiores de 18 não possam ser exibidos às 15h na TV aberta). Se essa perspectiva se confirmar, as emissoras poderão veicular qualquer programa, para qualquer faixa etária, em qualquer horário.

As crianças tendem a imitar o que assistem na TV. Não distinguem ficção da realidade. Muitas vezes podem ter comportamentos agressivos, fobias, ansiedade, obesidade, isolamento, submissão, apatia e erotização precoce.

Por isso é importante manter um horário de proteção da criança e dos adolescentes e a vinculação da classificação indicativa ao horário de exibição a que se recomenda.

Nós, abaixo assinado, defendemos a proteção integral de crianças e adolescentes e a garantia de um desenvolvimento saudável, com acesso a programas de televisão adequados à sua faixa etária.

29

MOÇÃO DE REPÚDIO AO ROMPIMENTO DA PARCERIA COM A ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA

Excelentíssima Presidenta,

As delegadas da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que abaixo subscrevem, solicitam que a Presidenta da República Federativa do Brasil reveja o posicionamento de rompimento da parceria com a Articulação do Semi-árido Brasileiro, em especial no tocando dos Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programas Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em razão da não realização de convênios com a sociedade civil organizada.

Vale mencionar que durante os oito anos do Governo Lula a ASA manteve a parceria o governo federal, através da qual foi possível executar o P1MC e o P1+2, beneficiando diretamente mais de dois milhões de pessoas, em 1.076 municípios, a partir da construção de quase 372 mil cisternas de placas, envolvendo 12 mil pedreiros e pedreiras. Os resultados são tão expressivos que a construção de cisternas se configura como a principal proposta do Programa Água para Todos.

A posição do Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) é de não mais renovar os Termos de Parceria com a ASA, decisão esta que pode levar ao fim uma das ações mais consistentes de garantia de água para as famílias do meio rural semi-árido: o P1MC e o P1+2. Sem dúvida o maior programa com apoio governamental de distribuição de água e cidadania, em uma região onde antes só existia fome, miséria e a indústria da seca.

A argumentação é que a partir de agora o governo federal vai priorizar a execução do Programa, que integra o Plano Brasil Sem Miséria, apenas via municípios e estados, excluindo a sociedade civil organizada. Para além da parceria com estados e municípios, o governo também anuncia a compra de milhares de cisternas de plástico/PVC de empresas que começam a se instalar na região. Ou seja, o governo não apenas rompe com a ASA, mas amplia a estratégia de repasse de recursos públicos para as empresas privadas.

Consideramos isso um retrocesso, o que pode gerar um retorno a velhas práticas da indústria da seca, onde as famílias, em especial as mulheres rurais, são colocadas novamente como reféns de políticos e empresas, tirando-lhes o direito de construir sua história. É também uma tentativa de anular a história de luta e mobilização no Semi-árido, devido à incapacidade do próprio governo em atuar com as ONGs, sem separar o joio do trigo, e não ter, até hoje, construído um marco regulatório para o setor, uma das promessas de campanha da presidenta Dilma.

Nesse contexto, as delegadas desta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres avaliam que o Estado precisa cumprir sua função na garantia dos direitos da população brasileira, inclusive, dando condições para que os entes federativos possam executar as políticas localmente. No entanto, isso não pode significar a exclusão da sociedade civil organizada e o desprezo a sua capacidade de contribuição que tanto já serviu de modelo para atuais políticas públicas, em especial às de convivência com o Semi-árido.

Brasília/DF, 14 de dezembro de 2011.

2

MOÇÃO DE UNIDADE POR DILMA, PELAS MULHERES, PELO BRASIL!(*)

Primeira mulher a presidir o Brasil, Dilma está no comando para AVANÇAR nas mudanças e conquistas históricas do governo de 8 anos de Lula, primeiro operário a governar nosso país. A BANQUEIRADA internacional, que teima em viver sem trabalhar, pressiona o Governo para manter no Brasil os juros mais altos do planeta. Os mais cruéis efeitos desses juros escorchantes já atingem o país: nossa economia, que cresceu 7,5% em 2010, esta escolhendo rapidamente e dificilmente chegará a 3% em 2011. A Presidente Dilma começou a baixar os juros. As mulheres se somam nessa luta! Os juros altos terão que baixar ainda mais para termos crescimento e uma economia produtiva, bem a gosto do progresso para todos.

Portanto, DILMA, Conte com a gente! Conte com as mulheres nas ruas, nas praças, e na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, que estamos realizando! Estamos contigo para baixar ainda mais esses juros que desvalorizam nossos salários e seguram o desenvolvimento do Brasil.

Não aos Juros Altos – Sim para a LEI DE IGUALDADE NO TRABALHO, para o EMPREGO e para a independência financeira das mulheres; para as creches e escolas em

tempo integral; para a licença maternidade de 180 dias, obrigatória **para todas** e assumida pelo Estado brasileiro!

Não aos Juros Altos – Sim para mais Casas Abrigo, Delegacias da Mulher, Centros de Referência e de apoio à Mulher vítima de violências! Pelo fortalecimento e aplicabilidade da LEI MARIA DA PENHA!

Não aos Juros Altos – Sim para acabar com os altos índices de MORTE MATERNA E NEONATAL; sim para implantar de vez a Assistência Integral à Saúde da Mulher, respeitando as diversidades geracionais, de gênero, raça, etnia e orientação sexual, garantindo o patamar de saúde que precisamos. AMORTE MATERNA é uma chaga em nosso país! Da hipertensão aos milhares de abortamentos inseguros; do pré-natal insuficiente à falta de **vinculação à maternidade a humanização do Parto**. Dilma lançou o programa REDE CEGONHA. Vamos à luta vencer esse desafio e salvar milhões de vidas!

Não aos Juros Altos – Sim ao Brasil Sem Miséria, à ERRADICAÇÃO DA FOME E DO ANALFABETISMO. MULHER! Da Alfabetização à Universidade! Profissionalização! Trabalho e Direitos Iguais!

Não aos Juros Altos – Sim para mais casa, saneamento e proteção ao meio ambiente JÁ!

(*) moção aprovada nas Conferências Estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Rio Grande do Norte.

Estado Laico e Aborto

3

MOÇÃO PELA GARANTIA DO ESTADO LAICO

Nós, mulheres reunidas na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, ratificamos a importância do preceito constitucional da laicidade do Estado, previsto no artigo 19 da CF, e do respeito às liberdades religiosas fruto da história e da tolerância do povo brasileiro.

O respeito a este princípio exige a separação do estado da religião, para que seus cidadãos e cidadãs possam, livremente e sem interferência estatal, optarem por crença ou por não terem crença religiosa.

Nesse sentido, exigimos a retirada dos símbolos religiosos de todos os espaços públicos de órgãos e repartições brasileiras, em especial plenários legislativos, varas e sessões de julgamento, escolas e gabinetes administrativos, efetivando dessa forma o conceito de não-associação do Estado com qualquer corrente de fé, a fim de que uma religião não seja privilegiada em detrimento das mais de duzentas religiões oficialmente registradas no Brasil. É o que garante a Constituição; é o que exige a lei!

8

MOÇÃO

As delegadas presentes nesta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 12, 13, 14 e 15 de Dezembro de 2011, Brasília-DF, manifestam apoio incondicional à vida e à saúde das mulheres em todas as fases da vida, principalmente no que diz respeito aos Direitos Sexuais e aos Direitos Reprodutivos no âmbito dos marcos nacionais e internacionais de direitos humanos, bem como de sua devida inserção nas políticas públicas para as mulheres. Assim sendo, esta moção enseja que o governo federal e os poderes públicos assumam o compromisso no sentido da revisão da legislação punitiva que criminaliza as mulheres pela realização do aborto, bem como estabeleçam em todas as esferas estaduais e municipais de saúde acolhimento digno e respeitoso baseado na promoção da autodeterminação reprodutiva e autonomia, sem julgamentos, garantindo atenção à saúde de forma humanizada, com informação, atenção clínica ao abortamento iniciado, assegurando orientação e oferta de métodos anticoncepcionais. Além disso, enseja a ampliação e qualificação dos serviços de abortamento permitidos por lei, de forma que as mulheres possam exercer e acessar seus direitos.

Participantes desta 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres assinamos esta moção.

Internacional

15

MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE ÀS MULHERES PRESAS POLÍTICAS PALESTINAS

Nós, delegadas presentes na 3ª Conferência Nacional de Políticas das Mulheres, realizada nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro de 2011, em Brasília, manifestamos todo o nosso apoio e solidariedade às 11 mulheres palestinas presas políticas em Israel.

Desde a ocupação israelense dos territórios palestinos em 1967, os palestinos e as palestinas têm sido acusados de cargos criminais segundo as leis militares israelenses. 700 mil palestinos e palestinas foram presos por ordens militares do TPO, o que corresponde a 20% da população total Palestina. Durante esse tempo, 10 mil mulheres foram presas, e 11 mulheres palestinas continuam presas em centros de detenção e prisões israelenses, em Ha Sharom e Damon. Estas mulheres deveriam ter sido liberadas juntos com as outras 17 mulheres presas em intercâmbio realizado em outubro de 2011.

A maioria das mulheres palestinas presas são vítimas de alguma tortura psicológica e maltrato durante o processo de captura e detenção, incluindo várias formas de violência sexual, com golpes, insultos, ameaças, revistas e assédios. Depois da captura, as mulheres são detidas sem ser informadas para onde são levadas e raramente explicam quais são os seus direitos durante o interrogatório. Estas técnicas de tortura e maltrato não só são usadas como um meio para intimidar mulheres palestinas, mas também para humilhar e coagir para que confessem crimes que não cometeram.

Nós, delegadas da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, assinamos esta moção como forma de solidariedade e solicitamos do governo brasileiro, em especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que interceda junto às autoridades internacionais para que as mulheres palestinas presas sejam libertadas já!

Conferência

19

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, mulheres presentes nessa 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, solicitamos que as organizações gerais desse encontro nacional atuem com COERÊNCIA E RESPEITO, AO ALOCAR LUGARES CATIVOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ORGÂNICAS (PESSOAS VIVENDO COM HIV, DIABÉTICAS, DIÁLISE, ETC), IDOSAS, OBESAS, em frente ao palco, especificamente, nas PRIMEIRAS FILEIRAS. Além disso, que o governo/organizadores garanta o acesso a recursos de audiodescrição, fones de ouvidos, guias para pessoas com deficiência visual, intérpretes de LIBRAS e legendas, e ainda trabalhe a SENSIBILIDADE DAS PESSOAS PRESENTES PARA ESTE DETALHE.

Solicitamos também, prioridade à alimentação, transporte, hospedagem e meios de compreensão para atender com dignidade, cidadania e HUMANIDADE a essa parcela vulnerável da população.

4

MOÇÃO DE CONFIANÇA AO GOVERNO

Nós delegadas presentes na 3ª Conferência de Política para as Mulheres apoiamos as delegadas com baixa visão eleitas pela sociedade civil no Estado de Sergipe, que agradecem à excelentíssima Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff, pela oportunidade de participar da elaboração de políticas para as mulheres na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e tem esperança de que nas próximas Conferências sejam garantidas representações de todos os Estados Brasileiros de mulheres com deficiência por delegadas com deficiência, havendo garantia de acessibilidade para todas elas, a partir das Conferências Municipais/Territoriais até a Nacional.

Anexo II – Decreto de 15 de março de 2011

Convoca a 3ª Conferência Nacional de Políticas
para as Mulheres.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, no período de 12 a 14 de dezembro de 2011, sob a coordenação conjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o objetivo de discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, e contribuam para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras.

Art. 2º A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres adotará o seguinte temário:

I - análise da realidade nacional social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero; e

II - avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades.

Art. 3º A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será presidida pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e, em sua ausência ou impedimento, por sua Secretária-Adjunta.

Art. 4º A titular da Secretaria de Políticas para Mulheres, da Presidência da República expedirá, mediante portaria, o regimento interno da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, dispondo sobre a organização, o funcionamento e o procedimento a ser adotado para a escolha de seus delegados.

Art. 5º As despesas com a organização e realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Iriny Lopes

Anexo III – Portaria de 19 de outubro de 2011

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
PORTARIA DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22 da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, e do artigo 4º, do Decreto de 15 de março de 2011, resolve:

Nº 77 - Art. 1º - Fica instituída a Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a se realizar em Brasília, no período de 12 a 15 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Nos termos do artigo 4º, do Decreto de 15 de março de 2011, a Comissão Organizadora será composta por integrantes da Administração Pública e da Sociedade Civil, por indicação da Ministra de Estado Chefe da SPM/PR.

Art. 3º - A Comissão Organizadora será presidida pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Art. 4º - A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes integrantes, titulares e suplentes:

I - Da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)

1. Rosana Ramos - Secretária-Adjunta;
2. Aparecida Gonçalves - Subsecretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
3. Lúcia Camini - Subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas;
4. Tatau Godinho - Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna.

II - Do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

1. Cristina Buarque - Secretária Especial da Mulher do Estado de Pernambuco;
2. Rosali Scalabrin - Coordenadora Municipal de Políticas para as Mulheres de Rio Branco/AC;

Suplentes:

3. Márcia Santana - Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul;
4. Gláucia Helena de Souza - Coordenadora de Políticas para as Mulheres de Contagem/MG.

III - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

1. Cláudia Prates - Marcha Mundial de Mulheres (MMM);
2. Rosane Silva - Central Única dos Trabalhadores (CUT);
3. Graça Costa - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA);
4. Elita Frank - Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB);
5. Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNFS);
6. Gláucia Morelli - Confederação de Mulheres do Brasil (CMB);

Suplentes:

7. Maria das Dores Almeida - Articulação de Ong's de Mulheres Negras (AMNB);
8. Silvana Veríssimo - Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN).

IV - Secretaria Executiva

1. Rosana Ramos (Secretária Executiva);
2. Sônia Malheiros Miguel - Assessora Especial da SPM/PR (Secretária Adjunta).

Art. 5º - A Comissão Organizadora terá o prazo de até 90 (noventa) dias para organizar a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Art. 6º - Para o seu funcionamento, a Comissão Organizadora contará com o apoio institucional e técnico-administrativo da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Art. 7º - A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República se responsabilizará pelas despesas de deslocamento e estadia das respectivas representantes, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º - Para o cumprimento de suas funções, a Comissão Organizadora contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Art. 9º - Aprova o Regimento da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, nos termos do Anexo I da presente Portaria.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo IV – Glossário de Siglas

3ª CNPM: 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
ACADEPOL: Academia de Polícia Civil
AGU: Advocacia-Geral da União
AMB: Articulação de Mulheres Brasileiras
AMNB: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
BPW Brasil: Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais
CEDAW: Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CFEMEA: Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLADEM: Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres
CMB: Confederação de Mulheres do Brasil
CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CODESUL: Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
CONAR: Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
CONFECOM: Conferência Nacional de Comunicação
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPPM: Coordenadoria de Políticas para as Mulheres
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM: Centro de Referência da Mulher
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DFD/SAGI/MDS: Departamento de Formação e Disseminação da Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
DPMR/MDA: Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário
EAD: Educação à Distância
EJA: Educação de Jovens e Adultos
FAPSS: Faculdade Paulista de Serviço Social
FPA: Fundação Perseu Abramo
GHC-RS: Grupo Hospitalar Conceição
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBL: Liga Brasileira de Lésbicas
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MCTI: Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMM: Marcha Mundial de Mulheres
OGPM: Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
PAF/MS: Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLS: Projeto de Lei do Senado
PNPM: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPA: Plano Plurianual
PR: Presidência da República
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEDEX: Serviço de Entrega Domiciliar Expressa
SEDH: Secretaria de Direitos Humanos
SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNC: Sistema Nacional de Cultura
SNJ: Secretaria Nacional de Juventude
SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS: Sistema Único de Saúde
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UBM: União Brasileira de Mulheres
UCS-RS: Universidade de Caxias do Sul
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco